



Revista da

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

ISSN 0102-1788

VOL 24

n. 50

Jul /Dez 2008



NESTA CASA ESTUDA-SE O DESTINO DO BRASIL

**REVISTA
DA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**

**VOL 24
2º Semestre 2008**



Rio de Janeiro 2008

Revista da Escola Superior de Guerra. —
v. 24, n. 50 (jul/dez) 2008 – Rio de Janeiro : ESG, 2008.

Semestral
ISSN 0102-1788

1. Ciência Militar - Periódicos. 2. Política - Periódicos. I.
Escola Superior de Guerra (Brasil). II. Título.

CDD 320.981

Revista da Escola
Superior de Guerra

A Revista é uma publicação
semestral da ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA, do Rio
de Janeiro. Com tiragem de 1.000
exemplares, circula em âmbito
nacional e internacional.

Comandante e Diretor de Estudos

Tenente-Brigadeiro-do-Ar
Carlos Alberto Pires Rolla

Subcomandante e Subdiretor de Estudos

General-de-Divisão
Hélio Chagas de Macedo Júnior

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos

Brigadeiro-do-Ar R/1
Delano Teixeira Menezes

Conselho Editorial

Brigadeiro-do-Ar R/1 Delano Teixeira Menezes
Professor Doutor Jorge Calvario dos Santos
Professor Doutor José Amaral Argolo
Capitão-de-Mar-e-Guerra (CA-RM1) Caetano Tepedino Martins
Capitão-de-Mar-e-Guerra (CA-RM1) Carlos Alberto de Abreu Madeira
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1) José Cimar Rodrigues Pinto

Editor Responsável

José Cimar Rodrigues Pinto
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1)

Revisão Editorial

Maria da Glória Chaves de Melo

Padronização Bibliográfica

Cleide S. Souza
(CRB-7/3381)

Diagramação e Arte Final

Anério Ferreira Matos

Projeto, Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

SUMÁRIO

Editorial	5
<i>Ten Brig Ar Carlos Alberto Pires Rolla</i>	
A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos	7
<i>Luiz Alberto Moniz Bandeira</i>	
Por Onde Andará a “Grande Estratégia” Brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado)	36
<i>Guilherme Sandoval Góes</i>	
Estado e Direito: Tendências para o Século XXI	68
<i>Caetano Ernesto da Fonseca Costa</i>	
As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira	77
<i>Ermelinda A. Paz</i>	
As Tecnologias Avançadas como Fator de Mudança de Paradigmas na Educação e no Trabalho no Mundo Moderno Globalizado	93
<i>Julio Cesar R. Dal Bello</i>	
Logística no Mundo Globalizado: Uma Contribuição para a Gestão Global	104
<i>Antonio Celente Videira</i>	
A Criação do Sistema Nacional de Mobilização	131
<i>João Fernando Guerreschi</i>	
Tecnologias Sensíveis	153
<i>Simon Rosental</i>	
A Próxima Fronteira da Guerra – Soluções Não-Letais para as Forças Armadas e Forças de Segurança dos Países	168
<i>Luiz Cláudio de Souza Gomes</i>	
Guia para Colaboradores	182

Editorial

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Pires Rolla
Comandante e Diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra

Percepções e Desafios

Nove textos integram o presente volume da Revista da Escola Superior de Guerra. O primeiro deles elaborado pelo Prof. Dr. Luiz Alberto Moniz Bandeira, Titular de História da Política Exterior do Brasil da Universidade de Brasília (atualmente residindo na Alemanha), versando sobre a importância geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos.

O assunto, registre-se, é atual e oportuno, tendo em vista as reiteradas ações políticas embasadas por forte acidulação de natureza militar que vêm convulsionando o subcontinente sul-americano.

Os artigos que se seguem, todos relevantes para a compreensão do caleidoscópio de intenções geopolíticas e/ou econômicas supra-assinaladas refletem, indubitavelmente, a liberdade acadêmica da Escola Superior de Guerra no ano da comemoração do sexagésimo aniversário da sua fundação.

Os temas desenvolvidos nessa edição enfeixam amplo e contemporâneo conjunto de perspectivas e complexidades de tal modo que fica difícil atribuir a este ou àquele qualquer patamar de superioridade e/ou importância.

Destacam-se, pois, aqui elencados numa ordem intencionalmente aleatória, aspectos relacionados não somente à Grande Estratégia Brasileira (estudo comparado entre Estados Unidos e Brasil), Estado e Direito (Tendências para o Século XXI), Bases para um Projeto Educacional, Soluções Não Letais para as Forças Armadas e de Segurança, Tecnologias Avançadas e/ou Sensíveis, Logística no Mundo Globalizado e Mobilização Nacional.

Mais um trabalho importante está prestes a começar, demandando atenção e método; qual seja: a leitura de um conjunto de percepções sobre temas latentes e do interesse de todos nós, brasileiros.

Vale registrar que este exemplar da Revista da Escola Superior de Guerra corresponde ao período do Comando do meu antecessor, Almirante de Esquadra Luiz Umberto de Mendonça, e cuja edição, em grande parte, é fruto do seu esforço em prol da sua continuidade e qualidade.

A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos

Luiz Alberto Moniz Bandeira

Professor Doutor. Doutor honoris causa. Cientista Político. Professor Titular de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília (aposentado). Eleito pela União Brasileira de Escritores como Intelectual do Ano 2005. Autor de mais de 20 obras, entre as quais Formação do Império Americano, pela qual recebeu o Troféu Juca Pato.

“Procuremos precisar quais os interesses em jogo na questão. Petróleo! Exclamam de todos os lados. O petróleo opera prodígios, tem ditado a política internacional das grandes potências, assentou e derrubou governos, abalou uma dinastia, criou fortunas fabulosas e conta entre os seus servidores estadistas dos mais notáveis”. Embaixador José Joaquim Moniz de Aragão, Secretário-Geral do Itamaraty, durante a Guerra do Chaco, 1934¹

“No matter how selfless America perceives its aims, an explicit insistence on predominance would gradually unite the world against the United States and force into impositions that would eventually leave it isolated and drained”. Henry Kissinger²

Resumo

Este artigo faz uma análise da importância da América do Sul dentro da estratégia global dos Estados Unidos. E assim, partindo-se dos elementos geopolíticos que circunscreveram a elaboração da Doutrina Monroe em 1823, investiga-se as razões pelas quais o continente torna-se uma zona estratégica dentro da política externa estadunidense. Em seguida, examina-se a perspectiva da formação de uma identidade própria da América do Sul e, também, os reflexos da militarização da Colômbia e da presença dos Estados Unidos na região, para, finalmente, chegar-se à questão da energia, onde se pretende delinear a posição do Brasil dentro do mapa geopolítico mundial da energia.

Palavras-chave: Doutrina Monroe. Geopolítica Norte-Americana. Militarização da Colômbia. Identidade Própria da América do Sul. Mapa Geopolítico Mundial da Energia.

¹ Circular nº 907. Às Missões Diplomáticas Brasileiras. Confidencial. A Questão do Chaco – Os títulos dos contendores, Embaixador José Joaquim Moniz de Aragão, Secretário-Geral do Itamaraty. Rio de Janeiro, 28.8.1934. AHI – Guerra do Chaco – 9 (31).(45) 5. Arquivo do Embaixador Moniz de Aragão.

² KISSINGER, Henry. Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century. Nova York: Simon & Schuster, 2001, p. 468.

Abstract

The article proposes a methodological analysis of the South America relevance in the 'Grand Strategy' of the United States of America. For achieving this goal, we will start with the analysis of the old Monroe Doctrine, in which the United States of America stamped its influence over the Latin-American geopolitical space. Further on, we will offer studies concerning the formation of the very identity of South America and the process of Colombia's militarization. Finally, our intention is to convey a realistic stand of Brazil in the geopolitical map of global energy.

Keywords: Monroe Doctrine. U.S. National Strategy. Colombia's Process of Militarization. The Very Identity of South America. Geopolitical Map of Global Energy.

I - INTRODUÇÃO

O conflito entre a Rússia e a Geórgia mostrou que o *arc of crisis*, que Zbigniew Brzezinski dizia estender-se do Paquistão até a Etiópia, circundando o Oriente Médio, é muito mais amplo e abrange toda a Ásia Central e o Cáucaso. Diante de tal situação, a importância geopolítica da América do Sul aumentou, ainda mais, na estratégia de segurança dos Estados Unidos, que buscam fontes de fornecimento de gás e petróleo em regiões mais estáveis. O próprio Halford J. Mackinder, na sua conferência sobre o "The Geographical Pivot of History", em 1904, ressaltou que o desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul podia ter *decisive influence* sobre o sistema internacional de poder e fortalecer os Estados Unidos ou, do outro lado, a Alemanha, se desafiasse, com sucesso, a Doutrina Monroe.³

Os Estados Unidos e a Alemanha, desde fim do século XIX, já haviam se tornado as duas maiores potências industriais do mundo e, conseqüentemente, rivais. Porém, ao contrário da Alemanha, que não possuía qualquer domínio importante, ao qual pudesse estender o círculo de consumo para o capital, os Estados Unidos dispunham de enorme espaço econômico. As Américas Central e do Sul, assim como o Caribe, configuravam uma espécie de colônias, as únicas regiões do mundo em que não existiam sérias rivalidades entre as grandes potências. Lá, os Estados Unidos eram, praticamente, "soberanos" e seu *fiat* tinha força de lei, conforme o secretário de Estado, Richard Olney, escreveu em 1895. E acrescentou que os "*infinite resources*" da América (Estados Unidos), combinados com sua posição

³ MACKINDER, Sir Halford John. The Geographical Pivot of History, in Geographical Journal, Royal Geographical Society London, April 1904, vol. XXIII, pp. 436.

isolada, tornavam-na “*master of the situation and practically invulnerable as against any or all other powers*”.⁴ Nem a Alemanha nem a Grã-Bretanha nem a França quiseram desafiar a Doutrina Monroe, expressão de uma política unilateral dos Estados Unidos, formulada em 2 de dezembro de 1823, pelo presidente James Monroe (1817-1825).

O que disse Halford J. Mackinder a respeito do “*closed heartland of Euro-Asia*”, afirmando que o Estado que o controlasse teria condições de projetar o poder de um lado para o outro da região e era inacessível a uma força naval, aplica-se aos Estados Unidos, mas no sentido inverso. Com um território distendido ao longo da América do Norte, entre dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, os Estados Unidos não tinham vizinhos que pudessem ameaçar sua segurança. Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido⁵. E, ao ascender ao primeiro lugar no *ranking* das maiores potências industriais, nos anos 1890, os EUA começaram a robustecer seu poder naval, até então menor que o do Brasil, Argentina ou Chile.⁶ Assim puderam projetar sua influência em duas vertentes distintas, i. e., para o Ocidente e o Oriente, avançando sobre os mares, que a Grã-Bretanha ainda controlava, como o “*chief builder and shipowner*”, com “*vast imperial responsibilities*” na Ásia e na África.⁷

O comandante Alfred T. Mahan foi quem racionalizou a construção do poder naval dos Estados Unidos, argumentando que a grandeza de uma nação dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder naval e o poder naval, de colônias. Sem estabelecimentos no estrangeiro, coloniais ou militares, os navios de guerra norte-americanos seriam como pássaros sem terra, incapazes de voar muito além de suas próprias costas. Tornava-se, portanto, necessário o estabelecimento de bases e depósitos de carvão, para o abastecimento dos navios, numa extensa cadeia de ilhas, que possibilitassem a sustentação do poder naval e permitissem a expansão marítima e comercial dos Estados Unidos. O domínio de Cuba, bem como de Porto Rico e das Ilhas Virgens, cuja cessão o Presidente William McKinley (1897-1901) solicitara à

⁴ “The United States is practically sovereign on this continent, and its fiat is law upon the subjects to which it confines its interposition”. Nota à Grã-Bretanha, 20/06/1895, apud KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: A touchstone Book/ Simon Schuster, 1994, p. 38. Vide também HICKS, John D. *A Short History of American Democracy*. Boston: Houghton Mifflin Company-Riverside Press, 1943, p. 602. PERKINS, Dexter. *A history of the Monroe doctrine*. Boston: Little, Brown, 1963, p. 175.

⁵ MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power upon History – 1660-1783*. Nova York: Dover Publication, Inc., 1987, p. 87.

⁶ KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: A Touchstone Book/Simon Scguster, 1994, pp. 37-38.

⁷ MACKINDER, Sir. Halford J. *Britain and the Britain Seas*. Oxford: At the Clarendon Press, 2nd edition, 1925, p. 334.

Dinamarca, afigurava-se fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal, que os Estados Unidos projetavam abrir no istmo do Panamá. E o Presidente McKinley, em 1898, aproveitou a luta pela independência de Cuba para declarar guerra à Espanha, visando a conquistar o que ainda restava do seu vasto império colonial. No entanto, a campanha militar contra a Espanha, impulsionada por interesses econômicos e objetivos estratégicos, não se limitou às ilhas do Caribe. Estendeu-se ao arquipélago das Filipinas, cuja conquista possibilitaria sua penetração nos mercados da Ásia, particularmente da China. Esta guerra permitiu que os Estados Unidos, como salientou Sir Halford Mackinder, conquistassem importantes possessões em ambos os oceanos – o Pacífico e o Atlântico – e assumissem a construção do Canal do Panamá com o objetivo de ganhar a vantagem da insularidade para a mobilização de suas frotas de guerra.⁸

Realmente, em termos estratégicos, a projeção geopolítica norte-americana na direção da Ásia e a vastidão do seu próprio território continental, que separava o litoral do Atlântico do litoral do Pacífico, constituíam um problema para a defesa, dado que era difícil separar e, quando necessário, reunir suas frotas, em caso de guerra. Esta foi uma das razões pelas quais o Presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) apressou a abertura de um canal interoceânico, no istmo do Panamá, território pertencente à Colômbia, a fim de consolidar os alicerces do império, cuja soberania se expandira de Cuba e Porto Rico, no Caribe, até Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico, quinze milhas a leste das Filipinas, possibilitando que suas frotas pudessem circular livremente e reunir-se no momento e no local em que as circunstâncias táticas e estratégicas o exigissem. Motivos, tanto militares quanto civis, faziam “imperativo” o estabelecimento de “fácil e rápida” comunicação por mar entre o Atlântico e o Pacífico⁹.

II - DOCTRINA MONROE

O Presidente Theodore Roosevelt rejuvenesceu então a Doutrina Monroe com um corolário, mediante o qual racionalizou o direito de intervir em outros Estados latino-americanos, sobretudo na América Central e no Caribe, em casos de “*wrong-doing or impotence*” dos seus governos. Esta doutrina, sintetizada no lema “a América para os americanos”, passara a funcionar, a partir do final do século XIX, como cobertura ideológica para o objetivo estratégico dos Estados Unidos que consistia em manter sua

⁸ MACKINDER, Sir Halford John. *Democratic Ideals and Reality*. Westport Connecticut: Greenwood Press, Publisher, 1981, pp. 59-60.

⁹ ROOSEVELT, Theodore. *Theodore Roosevelt. An Autobiography*. Nova York: A Da Capo Paperback, 1985, p. 538.

hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistando e assegurando as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa. Daí a proposta para formar com os Estados latino-americanos uma comunidade comercial, uma espécie de união aduaneira, apresentada durante a 1ª Conferência Pan-Americana, instalada em Washington, em novembro de 1889. A ideia, entretanto, não fora aceita, devido à oposição da Argentina e do Chile, e o resultado da 1ª Conferência Pan-Americana consistiu somente na instalação do Bureau Internacional das Repúblicas Americanas. Mas, em 1896, Charles Emory Smith, líder do Partido Republicano na Filadélfia e editor de jornal, declarou que “*our spirit, if not our flag will rules the hemisphere*”.¹⁰

Com razão o notável jurista brasileiro Rui Barbosa, que fora o primeiro ministro da Fazenda após a Proclamação da República, denunciou, em artigo publicado em *A Imprensa*, em 10 de maio de 1899, que os princípios da Doutrina Monroe “nunca exprimiram senão um interesse dos Estados Unidos, nunca encerraram compromisso nenhum, por parte deles, a favor dos povos sul-americanos”.¹¹ Conforme ressaltou, “deixar aberto esse campo à dilatação vindoura do seu império era, como nos vai mostrar o exame ulterior do assunto, à luz da teoria e dos fatos, o intento substancial da fórmula de Monroe”.¹² Este, de fato, sempre foi o propósito dos Estados Unidos. Durante a Conferência de Versailles (1919), o presidente Woodrow Wilson (1913-1921) empenhou-se para conservar a América Latina como área de influência exclusiva dos Estados Unidos, ao incluir no Pacto da Liga das Nações o Art. XXI, determinando que nada seria considerado que pudesse “afetar a validade de acordos internacionais tais como tratados de arbitramento ou entendimentos regionais, a exemplo da Doutrina Monroe”¹³, que viessem a assegurar a manutenção da paz¹⁴. A Doutrina Monroe, em

¹⁰ SCHIRMER, Daniel B. *Republic or empire American: resistance to the Philippine war*. Boston: Schenkman, p. 20.

¹¹ BARBOSA, Rui. *Vã Confiança - A Doutrina Monroe: sua origem in Obras Seletas - Volume 8*. Fonte digital: Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro - <http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/>

¹² *Ibid.*

¹³ “The French and English texts, it was to turn out, though both of them official, were inconsistent with one another. One declared the Doctrine was not “to be considered as incompatible with any one of the provisions of the present pact”. The other declared the Doctrine to be “not affected by the engagement of the Covenant”. One subordinated the Doctrine to the Covenant; the other the Covenant to the Doctrine”. PERKINS, 1963, p. 297.

¹⁴ CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1959, p. 305. SMITH, Joseph. *The cold war: 1945-1992*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1998, pp. 30 e 31. PERKINS, Dexter. *A history of the Monroe doctrine*. Boston: Little, Brown, 1963, p.p. 296-297.

realidade, constituía apenas uma declaração política unilateral dos Estados Unidos, feita em 1823, e nunca fora um entendimento regional. Mas, identificando a Doutrina Monroe com o pan-americanismo, como um acordo regional, o Presidente Woodrow Wilson conseguiu excluir a América Latina da jurisdição da Liga das Nações.

Na 17ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Montevidéu, entre 3 e 26 de dezembro de 1933, os Estados Unidos renunciaram à intervenção armada em outros países e não apenas anuíram com a abolição da *Platt Amendment*, que autorizava a intervenção em Cuba, como retiraram os fuzileiros navais da Nicarágua e do Haiti. Assim o Presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) começou a implementar a *Good Neighbor Policy*, mas não conseguiu que todos os países da região reduzissem suas tarifas alfandegárias e abrissem o mercado para as exportações dos Estados Unidos, através de um tratado multilateral ou acordos bilaterais, desdobrando a Doutrina Monroe em sua dimensão econômica com a implantação de uma área de livre comércio no hemisfério. Ao declarar a guerra contra o Eixo, a pretexto do ataque do Japão a Pearl Harbor, o Presidente Franklin D. Roosevelt pressionou então os Estados latino-americanos para que rompessem as relações com a Alemanha, que mais e mais penetrava na região, sobretudo na América do Sul, a fim de eliminar o principal concorrente comercial dos Estados Unidos.

III - IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL

A Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, que necessitavam não apenas assegurar as fontes de matéria-prima – ferro, manganês e outros minerais indispensáveis à sua indústria bélica – como também manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul. O Brasil fornecia aos Estados Unidos produtos agrícolas, borracha, manganês, ferro e outros minerais estratégicos. Mas sua posição no subcontinente, a América do Sul, revestia-se de maior relevância geopolítica, devido ao imenso espaço territorial, aos recursos que possuía e ao fato de ter fronteiras com todos os países da região (exceto Chile e Equador), além de ocupar grande parte do litoral do Atlântico Sul, defrontado com a África Ocidental. E os Estados Unidos temiam que as forças da Alemanha, a partir da costa do Senegal, avançassem em direção das Américas, atravessando o estreito Natal-Dakar, ocupassem o arquipélago de Fernando de Noronha e terminassem por conquistar o Saliente Nordeste, que abrangia o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Daí a pressão para que o Brasil permitisse a implantação de bases navais e aéreas nas principais cidades litorâneas

do Nordeste, de onde os *aviões da IV Frota americana, fundeada em Recife, pudessem realizar vôos diários, através do Cinturão do Atlântico Sul (Saliente Nordestino - ilha de Ascensão - África)* com a missão de patrulhar o oceano, *entre as bases de Natal e Ascensão, visando a detectar submarinos do Eixo e, principalmente, navios furadores de bloqueio, que transportavam da Ásia, sobretudo, matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra da Alemanha.*

O Saliente Nordestino dista somente 3.000 quilômetros do ponto mais ocidental da África francesa, e, por aí, passam importantes rotas do tráfego marítimo, procedente do Golfo Pérsico e do Extremo-Oriente, com destino aos portos situados ao norte da América do Sul, no Caribe e na América do Norte. E a base aérea de Paranaimirim-Natal, cedida aos Estados Unidos juntamente com a base de Belém do Pará, possibilitou o estabelecimento de uma ponte aérea, estrategicamente fundamental para o abastecimento das tropas inglesas que combatiam no norte da África e no Oriente Médio, bem como, depois, para a invasão da Europa, através da Itália, e, inclusive, para o apoio às operações militares no Extremo Oriente. O patrulhamento aéreo do *Cinturão do Atlântico Sul, entre Recife e Ascensão, foi reforçado por quatro grupos-tarefas, aviões Liberators e navios da IV Frota dos Estados Unidos, baseados em Recife, os quais afundaram diversos submarinos de 1.200t (U-848, U-849 e U-177) e os furadores de bloqueio - Essemberg, Karin, Wesserland, Rio Grande e o Burgenland - navios que traziam mercadorias do Oriente para a Alemanha.*

A partir da vitória na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos buscaram consolidar a supremacia econômica, política, militar e cultural, que conquistaram derrotando a Alemanha e avassalando a Grã-Bretanha, a França e demais países da Europa Ocidental. E, embora verbalmente condenassem as políticas de esfera de influência e de equilíbrio de poder, apontando para uma era de paz apoiada na segurança coletiva da ONU, os Estados Unidos não renunciaram à hegemonia na América Latina. Assim como o fizeram em 1919, no Pacto da Liga das Nações, cuidaram de evitar que a ONU pudesse exercer diretamente qualquer influência nas questões do hemisfério ocidental. O Art. 52 da Carta de São Francisco legitimou outra vez a “existência de acordos ou organismos regionais capazes de tratar das questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais”.

Destarte, por meio do Art. 52 da Carta de São Francisco, os Estados Unidos reafirmaram a Doutrina Monroe, reservando-se o direito de tratar unilateralmente as questões que, eventualmente, surgissem na América Latina, sem se submeterem a um possível veto no Conselho de Segurança da ONU. E, em 1947, celebraram com todos os países da região o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido como

Tratado do Rio de Janeiro, considerando qualquer ataque ao território de um Estado americano como um ataque a todos os demais, ao mesmo tempo em que eles se comprometiam a resolver suas disputas entre si antes de recorrer à ONU. Estava demarcada, portanto, a zona de segurança do hemisfério entre o Polo Norte até o extremo sul da Patagônia. E, no ano seguinte, 1948, a 9ª Conferência Interamericana, em Bogotá, recriou a União Pan-Americana sob o nome de Organização dos Estados Americanos (OEA), uma vez mais tratando de excluir a América Latina da jurisdição imediata da ONU.

IV - ZONA ESTRATÉGICA

A política exterior dos Estados Unidos visou tradicionalmente a promover interesses privados específicos¹⁵, interesses empresariais, com ênfase na promoção de mercados abertos, livre iniciativa e boas vindas aos investimentos estrangeiros – objetivos geralmente apresentados como do interesse da humanidade¹⁶. Também sua estratégia global sempre foi determinada pelos interesses e necessidades do seu processo produtivo e de sua sociedade, i.e., assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile etc., existentes na América do Sul, e manter abertas as linhas de acesso, as vias de comunicação e transporte, no Atlântico Sul e no Caribe¹⁷.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães salientou, em sua importante obra *Quinhentos anos de periferia*, que a América Latina, ao contrário do que muitos imaginam, “é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos”¹⁸. Porém, dentro da América Latina, configurada pelos países situados abaixo do Rio Grande ou Rio Bravo do Norte, a América do Sul é a região que apresenta maior significação geopolítica, na estratégia dos Estados Unidos, devido ao seu enorme potencial econômico e político. São doze países dentro de um espaço contíguo, da ordem de 17 milhões de quilômetros quadrados, o dobro do território dos Estados Unidos (9.631.418 km²). Sua população, em 2007, era de aproximadamente 400 milhões de habitantes, também maior que a dos Estados Unidos (303,8 milhões), representando cerca de 67% de toda

¹⁵ SCHOULTZ, Lars. *Beneath the United States. A History of. U.S. Policy Toward Latin America*, 1998, p. 373.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 10.

¹⁷ BLACK, Jan K. *Sentinels of Empire – The United States and Latin American Militarism*. Nova York: Greenwoodpress, 1986, p. 10.

¹⁸ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS – Editora Contraponto, 1999, p. 99.

a chamada América Latina e 6% da população mundial, com integração linguística, porquanto a imensa maioria fala português ou espanhol, línguas que se comunicam. Ademais, a América do Sul possui grandes reservas de água doce e biodiversidade da Terra, enormes riquezas em recursos minerais e energéticos - petróleo e gás - pesca, agricultura e pecuária. E a integração do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) com os países da Comunidade Andina (CAN), Chile e Venezuela, permite a formação de uma massa econômica que se pode calcular em mais de US\$ 3 trilhões, maior do que a da Alemanha, da ordem de US\$ 2,8 trilhões, em 2007, com base na paridade do poder de compra.

A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, para manter a hegemonia global, está em larga medida e intrinsecamente vinculada à sua dimensão econômica e comercial. Daí porque o presidente George W. H. Bush anunciou, em 27 de junho de 1990, *The Enterprise of the Americas Initiative* (EAI), com a intenção de instituir uma zona de livre-comércio, desde Anchorage, no Alaska, até a Terra do Fogo. O presidente William J. Clinton (1993-2001), que o sucedeu, reanimou a ideia e apresentou a proposta, unilateralmente, aos demais chefes de governo, na Cúpula das Américas, realizada em Miami, entre 9 e 11 de dezembro de 1994, sob o nome de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esta proposta de integração econômica regional encapava, porém, objetivos geopolíticos, com respeito à segurança continental, mediante o fortalecimento das instituições democráticas e combate ao narcotráfico e ao terrorismo, ameaças que substituíram a subversão e o comunismo, na agenda militarista dos Estados Unidos, após a decomposição do Bloco Socialista e da União Soviética. O coronel (R) Joseph R. Núñez, do Exército dos Estados Unidos, ressaltou em estudo publicado *pele Strategic Studies Institute, do U.S. Army War College*, que

*with current concerns about the Free Trade Area of the Americas and the strength of democratic regimes, along with the growing need for homeland - even hemispheric - security, it is most important that we seriously consider new ways to respond to our strategic situation.*¹⁹

O que os Estados Unidos pretendiam, com a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) e a celebração de mais de 200 acordos comerciais, entre os quais os da Rodada Uruguai, era construir uma rede de compromissos internacionais, de modo a modelar o sistema econômico mundial e fazê-lo

¹⁹ Colonel Joseph R. Núñez. A 21st Century Security Architecture For The Americas: Multilateral Cooperation, Liberal Peace, And Soft Power. August 2002.

<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=15>

funcionar em benefício da América, i.e., dos Estados Unidos, como centro mais dinâmico da economia global, no século XXI. A própria Secretária de Estado, Madeleine K. Albright, na época, proclamou que "(...) *We must continue shaping a global economic system that works for America*.²⁰ E a embaixadora Charlene Barshefsky, como chefe da *United States Trade Representative* (USTR), defendeu a aprovação da *fast track*, na *House of Representatives*, argumentando que o princípio subjacente da política comercial da administração do presidente Clinton era "*to support U.S. prosperity, U.S. jobs and the health of the U.S. companies*"²¹.

Conforme o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sustentou, a Área de Livre Comércio das Américas representava parte da estratégia de manutenção da hegemonia econômica e política dos Estados sobre a América do Sul, porquanto, muito mais do que uma tradicional área de livre comércio, ela, se implantada, envolveria compromissos internacionais nas áreas do comércio de bens e serviços, de investimentos diretos, de compras governamentais, de patentes industriais, de normas técnicas e, muito provavelmente, de meio ambiente e padrões trabalhistas²². Seu propósito central consistia em criar um conjunto de regras, a fim de incorporar os países da América do Sul, sobretudo o Brasil, ao espaço econômico (e ao sistema político) dos Estados Unidos, de forma assimétrica e subordinada, limitando sua capacidade de formular e executar política econômica própria, para atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, ampliar a capacidade industrial instalada, estimular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia e o fortalecimento do capital nacional.²³

A proposta de formação da ALCA, como a vertente econômica da estratégia global dos Estados Unidos para manter a hegemonia no hemisfério, conjugou-se com a aplicação das medidas neoliberais, estabelecidas pelo Consenso de Washington (consenso entre o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos), recomendando a privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia e liberalização unilateral do comércio exterior. O Estado, portanto, devia retirar-se da economia,

²⁰ Secretary of State-Designate Madeleine K. Albright. Prepared statement before the Senate Foreign Relations Committee, as released by the Office of the Spokesman, Department of State, Washington, D.D., January 8, 1997. <http://www.secretary.state.gov/statements/970108a.html>

²¹ Barshefsky statement before House Trade Panel 3/18, U.S. Information and Texts, N° 011, March 20, 1997, p. 42.

²² Samuel Pinheiro Guimarães. "ALCA para principiantes"; "Como será a ALCA". Manuscritos.

²³ Ibid.

quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, submetendo-a as forças do mercado. A orientação do Consenso de Washington foi no sentido de reduzir o papel do Estado, torná-lo miniatura de Estado, o Estado-mínimo, o que significava, em meio à globalização da economia, o constrangimento da própria soberania nacional dos países da América do Sul (também de outros continentes), com a entrega de todo o poder econômico às corporações transnacionais, a maioria das quais americanas, que se assenhoreavam das empresas estatais, postas à venda pelos governos, sob o signo da privatização, que implicava, na maioria dos casos, sua estrangeirização.

O que se pretendeu foi abrir o mercado latino-americano, ou, mais especificamente, o mercado sul-americano à competição, dando às corporações transnacionais e aos investidores e banqueiros a liberdade de movimentar capitais, bens, plantas industriais, lucros e tecnologia, sem que os governos nacionais pudessem criar obstáculos. Dentro de tal moldura econômica, os países da América do Sul deviam abdicar de sua soberania, desarmando-se militarmente e aceitando retirar do poder judiciário nacional e transferir para uma comissão internacional de arbitragem a capacidade de julgar e decidir qualquer litígio entre o Estado nacional e as mega empresas multinacionais dos Estados Unidos. Com o estabelecimento da ALCA, estas empresas terminariam por adquirir um poder superior ao dos Estados nacionais, na linha do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), negociado, mas não concluído,²⁴ no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), com o propósito de estabelecer normas multilaterais para regulamentar, liberalizar e proteger os investimentos estrangeiros, e impedir qualquer intervenção governamental sobre ativos financeiros de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, existentes em determinado país.

Contudo, ao fim dos anos 1990, após a aplicação das medidas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington, o general Charles E. Wilhelm, Comandante-em-Chefe do *Southern Command* dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), reconheceu que, na sua área de responsabilidade, a América do Sul, “*democracy and free market reforms are not delivering tangible results to the people*” e nações situadas na região estavam pior economicamente do que antes da restauração da democracia. “*Can democracy survive without an economic system that produces adequate subsistence and services for the*

²⁴ O projeto do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) começou a ser negociado pelos países membros da OCDE, secretamente, em 1995. Porém, quando o projeto se tornou público, as negociações foram suspensas, em fins de 1998, em virtude de problemas econômicos e da severa oposição que sofreu.

majority of its citizens?” – perguntou.²⁵ Também Henry Kissinger, em sua obra *Does America Need a Foreign Policy*, declarou que “*neither globalization nor democracy has brought stability to the Andes*”.²⁶ Igualmente na Bolívia, durante os 15 anos em que se apresentou como modelo de livre mercado, i.e., de 1985 ao ano 2000, a deterioração das condições de vida acelerou-se e atingiu principalmente os camponeses, reduzindo à miséria mais de 80% da população na área rural. E, na inauguração de um seminário, quando lançou a *Estrategia Boliviana de Reducción de Pobreza* (EBRP), o próprio Presidente Hugo Banzer deplorou que a estabilidade econômica não houvesse contribuído para diminuir os índices de pobreza em que viviam, no ano 2000, mais da metade da população boliviana (63%), especialmente a de origem indígena. E a questão agrária, que a revolução de 1952 buscara equacionar, mediante a repartição dos latifúndios e distribuição de terras para os trabalhadores rurais, tornou-se outra vez grave fator de tensões sociais e irromperam os conflitos sociais.²⁷

A *débâcle* econômica e financeira da Argentina, que não teve alternativa senão praticar o *default*, i.e., suspender o pagamento da dívida externa, em meio de aguda crise social e política, evidenciou o caráter perverso do modelo neoliberal. Com toda a razão o professor norte-americano Paul Krugman comentou, em artigo publicado pelo *New York Times*, que o “catastrófico fracasso” (*catastrophic failure*) das políticas econômicas lá aplicadas com o selo “*made in Washington*” representavam igualmente um desastre para a política exterior dos Estados Unidos, assim como o maior revés para a proposta da ALCA²⁸. As negociações para a implantação da ALCA, cujo objetivo era aplicar efetivamente a Doutrina Monroe à economia e ao comércio da região, não alcançaram, de fato, nenhum resultado, devido à oposição do Mercosul. O Brasil e a Argentina, à frente, rechaçaram, *inter alia*, as pretensões dos Estados Unidos, com respeito aos investimentos e serviços e outras regras relativas a patentes, reforçando as já existentes na Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como a abertura do mercado de compras governamentais, o que impediria o Estado, o maior consumidor de bens de capital, de orientá-las em benefício das empresas nacionais ou mesmo das empresas estrangeiras sediadas no país.²⁹

²⁵ Statement of General Charles E. Wilhelm, commander-in-chief, U.S. Southern Command, Before the Senate Caucus on International Narcotics Control, March 23, 2000.

²⁶ KISSINGER, Henry. *Does America Need a Foreign Policy. Toward a Diplomacy for 21st Century*. Nova York: Simon & Schuster, 2001, p. 136.

²⁷ Vide MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos - Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2ª. ed., 2003, pp. 554-555.

²⁸ Paul Krugman – “Crying with Argentina” in *The New York Times*, NY, 1.1.2002

²⁹ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006, p. 282.

V - AMÉRICA DO SUL E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE PRÓPRIA

Conquanto a América Central e o Caribe sejam essenciais à defesa do seu território e das rotas marítimas entre a costa do Pacífico e a costa do Atlântico, a América do Sul reveste-se de fundamental importância geopolítica para os Estados Unidos, sobretudo *vis-à-vis* a formação da União Européia e a emergência da China. Dado que celebrara com o México e o Canadá o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) e os países da América Central e do Caribe, com exceção de Cuba, tendiam a gravitar, inevitavelmente, na órbita dos Estados Unidos, afigurava-se necessário à elite política de Washington e à comunidade dos homens de negócios, das grandes empresas multinacionais, assegurarem o completo domínio do mercado e das fontes de matérias-primas e energia da América do Sul. Não lhes convinha, portanto, que o Brasil e a Argentina, atraindo o Paraguai e o Uruguai, avançassem com o projeto de construção do Mercosul, constituindo uma união aduaneira, com a perspectiva de que evoluísse para um mercado comum, similar à União Européia.

Henry Kissinger, em *Does America Need a Diplomacy?*, referiu-se à contradição entre o NAFTA e o Mercosul e assinalou o perigo que representava a tendência da América Latina para integrar-se de modo autônomo e, talvez, hostil a uma ampla estrutura hemisférica.³⁰ Isto seria não um simples “*setback*” para as perspectivas econômicas dos Estados Unidos de integrar um mercado de 400 milhões de pessoas, o qual representava 25% do seu comércio ultramarino, mas também para a sua esperança de uma nova ordem, “*based on growing community of democracies in the Americas and Europe*”³¹. A declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que o “Mercosul é mais que um mercado, o Mercosul é, para o Brasil, um destino”, enquanto a ALCA era “uma opção”, repercutiu nos Estados Unidos, e Kissinger advertiu que o Mercosul estava propenso a apresentar as mesmas tendências manifestadas na União Européia, que buscava definir uma identidade política européia não apenas distinta dos Estados Unidos, mas em manifesta oposição aos Estados Unidos. Ele acentuou que a afirmação dessa “identidade própria, diferenciada da América do Norte, estava a criar uma potencial contenda entre Brasil e Estados Unidos sobre o futuro do Cone Sul”³². Segundo afirmou, especialmente no Brasil, havia líderes atraídos pela perspectiva de uma América Latina politicamente unificada, em confronto com os Estados Unidos e o NAFTA³³. E, como Samuel

³⁰ KISSINGER, Henry. *Does America Need a Foreign Policy. Toward a Diplomacy for 21st Century*. Nova York: Simon & Schuster, 2001, pp. 151-152.

³¹ Id., *ibid.*, p. 152.

³² Id., *ibid.*, pp. 152 - 163.

³³ Id., *ibid.*, p. 152.

Pinheiro Guimarães acentuou, o Brasil realmente configura, na América do Sul, o “único rival possível à influência hegemônica dos Estados Unidos”, devido às suas dimensões geográficas, demográficas e econômicas e à sua posição geopolítica e estratégica³⁴, ao longo de grande parte do Atlântico Sul, defrontando a África Ocidental. E foi o Brasil, com o apoio da Argentina, que obstou a implantação da ALCA, prevista para o ano 2005. Estes dois países, com uma população total de mais de 232 milhões de habitantes (2007, est.) e um Produto Interno Bruto (PIB) conjunto de US\$ 2,3 trilhões (2007), segundo a paridade do poder de compra, são os que realmente mais interessam aos Estados Unidos, não apenas pelo amplo mercado que representam, mas também pelo peso geopolítico e o valor estratégico que possuem.

Entretanto, não obstante o fracasso das negociações para formação da ALCA, os Estados Unidos, mudando de tática, trataram de compelir os países da América do Sul, América Central e Caribe a firmar acordos de livre comércio e abrir seus mercados, instrumentalizando tanto o *Central America Free Trade Agreement* (CAFTA), nos entendimentos com os países da América Central, como o *Andean Trade Preference Act* (ATPA), com que o Congresso expandiu, em 2008, o *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA) para as negociações com Peru, Colômbia, Bolívia e Equador. Esta lei, o ATPDEA, permitia aos Estados Unidos concederem, unilateralmente, preferências comerciais, sem reciprocidade, aos países com os quais firmassem tratados de livre comércio. A parceria entre desiguais evidentemente só favorecia os Estados Unidos, mas a possibilidade de receber preferências comerciais, sem reciprocidade, alimentou em determinados setores empresariais, dentro de todos os países, interesse em negociar acordos de livre-comércio, antes do encerramento do prazo de vigência do ATPDEA³⁵. E os quatro países andinos, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador, juntos, representavam, em 2006, um mercado de aproximadamente US\$ 11,6 bilhões para as exportações dos Estados Unidos, dando acesso a cerca de 5.600 produtos com isenção tarifária e um mercado de US\$ 8,2 bilhões para seus investimentos diretos. Contudo, desde 2004, quando as negociações estavam em curso, a mudança do contexto político na América do Sul ainda mais se acentuou com a eleição de Evo Morales (2005) e Rafael Correa (2007), ambos os líderes de esquerda e nacionalistas, para a presidência da Bolívia e do Equador. Este fato complicou a equação

³⁴ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS – Editora Contraponto, 1999, p. 121.

³⁵ Em fevereiro de 2008, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o *Andean Trade Preference Extension Act*, expandindo o *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA).

estratégica dos Estados Unidos, evidenciando o crescente desvanecimento de sua influência na região, tanto que não conseguiram sequer derrocar o Presidente Hugo Chávez do governo da Venezuela, apesar das diversas tentativas encorajadas pela CIA, como o frustrado golpe militar-empresarial, em abril de 2002, e as greves dos trabalhadores da companhia estatal petrolífera do país, a PDVSA, paralisando a produção de petróleo.

VI - MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA

O principal interesse de Washington, *inter alia*, nos Estados andinos são as fontes de energia que lá existem e a garantia dos suprimentos de petróleo oriundos do Equador e da Colômbia, que são atualmente o terceiro maior exportador de petróleo para os Estados Unidos, entre os países da América Latina, abaixo apenas da Venezuela e do México. Cerca de onze das dezoito empresas que extraem petróleo na Colômbia são norteamericanas, cujos investimentos financiam a exploração de um terço do seu território, inclusive degradando o meio-ambiente. Novos investimentos são necessários para manter e aumentar as exportações de petróleo. E a descoberta de reservas torna-se essencial para as exportações, o que implica a pesquisa e lavra do petróleo em outro terço do país, controlado ainda pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Não foi por razão diferente que o presidente Bill Clinton, em 2000, lançou o Plano Colômbia, prevendo investimentos de cerca de US\$ 6 bilhões, dos quais os Estados Unidos participariam com US\$ 1,3 bilhão para a compra de helicópteros e armamentos.

Os cinco oleodutos existentes na Colômbia, sobretudo o que transporta mais de 100.000 bpd do campo de Caño Limón, em Arauca, para o porto Coveñas, no Caribe, sofrem mais de uma centena de ataques e atos de sabotagem, por ano, perpetrados pelas FARC e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Desde 1986, ocorreram mais de 900 incidentes causando perdas de mais de 2,5 milhões de barris de petróleo e, entre 1998 e 2008, as empresas estrangeiras e o governo da Colômbia tiveram prejuízos da ordem de US\$ 1 bilhão em consequência dos ataques efetuados pelos guerrilheiros das FARC e do ELN. Esta é a razão pela qual entre 10% e 15% das tropas do Exército colombiano e dos assessores militares dos Estados Unidos estão mobilizados, ao longo dos cinco oleodutos e outras instalações, para proteger a infraestrutura energética e as companhias estrangeiras de petróleo, entre as quais *Occidental Petroleum Corp. (OXY)*, *Royal Dutch/Shell* e a *BP-Amoco*, que fazem doações ao Ministério das Finanças da Colômbia para a sua própria proteção.

O diário *Los Angeles Times* revelou que, em sete anos, desde o lançamento do Plano Colômbia, o Exército colombiano recebeu US\$ 4,35 bilhões para combater as guerrilhas e os soldados e policiais cometeram crescente número de assassinatos, abusos de direitos humanos e, durante o período de cinco anos, que terminou em junho de 2006, a quantidade de execuções extrajudiciais aumentou em mais de 50%, em relação ao período anterior³⁶. Em 2009, a ajuda militar concedida pelos Estados Unidos à Colômbia, desde 2004, alcançará o montante de US\$ 3,3 bilhões³⁷. A aplicação de tais recursos, votados pelo Congresso americano, visou a proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos na região, especialmente o oleoduto de Caño Limón, operado pela *Occidental Petroleum* e pela *Royal Dutch/Shell*, em Arauca, onde se concentra a maior parte dos assessores militares dos Estados Unidos e ocorrem as maiores violações de direitos humanos³⁸.

Embora a administração do Presidente George W. Bush apresente o combate ao narcotráfico e ao terrorismo para justificar a concessão anual de US\$ 700 milhões à Colômbia, a maior parte como assistência militar, o principal objetivo é proteger os oleodutos, sobretudo o de Caño Limón, já explodido cerca de 79 vezes, a fim de assegurar os suprimentos futuros de petróleo aos Estados Unidos e inspirar confiança aos investidores estrangeiros. E com o fechamento da *Forward Operating Location* (FOL), depois denominada *Cooperative Security Location* (CSL), i. e, a base militar instalada dos Estados Unidos em Manta, no Equador, prevista para 2009, devido à denúncia do contrato pelo Presidente Rafael Correa, o *U.S. Southern Command* (USSOUTHCOM) passou a excogitar na sua transferência para a base aérea de Palanquero, em Puerto Salgar, 120 milhas ao norte de Bogotá. Esta base aérea, em Puerto Salgar, pode albergar mais de 2.000 homens, possui uma série de radares, além de cassinos, restaurantes, supermercados, hospital e teatro. E a pista do aeroporto, a mais longa da Colômbia, tem 3.500 metros de longitude, 600 metros maior que a de Manta, e permite a partida simultânea de até três aviões. Os Estados Unidos terão assim um ponto de apoio, no centro da Colômbia, ainda melhor que o de Manta, como *Forward Operating Location*.

³⁶ "Colombian military gains come at a price" in *Los Angeles Times*. January 18, 2008. Amazon Watch: <http://www.amazonwatch.org/amazon/CO/>

³⁷ U.S. Aid to Colombia, All Programs, 2004-2009 - Just the Facts - A civilian's guide to U.S. defense and security assistance to Latin America and the Caribbean. <http://justf.org/Country?country=Colombia> - The Center for International Policy - Colombia Programa - U.S. Aid to Colombia Since 1997. <http://www.ciponline.org/colombia/aidtable.htm>

³⁸ Bill Weinberg. "Oil Makes U.S. Raise Military Stakes in Colombia". November 26, 2004 - Long Island, in *NY Newsday*: <http://www.commondreams.org/cgi-bin/print.cgi?file=views04/1126-05.htm>

Em 2004, com a *Andean Counterdrug Initiative*, o Presidente George W. Bush expandiu o Plano Colômbia, como um dos aspectos da estratégia dos Estados Unidos para assegurar sua presença militar na América do Sul e, em particular, na Amazônia³⁹. E o Congresso aprovou a duplicação do número de soldados estacionados na Colômbia, que subiu de 400 para 800, e o de *contractors*, mercenários (ex-militares) empregados pelas *military companies*, mediante as quais o Pentágono terceiriza as funções militares (*outsourcing*),⁴⁰ aumentou de 400 para 600. Estes militares e mercenários americanos adestram e apoiam cerca de 17.000 soldados, que executaram o *Plano Patriota*, ampla ofensiva de contrainsurgência nas selvas no sul da Colômbia. Com razão, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em sua obra *Desafios brasileiros na era dos gigantes*, apontou “a crescente presença de assessores militares americanos e a venda de equipamentos sofisticados às Forças Armadas colombianas, pretensamente para apoiar os programas de erradicação das drogas, mas que podem ser, fácil e eventualmente, utilizados no combate às FARC e ao ELN”, como um componente relativamente novo na questão de segurança da Amazônia⁴¹.

Com a assistência dos Estados Unidos, o Exército da Colômbia tornou-se o maior e o mais bem equipado, relativamente, da América do Sul. Com população de 44 milhões de habitantes, a Colômbia possui um contingente militar de cerca de 208.600 efetivos, enquanto o Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 190 milhões de habitantes, tem um contingente de somente 287.870, e a Argentina, com 40 milhões de habitantes e um território de 2,7 milhões de quilômetros quadrados, tem um efetivo de apenas 71.655. A Colômbia, com um PIB de \$320.4 bilhões (2007 est.), de acordo com a paridade do poder de compra, destina 3,8% aos gastos militares, enquanto o Brasil, cujo PIB é de \$1.838 trilhões (2007 est.), gasta apenas um 1,5%, e a Argentina com um PIB de \$523.7 bilhões (2007 est.), gasta apenas 1,1%. Em 2005, o Congresso estipulou para a região uma ajuda econômica de US\$ 9,2 milhões e cerca de US\$ 859,6 milhões para assistência militar⁴².

³⁹ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, p. 189.

⁴⁰ Vide MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano (Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. 2006, pp. 725-727.

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 189.

⁴² The Economist, “What lies beneath - Is there really an ocean of oil off Brazil?” April 16, 2008, http://www.economist.com/daily/news/displaystory.cfm?story_id=11043022&top_story=1. Matthew Flynn “United States Announces IV Fleet Resumes Operations Amid South American Suspicions” - Americas Policy Program Report - Americas Policy Program, Center for International Policy (CIP) July 11, 2008. <http://americas.irc-online.org/am/5362>.

Na realidade, é o Pentágono que determina e dirige a política exterior dos Estados Unidos com respeito à América Central e à América do Sul. A República da Guyana permitiu que a *Beal Aerospace Technologies*, companhia americana, construísse uma base para lançamento de foguetes e satélites, em Essequibo, território litigioso, disputado pela Venezuela, o que permitiria estabelecer a presença militar dos Estados Unidos ao longo do seu flanco oriental. Mas não somente através da Guyana, em cuja costa a *Exxon Mobil*, com a filial *Esso Exploration and Production Guyana Ltd.*, iniciou a exploração de petróleo em águas profundas, os Estados Unidos tratam de aumentar sua presença na Amazônia. O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, propôs ao presidente do Suriname, em outubro de 2007, o estabelecimento de uma base no seu território para testar os novos veículos militares desenvolvidos pela *General Dynamics Combat Systems* destinados a operações nas selvas⁴³.



Carro de assalto blindado para operações nas selvas

Também no Peru, região de Ayacucho, epicentro da guerra contra o grupo Sendero Luminoso (1980-2000), o primeiro contingente de 70 soldados americanos da *Task Force New Horizons* começou a operar, em maio de 2008, sob o mesmo pretexto de realizar tarefas humanitárias. Este número deveria ser aumentado para um total de 350 entre 1º de junho e 31 de agosto. Em outubro de 2008, pilotos, tripulantes da *U.S. Army CH-47D "Chinook"*, e soldados da

⁴³ Ivan Cairo. "On Venezuela's Doorstep: US proposes military test site in Suriname". Caribbean Net News Suriname. October 8, 2007. <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=7022>. Ivan Cairo. "Suriname government sanctions testing of US army vehicle". Caribbean Net News. February 12, 2008. <http://www.caribbeannews.com/news-5981--36-36--.html>.

Task Force New Horizons, fortemente armados, apoiaram, com helicópteros pesados, a mais de 990 militares americanos, operando nessa região, 575 quilômetros ao sudeste de Lima, onde os Estados Unidos negociavam com as Forças Armadas do Peru a instalação de uma base militar, no contexto dos entendimentos para firmar o Tratado de Livre Comércio (TLC), celebrado em dezembro de 2007⁴⁴. O interesse dos Estados Unidos em instalar uma base em Ayacucho, uma zona equidistante das áreas dominadas pelas FARC, na Colômbia, e dos conflitos sociais na Bolívia, é facilitar a mobilização de seus contingentes em toda região da América do Sul. Os Estados Unidos contam ainda com uma base naval em Iquitos, ao norte do Peru, em uma região estratégica da Amazônia, na qual dispõem de equipamento fluvial, como lanchas de combate, e outras bases em Santa Lucia e sobre o rio Nanaí.



Fonte: Graphic Maps – World Atlas.Com

O estacionamento permanente de tropas e equipamentos bélicos no Suriname e na Guayana, bem como na Colômbia e também no Peru⁴⁵, como antes no Equador e na Bolívia, dão aos Estados Unidos enorme vantagem estratégica para intervir militarmente em qualquer país, se necessário, a fim de defender seus

⁴⁴ Agencia EFE. “El primer contingente de soldados de EE.UU. se instala en Ayacucho”. El Comercio. Lima, 13 de setiembre del 2008. Carlos Noriega. “Admite Perú que EE.UU. pondría una base”. Página/12, Buenos Aires, 17 de junio de 2008.

⁴⁵ Airman 1st Class Tracie Forte. “U.S. Army aviators support humanitarian mission in Ayacucho, Peru” Task Force New Horizons Public Affairs. America’s Air Force – http://www.12af.acc.af.mil/news/story_print.asp?id=123106116

interesses econômicos e ocupar as nascentes do rio Amazonas. Em realidade, a militarização da Colômbia, com a presença de mais de 1.000 militares e mercenários americanos, empregados pelas *military* firmas empreiteiras do Pentágono na região, e em outros países vizinhos, constitui um desafio para a segurança do Brasil, na medida em que ameaça a soberania da Amazônia.

De qualquer forma, o objetivo estratégico imediato dos Estados Unidos é armar e mover a Colômbia como importante peça no xadrez da América do Sul. É fazê-la um *pivot country*, um enclave, como Israel no Oriente Médio, e empregá-la como contrapeso da Venezuela, para qualquer eventual contingência, i. e., de intervenção militar, mas sem usar suas próprias tropas e, sim, contingentes de um país sul-americano, no caso a Colômbia, se o governo do Presidente Hugo Chávez ameaçar ainda mais seus interesses econômicos, e. g., suspendendo o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos e desviando para a China toda a sua vasta produção.

VII - OS RECURSOS ENERGÉTICOS DA AMÉRICA DO SUL

A Venezuela, cujas reservas estão entre as maiores do mundo, é o quarto maior exportador de petróleo para os Estados Unidos. Responde por cerca de 15% do seu consumo diário. A proximidade geográfica entre os dois países torna acessível o custo do transporte através do Caribe. E as relações extremamente antagônicas entre o Presidente Hugo Chávez (1999) e o governo do Presidente George W. Bush não afetou o comércio entre os dois países, inclusive porque os Estados Unidos, por outro lado, são o principal mercado para a produção de energia da Venezuela. Mas constitui motivo de preocupação, em Washington, o fato de a Venezuela exportar petróleo para a China atualmente, que busca mais e mais fontes de energia, a fim de atender ao impetuoso crescimento econômico, tornando-se seu principal parceiro na América do Sul. O volume de petróleo, cada vez maior, importado da Venezuela pela China, cerca de 70.000 bpd, em 2006, subiu para 197.000 bpd, em 2007, ano em que o comércio entre os dois países alcançou o montante de US\$ 2,5 bilhões⁴⁶.

A China está a ampliar seu intercâmbio não apenas com a Venezuela, mas também com a Colômbia, Equador, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil. Seu comércio com os países da América Latina, em geral, alcançou, em 2005, o montante de aproximadamente US\$ 50 bilhões, dos quais os negócios com os

⁴⁶ R. Evan Ellis, "Chinese Interests in Latin America: Overview and Implications for Regional Security Issues," Presentation for the Latin America Orientation Course (LAOC) Hulbert Field, FL: U.S. Air Force Special Operations School (USAFSOS), March 1, 2007. R. Evan Ellis. "U.S. National Security Implications of Chinese Involvement in Latin America". June 2005 Strategic Studies Institute, U.S. Army War College ISBN 1-58487-198-http://www.carlisle.army.mil/ssi.

países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – representaram 85% do total. No entanto, a China está interessada, sobretudo, em assegurar fontes de energia, como gás e petróleo. A *China Petro-Chemical Corp* (Sinopec), em 2004, firmou contrato com a Petrobras para explorar a plataforma submarina, em diversas áreas, perto da África, Venezuela, Equador, Colômbia e Golfo do México⁴⁷. E essa crescente expansão econômica e comercial da China na América do Sul alarmou os formuladores da política exterior dos Estados Unidos até então concentrados nos problemas do Oriente Médio.

Venezuela, Bolívia e Equador possuem importantes reservas de gás e petróleo. De acordo com a *Energy Information Administration*, dos Estados Unidos, a Venezuela, um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo, possui reservas comprovadas de 80 bilhões de barris e produziu cerca de 2,8 milhões bpd, em 2006. A Bolívia possui a segunda maior reserva de gás natural, na América do Sul, depois da Venezuela. Os recursos naturais na região de Santa Cruz de La Sierra são estimados em 2,8 trilhões de pés cúbicos de gás dos 26,7 trilhões de reservas provadas da Bolívia. Se somadas às prováveis, o volume sobe a 48,7 trilhões de pés cúbicos. As reservas de petróleo do Equador, o quinto maior produtor sul-americano, são estimadas em 4,5 bilhões e suas exportações somaram 376.000 bpd, em 2006. Brasil, Colômbia, Argentina e Peru também produzem gás e petróleo. No entanto, de todos esses países, apenas o Brasil, segundo a avaliação de Stephanie Hanson, editora do *Council on Foreign Relations*, *think-tank* sediado em Nova York desde 1921, tem o potencial de tornar-se significativo produtor mundial de petróleo, na próxima década, com a exploração das jazidas encontradas na região do pré-sal, descobertas em águas profundas, nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil⁴⁸. As reservas provadas atualmente existentes são da ordem de 11 bilhões de barris, mas a produção do Brasil poderá saltar para 2,2 milhões bpd, em 2006, para 3,5 milhões de bpd, em 2012, e permitir a exportação de maior excedente.

VIII - O BRASIL NO MAPA GEOPOLÍTICO DO PETRÓLEO

A estimativa da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo (ABGP) é de que a Bacia de Santos, no litoral do Estado de S. Paulo, contém 33 bilhões de barris. Este volume quadruplica as reservas de petróleo do Brasil, que

⁴⁷ Cynthia Malta. “Estatual chinesa de petróleo quer investir em gasoduto Rio-Bahia”. Valor Econômico, 25/05/2004. “Sinopec, Brazil’s Petrobras to explore deep sea oil”. China Daily (Xinhua). 18/8/2004.

⁴⁸ Stephanie Hanson, News Editor. “Energy Bottlenecks in South America”. Council on Foreign Relations, April 21, 2008.

sobem de 13 bilhões de barris (provados) para cerca de 46 bilhões de barris. Os dados são ainda muito imprecisos. O certo é que, no campo de Tupi (litoral de Santos), há cerca de 5 a 8 bilhões de barris. Porém, a Petrobras ainda tem mais sete campos promissores: Caramba, Bem-te-vi, Carioca, Guará, Júpiter, Iara e Parati. E aí é possível, segundo os cálculos da companhia e a informação de Stephanie Hanson, do *Council on Foreign Relations*, que a quantidade de petróleo alcance 70 a 100 bilhões de barris, além de grande volume de gás⁴⁹. Tudo indica, porém, que a camada de pré-sal se estenda por 800 quilômetros, com 200 quilômetros de largura, desde Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro, a Santa Catarina⁵⁰, e é mesmo possível que alcance toda a costa da Argentina.



Fonte: *Economist.com*

As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos fatores, *inter alia*, que, provavelmente, levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul. Porém, o próprio almirante Gary Roughead, Comandante de *Operações Navais*, anunciou em 24 de abril que havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras>.



Mapa da América Central e da América do Sul sob a jurisdição do *South Command*

Com as operações navais da IV Frota, os Estados Unidos complementam o anel de bases militares, que envolve Comapala, em El Salvador; Guantánamo, em Cuba; Comayuga, em Honduras; Aruba, em Curaçao; e Manta, no Equador, de onde deverá ser transferida para a Colômbia. Este anel seria ainda arrematado com a base aérea, construída em 1983 e posteriormente ampliada, em Mariscal Estigarribia, no Paraguai, distante apenas 200 quilômetros da fronteira com a Bolívia e a Argentina e a 320 quilômetros do Brasil, muito perto da Tríplice Fronteira. Esta base aérea, aonde as tropas da *Special Operations Forces* (SOF) começaram a chegar em 2005, com imunidades concedidas pelo governo paraguaio, possui uma pista de 3.500 metros de longitude e tem capacidade para aquartelar 16.000 soldados⁵¹.

⁵¹ Desde o início dos anos 90, a fim de reduzir custos e pessoal militar, o Pentágono delineou nova estratégia para a instalação de bases militares no exterior. Buscou construir em outros países pistas de aviação, quartéis, estoques de combustível e equipamento etc., mas sem ocupar permanentemente essas bases com as *Special Operations Forces* (SOF). O que interessa ao Pentágono é que estejam em condições de uso instantâneo, no momento em que alguma intervenção militar direta se afigure necessária. Tais bases também são periodicamente usadas como ponto de partida e apoio para exercícios (a) de treino de tropas americanas e (b) de treino de tropas dos países-clientes, bem como a fim de familiarizá-las com equipamentos militares americanos, criando condições para futuras vendas. Além de servir também para a coleta de inteligência, constitui assim um meio de promoção de venda de material bélico, um comércio dirigido pelo Pentágono. Bases desse tipo foram instaladas na Mauritânia, no Mali e provavelmente em outros países da África.



Pista do aeroporto na base aérea em Mariscal Estigarribia, no Paraguai

Mas o ex-bispo Fernando Lugo, eleito em 2008 para a presidência do Paraguai pela *Alianza Patriótica para el Cambio*, prometeu pôr fim a presença de tropas americanas, com imunidades, na região estratégica de Mariscal Estigarribia, e aos exercícios militares conjuntos com forças paraguaias, percebidos como preparativos para uma guerra preventiva, visando ao controle dos recursos naturais da Bolívia, cujo governo do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), sob a pressão dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional, vendera em 1995 suas reservas de petróleo e gás à Enron e à Shell por US\$ 263,5 milhões, menos do que um por cento do valor dos depósitos⁵². Entretanto, a eleição do líder indígena Evo Morales, dirigente do *Movimiento al Socialismo* (MAS), para a presidência da Bolívia, ampliou a frente de resistência e oposição aos Estados Unidos na América do Sul, aliando-se ao Presidente Hugo Chávez, da Venezuela. E ele representa a grande parte do povo boliviano que se opõe à exportação de gás para os Estados Unidos, cujas reservas, em 2003, representavam apenas 3% das existentes no mundo e o consumo esgotaria em cerca de oito anos, isto é, até 2011.

⁵² Conn Hallinan. "Dark Armies, Secret Bases, and Rummy, Oh My!" in *Foreign Policy in Focus*, November 21, 2005 - Editor: John Gershman, IRC. <http://www.fpiif.org/fpiftxt/2939>

Em face de tão dramática situação, os Estados Unidos tentam apoderar-se de qualquer reserva, em qualquer região, por menor que seja. Mesmo se novas descobertas de gás fossem feitas, elas não ultrapassariam 5% do gás mundial, volume igual ao existente, àquela época, na América do Sul, onde a Bolívia e a Argentina concentravam a maior parte⁵³. E daí porque as companhias petrolíferas, em larga medida, e as agências norte-americanas exploram as contradições internas e encorajam a secessão dos departamentos de Tarija, Chuquisaca, Santa Cruz, Beni e Pando, que conformam a “*media-luna*”, o que representaria duro golpe na liderança do Brasil na América do Sul e na sua cada vez maior influência internacional.

IX - OBJETIVOS DA IV FROTA

A restauração da IV Frota, constituída pelas *Special Operations Forces* da Marinha de Guerra, cujo comando foi entregue ao contra-almirante Joseph Kernan, oficial da *US Navy SEALs (United States Navy Sea, Air and Land Forces)* implica, decerto, diversos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Mas o que torna evidente seu real objetivo é o fato de ser empregada em ações diretas e em missões de reconhecimento especial, capazes de empreender guerra não convencional, defesa interna no exterior e operações contra o terrorismo. Um dos integrantes da IV Frota é um navio de assalto anfíbio, o *USS Kearsarge (LHD 3)*, cuja principal missão é embarcação, deslocamento, desembarque de forças em qualquer parte do mundo, servindo como *Expeditionary Strike Group*, conceito militar introduzido na Marinha de Guerra dos Estados Unidos, no início dos anos 1990, e que consiste de forças altamente móveis e autossustentáveis para executar missões em várias partes do globo. E sua “missão humanitária” começou em Santa Marta, na Colômbia, em coordenação com o Comando Geral das Forças Armadas e o Exército Nacional da Colômbia.

É evidente que os Estados Unidos, com o domínio dos mares, e do espaço, nunca deixaram de ter navios de guerra trafegando nas águas internacionais da América do Sul, embora a IV Frota, criada em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, houvesse sido extinta, oficialmente, em 1950. Sua restauração não significa maior mudança nas atividades militares dos Estados Unidos no Atlântico Sul, uma vez que 38% do seu comércio global se realizam com países do hemisfério, 34% do petróleo que importam provêm da região e 2/3 dos navios que transitam pelo Canal do Panamá destinam-se aos portos americanos⁵⁴. Apenas oficializou uma presença que de fato nunca

⁵³ Antônio Ermírio de Moraes Uma lição a ser observada e aprendida. Folha de S. Paulo - 19/10/2003.

⁵⁴ Matthew Flynn “Estados Unidos anuncia que sul IV Flota reanuda operaciones, en medio de sospechas sudamericanas. Programa de las Américas Reporte 29 de julio de 2008”. <http://www.ircamericas.org/esp/5422>.

deixou de existir, mas visando a demarcar e reafirmar o Atlântico Sul como área sob seu domínio, sobretudo em face da descoberta de grandes jazidas de petróleo, no campo Tupi, na camada pré-sal do litoral de S. Paulo. Aos Estados Unidos preocupa a crescente presença da China na América do Sul e pretendem controlar seus recursos minerais e energéticos, tais como as jazidas de ferro de Mutum e as reservas de gás natural existentes na Bolívia, na Patagônia da Argentina e o Aquífero Guarani, o maior reservatório de água subterrânea do mundo situado nos países que integram o Mercosul⁵⁵.

A restauração da IV Frota ocorreu, contudo, dentro de um contexto que se afigura altamente desfavorável aos Estados Unidos. O fracasso da tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, complicou a equação estratégica regional da administração do Presidente George W. Bush. Chávez consolidou-se no poder e protagonizou a oposição à política e aos interesses dos Estados Unidos. E esta foi reforçada, no âmbito sul-americano, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula Silva, no Brasil, Nestor Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, Tabaré Vázquez, no Uruguai, e Rafael Correa, no Equador. Alguns mais radicais, outros mais moderados, exprimiram, de um modo ou de outro, a rejeição ao domínio dos Estados Unidos, pelo menos de significativa parte da população. A eleição desses líderes, apodados de populistas pelos ideólogos do conservadorismo, não significa que a América do Sul tendeu ainda mais para a esquerda. Ela reflete o enorme desgaste da influência dos Estados Unidos na região, o declínio cada vez maior do seu domínio, as tensões e incertezas relacionadas com o processo de globalização da economia, que os governos de Washington trataram de impulsionar, após o desmoronamento da União Soviética e do Bloco Socialista.

O declínio da influência dos Estados Unidos na América do Sul, revelado pela dificuldade de impedir a eleição ou depor governos de tendência mais à esquerda, como ocorreu nos anos 1960 e 1970, foi acelerado pelo fracasso das políticas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington, que ainda mais incrementaram a desigualdade de renda, na maioria dos países, fomentaram o aumento do desemprego urbano e ampliaram a brecha social entre ricos e pobres, entre os trabalhadores mais capacitados e os demais, sem qualificação. A crise acentuou-se, particularmente, nos Estados andinos, como, e. g., Peru, Bolívia e Equador, onde 92% da população manifestaram desencanto com a economia de mercado, conforme estudo apresentado ao *Strategic Studies Institute do Army War College* dos Estados Unidos⁵⁶. As

⁵⁵ Bernardo Quagliotti De Bellis. "IV Flota impone su presencia en el Atlantico Sur". La Onda Digital – Uruguay.

⁵⁶ Steve C. Ropp. "The strategic implications of the rise of populism in Europe and South America"- June 2005 -Strategic Studies Institute (SSI) ISBN 1-58487-201-2: <http://www.carlisle.army.mil/ssi/>

pesquisas do *Program on International Policy Attitudes* (PIPA), realizadas conjuntamente pelo *Center on Policy Attitudes* (COPA) e o *Center for International and Securities Studies at Maryland, University of Maryland* (CISSM), em fins de 2006 e início de 2007, mostraram também que a percepção dos Estados Unidos na América Latina permanecia negativa e que somente 1/3 dos habitantes do Brasil e do Chile criam que eles tinham influência positiva no mundo. Os resultados ainda foram mais baixos no México (12%) e Argentina (13%) e em todos os países a oposição à guerra no Iraque oscilava entre 65% no Chile e 95% na Argentina⁵⁷. E outra pesquisa indicou que, globalmente, o conceito sobre os Estados Unidos estava a evoluir de ruim para pior⁵⁸.

Como Kissinger observara, no início do século XXI, a América do Sul buscava definir uma identidade política própria, o que estava a gerar uma virtual contenda entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o futuro do Cone Sul⁵⁹. Esta previsão o filósofo alemão George W. Hegel fizera por volta de 1830, quando disse que a América era “a terra do futuro”, na qual, em tempos vindouros, haveria “algo como uma contenda entre a do Norte e a América do Sul, e onde a importância da História Universal deverá manifestar-se”.⁶⁰ A contenda é possível. A América do Sul, sob a liderança do Brasil juntamente com a Argentina e a Venezuela, está tratando realmente de definir sua própria identidade, diferenciada dos Estados Unidos e mesmo em oposição ao seu domínio, o que se evidencia com a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano. Tais iniciativas implicam no desaparecimento do sistema interamericano, instituído por Washington e configurado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como o do Tratado do Rio de Janeiro, o TIAR, obsoleto e denunciado pelo México, e da Junta Interamericana de Defesa (JID).

Mas o acelerado desgaste da influência e do prestígio dos Estados Unidos na América do Sul e, em geral, na América Latina, debilita inclusive sua estratégia global, que obedece às diretrizes traçadas desde o governo de George H. W. Bush (1989 -1993), no sentido de desencorajar qualquer

⁵⁷ <http://www.pipa.org/?PDA=1%3Fcategory=films&profile=mobilefilmsuseraverage&subject=177636%20-%2026k> - USC Center on Public Diplomacy at the Annenberg School – <http://publicdiplomacy.wikia.com/wiki/Anti-Americanism>

⁵⁸ “World View of US Role Goes From Bad to Worse”. http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/home_page/306.php?nid=&id=&pnt=306&lb=hmpg1

⁵⁹ KISSINGER, Henry. *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova York: Simon & Schuster, 2001, p. p. 152 - 163.

⁶⁰ “Amerika ist somit das Land der Zukunft, in welchem sich in vor uns liegenden Zeiten, etwa im Streite von Nord- und Südamerika, die weltgeschichtliche Wichtigkeit offenbaren soll.“ HEGEL, G.W.F. *Vorlesung über die Philosophie der Weltgeschichte*. In: *Die Vernunft in der Geschichte*. Hamburg: F. Meiner Verlag, 1994. Band 1, p. 209.

desafio à sua preponderância ou tentativa de reverter a ordem econômica e política internacionalmente estabelecida⁶¹. No conflito com os Estados Unidos, gerado pela tentativa de incorporar a Geórgia e a Ucrânia à OTAN e instalar bases antimísseis na Polônia e na República Tcheca, o Presidente Hugo Chávez, desafiando os Estados Unidos respaldou a Rússia, que enviou a Caracas dois bombardeiros estratégicos TU-160 para a realização de exercícios conjuntos com aviões da Força Aérea Venezuelana e sinalizou que mandará também navios de guerra ao Caribe como resposta à presença de navios americanos no Mar Negro. E, em meio ao agravamento do conflito na Bolívia, no início de setembro de 2008, o governo de Evo Morales não apenas denunciou a Enron e a Shell, sócias majoritárias dos dutos *Transredes*, e a *Ashmore Energy Internacional* de haver impulsionado o plano conspirativo contra seu governo, como considerou *persona no grata* o Embaixador dos Estados Unidos, Philip Goldberg, acusando-o de apoiar a rebelião dos departamentos da “*media-luna*” contra La Paz e encorajar a secessão da Bolívia, acusação que, decerto, tinha fundamento⁶². Solidário com Evo Morales, o Presidente Hugo Chávez expulsou o embaixador dos Estados Unidos em Caracas, Patrick Duddy, e deu-lhe o prazo de apenas 72 horas para abandonar o país. A Argentina e o Brasil, por sua vez, manifestaram solidariedade ao governo de Evo Morales, enfaticamente, condenaram o levante e os atos terroristas e sabotagens da oposição, no Oriente boliviano, como tentativa de desestabilizar a ordem constitucional do país, e deixaram claro, de modo inequívoco, que não aceitariam nem reconheceriam a secessão dos departamentos do Oriente boliviano.

X - CONCLUSÕES

Não há dúvida de que as tensões e os conflitos na Bolívia e na Geórgia se entrelaçam, gerados e alimentados pela disputa das fontes de energia em que os Estados Unidos se empenharam, a fim de manter seu *way of life*, com alto nível de consumo e de desperdício. Como bem observou o cientista político José Luís Fiori está em curso uma nova “corrida imperialista”, entre as grandes potências, que lutam por sua segurança energética e alimentar. A China penetra cada vez mais na África, onde os países da União Européia

⁶¹ POWELL, Colin L. - *The Military Strategy of the United States – 1991-1992*, US Government, Printing Office, ISBN 0-16-036125-7, 1992, p 7. Draft Resolution - 12 “Cooperation for Security in the Hemisphere, Regional Contribution to Global Security - The General Assembly, recalling: Resolutions AG/RES. 1121 (XXX- 091 and AG/RES. 1123 (XXI-091) for strengthening of peace and security in the hemisphere, and AG/RES. 1062 (XX090) against clandestine arms traffic”.

⁶² Luiz Alberto Moniz Bandeira. “A balcanização da Bolívia”. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de julho de 2007.

buscam conservar a preeminência sobre suas antigas colônias. E a competição, como prevê José Luís Fiori, deverá atingir a América Latina, porém de forma ainda mais intensa, graças aos seus recursos de gás e petróleo, às suas grandes reservas minerais e recursos hídricos e à sua imensa capacidade de produção alimentar, muito superior à da África⁶³.

Este aspecto econômico-comercial certamente também pesou na decisão americana de reativar a IV Frota no Atlântico Sul com a perspectiva de que a região se torne um dos grandes centros produtores de petróleo, em virtude das recentes descobertas de jazidas na camada pré-sal no litoral de São Paulo e que, provavelmente, se estendem por todo o sul até o litoral da Argentina. E o envolvimento do Brasil, que mais e mais se projeta como potência econômica e política, será inevitável. É o maior exportador mundial de alimentos, brevemente tornar-se-á um dos maiores exportadores de petróleo e é possuidor de grande parte do Aquífero Guarani, assim como das águas do Amazonas e da biodiversidade existente na região⁶⁴. Em tais circunstâncias, o Brasil não pode deixar de reequipar e modernizar suas Forças Armadas, particularmente a Marinha de Guerra, com a construção do submarino nuclear, e adquirir mais e mais autonomia e autossuficiência na produção de material bélico, condição essencial para alcançar o *status* de grande potência, integrando toda a América do Sul. Também não se pode descartar a hipótese de guerra com uma potência tecnologicamente superior ou de envolvimento do Brasil em conflito que atinja suas fronteiras e, por conseguinte, afete a sua segurança nacional, como na Bolívia, envolvendo a Venezuela. Um Estado que necessita importar continuamente armamentos, munições e navios para o transporte, não tem condições de enfrentar a eventualidade de uma guerra. Uma Segunda Guerra Fria foi deflagrada e inclui a América do Sul, onde a penetração dos Estados Unidos constitui um fator de instabilidade e inquietação. O elevado grau de turbulência interna, resistência e oposição da maioria dos governos à vontade dos Estados Unidos denota claramente o desvanecimento de sua hegemonia na região onde antes seu *fiat* tinha força de lei e repercute, profundamente, sobre sua estratégia global, no sentido de impor a *Pax Americana*, i.e., “preservar e estender uma ordem internacional amigável (*friendly*) à nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios”, conforme as diretrizes do *Project for the New American Century* (PNAC)⁶⁵.

St. Leon (Baden-Württemberg), setembro de 2008.

⁶³ José Luís Fiori. “Escopeta não é chocalho”. *Le Monde Diplomatique* (edição em português), 17/07/2008.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Mais detalhes vide Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano (Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 2005, p. 571.

Por Onde Andará a “Grande Estratégia” Brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado)

Guilherme Sandoval Góes

Professor de Direito e Capitão-de-Mar-e-Guerra. Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador da Divisão de Assuntos Geopolíticos e de Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra (ESG) e Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Resumo

Este artigo se propõe a analisar a construção sistemática da chamada Grande Estratégia e, em especial, as principais diferenças entre a formulação norte-americana e a brasileira. Partindo-se do panorama geopolítico mundial, almeja-se investigar as grandes estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos, para, em seguida, desenvolver um quadro comparativo com a realidade brasileira. Portanto, em um primeiro momento, esse estudo vai abranger o período compreendido desde o modelo da Contenção de George Kennan até a Doutrina Bush da era pós 11 de setembro, perpassando, antes, pela estratégia do engajamento e da ampliação de Bill Clinton. Nosso objeto central de estudo nessa segmentação temática é, portanto, entender a gênese do método norte-americano. Finalmente, após uma breve comparação entre os dois modelos, colima-se traçar as bases de um possível paradigma nacional, capaz de gerar o desenvolvimento, sem violar os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, notadamente o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana. A concepção estratégica sugerida, muito embora não tenha o condão da completude, permite visualizar com clareza as etapas a serem percorridas pelo profissional da área no ato de transformar potencial em poder. Trata-se de uma estrutura jurídica e estratégica tridimensional que, em especial, visa a contribuir para o aperfeiçoamento do princípio constitucional da integração latino-americana insculpido no parágrafo único do artigo quarto da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Grande Estratégia. Estratégia de Segurança Nacional. Política de Defesa. Desenvolvimento Nacional. Geodireito.

Abstract

The article proposes a methodological organization and conception of the ‘Grand Strategy’, especially the process of ‘building strategy’ in a comparative perspective. By examining the international geopolitic order, we desire to develop the principles undertaking the national security strategy of United States of America. On doing that, we become able do line up the most significative differences between Brazilian and American models of making strategic decisions. Actually, we aim to introduce some *jus-strategic* standards to guide the Brazilian strategist when dwelling upon it, all in order to improve the strategic rationality of decisions. To better explain this proposal, this work identifies in a Rule of Law State the main mechanisms that already exist in our Constitution, namely in an only paragraph of fourth article, viewing to deal with some methodological and strategic topics. Even though the model is not able to guarantee by itself the completeness of the decision to transform potential into power, it does offer a clearer vision of the steps the strategist must take as well as the concerns he must have through the way. On doing that, this strategic model adds methodological consistence to the formulation of Grand Strategy for Brazilian people and makes its evaluation and review a lot more possible, reducing considerably the subjectiveness of the decisions.

Keywords: Grand Strategy. National Security Strategy. Defense Politics. National Development. Geolaw.

I - INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado na expectativa de apresentar uma visão crítica sobre a inexistência da assim chamada *Grande Estratégia* no Brasil. A ideia-força é comparar a situação nacional com a dos Estados Unidos da América, maior potência econômica e militar do planeta.

Portanto, o objetivo é investigar a racionalidade intrínseca dos principais modelos norte-americanos com o fito de compreender-lhes o significado, organizá-los sistematicamente e, finalmente, apontar, no plano conceitual, o alicerce teórico que lhes deu fundamento. Tal tipo de perícia conceitual é relevante no âmbito do exame comparado, vez que dá azo a críticas feitas cientificamente aos nossos próprios documentos de política e estratégia de alto nível.

Acredita-se mesmo que a projeção internacional do País perpassa, inexoravelmente, pelo aprimoramento do saber estratégico nacional, muitas vezes distorcido ou mal compreendido no Congresso Nacional,

na academia pátria e, até mesmo, nas escolas de altos estudos militares, o que evidentemente dificulta a fixação de um grande projeto de engrandecimento, capaz de conduzir o Brasil ao seu devido lugar no sistema de Estados.¹

Com efeito, não se pode negar que a falta de uma política voltada para o assunto, genuinamente brasileira, decorre, em grande parte, de lacuna epistemológica envolvendo o geodireito, ou seja, estudos interdisciplinares que interligam o direito, a geopolítica e as relações internacionais. Isto significa dizer, por outras palavras, que essa questão não deixa de ser também uma questão jurídica e vice-versa.²

No âmbito do Estado Democrático de Direito, não há dúvida de que a Constituição Federal condiciona a Grande Estratégia, da mesma forma que ela realiza os objetivos, princípios e direitos fundamentais previstos na Constituição. Assim, *Constituição* e *Grande Estratégia* são faces de uma mesma moeda.

Infelizmente, no Brasil, há um vazio estratégico que impede a eficácia plena dos direitos fundamentais, na exata medida do descompasso entre a letra da Constituição e a formulação de políticas públicas. Daí nossa concordância plena com Gilberto Bercovici quando afirma que:

*Podemos jogar o que quisermos na Constituição, se não tivermos um Estado forte, no sentido republicano, para implementar essa Constituição, para poder garantir os direitos, para poder implementar políticas públicas, de nada adianta. E, no nosso caso específico, talvez isto seja mais crucial do que em relação a Portugal. Outra questão que ignoramos ultimamente é a questão do desenvolvimento. Sem um Estado que promova uma efetiva política de desenvolvimento, podemos colocar o que quisermos na Constituição, e, infelizmente, estaremos condenados a ficar denunciando o fato de a Constituição prevê algo que na realidade não se concretiza.*³

¹ Não há ainda no Brasil um pensamento acadêmico interdisciplinar, ou até mesmo transdisciplinar, capaz de construir um saber estratégico autônomo. Nesse passo, há que se reconhecer a necessidade de interligar os campos da geopolítica, das relações internacionais, da ciência política, do direito e de muitos outros fluxos epistemológicos que confluem para a criação de um denso saber estratégico nacional. Com rigor, não haverá desenvolvimento nacional sem respaldo de estudos interdisciplinares voltados para a concepção de um projeto nacional de desenvolvimento, com diretrizes geopolíticas e jurídicas claramente explicitadas em documentos de alto nível e que efetivamente orientem a vida nacional.

² Nesse sentido, podemos definir o geodireito como o ramo do conhecimento científico que visa sistematizar as relações entre a Constituição Federal e a Grande Estratégia nacional, esclarecendo seus vínculos e avaliando os seus resultados e aplicações em termos de desenvolvimento nacional e plena efetividade dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro no âmbito de um verdadeiro Estado Democráticos de Direito.

³ BERCOVICI, Gilberto. In: Canotilho e a constituição dirigente. Organizador Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 79.

Este é o grande desafio do pensamento acadêmico nacional do tempo presente, qual seja: compreender as relações entre a *Grande Estratégia* e a *Constituição*. Sem tal tipo de inteligência, pode-se colocar o que se quiser na Lei Maior que nada acontecerá com relação à efetividade dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro, aí incluídas a proteção legal dos hipossuficientes e a plena realização dos direitos sociais mínimos, garantidores da igualdade de oportunidades para todos.

Chega a ser mesmo uma lacuna acadêmica ignorar a influência da geopolítica dos centros mundiais de poder sobre as Leis dos Estados subdesenvolvidos. É muito triste perceber que a academia pátria ainda não consegue desvelar as conexões entre o direito e a geopolítica. Ou bem se aprende, nas escolas de altos estudos militares e nos centros de formação da diplomacia, a geopolítica e as relações internacionais, ou nas escolas jurídicas do País, hermeticamente fechados, o direito internacional e o constitucional.

O resultado disso tudo é melancólico: a criação de um **arcabouço epistemológico fragmentado**, sem nenhum elo científico entre os diversos segmentos do saber nacional. Desafortunadamente, fácil é perceber que “o copiar” ou “o introduzir” acriticamente no Brasil uma matriz de pensamento estrangeiro ainda goza de grande prestígio nas instituições de ensino do País, o que evidentemente dificulta a construção de um pensamento autônomo e consentâneo com a estatura político-estratégica do Brasil.⁴

Em suma, de tudo se vê que não se cria ciência própria voltada para o engrandecimento do País, inviabilizando-se destarte a transformação de potencial em poder do Estado brasileiro. Neste último sentido, precisa a lição de Cristina Soreanu Pecequilo:

Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional. Mais um exemplo: o Brasil é considerado um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de biodiver-

⁴ Realmente, é desalentador perceber que o arcabouço acadêmico-institucional brasileiro não vem tendo capacidade de articular concepções teórico-conceituais genuinamente nacionais. Ainda é “inteligente” ser o pioneiro na descrição e análise do pensamento científico de determinado autor estrangeiro, cuja contextualização da obra, muita vez, nada tem a ver com a realidade brasileira. O resultado de tal atalho intelectual é inexorável, qual que a construção de um bloco epistemológico subalterno. E o que é pior: tal subordinação epistemológica se dá em quase todos os campos do conhecimento científico: na ciência política, no direito, na economia, na geopolítica, nas relações internacionais, etc. A questão não é de xenofobia ou xenofilia, na medida em que se tem plena consciência de que o pensamento científico alienígena não é – por ser estrangeiro - necessariamente ruim. No entanto, há que se extrair o que consulta o interesse geopolítico brasileiro, e, sobretudo, há que se construir a independência acadêmica do Brasil.

*cidade no mundo, porém o processamento de muitas dessas matérias-primas não é realizado aqui, mas sim no exterior. O Brasil, portanto, possui poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos sem exploração*⁵.

Assim, o leitor haverá de concordar com a ideia de que somente uma elite sofisticada teria a capacidade para articular os elementos do poder nacional, transformando poder potencial em real, capaz de projetar o País no concerto das nações. Certamente não será o intelectual norte-americano que conceberá um grande modelo estratégico de exploração econômica da Amazônia, com latitude científica suficiente para neutralizar o *geoverdismo* (expressão cunhada por Thomas L. Friedman)⁶, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento sustentável da região a partir de sua biodiversidade e de seus diferentes subsistemas ecológicos⁷.

É tempo, pois, de rejeitar constructos teóricos estrangeiros muito bem idealizados por autores de nomeada que nada mais fazem senão agravar o ciclo da periferia em nossa região geopolítica. De que adianta comemorar-se a força normativa da Constituição, sob a égide de um pujante Estado Democrático de Direito, quando se constata nossa inaptidão para conceber uma Grande Estratégia brasileira que garanta os direitos fundamentais mínimos do cidadão comum? De que adianta comemorar-se a evolução democrática do Brasil, quando se constata a inaptidão e/ou desinteresse do legislador democrático para formular políticas públicas voltadas para a igualdade material no seio de uma sociedade injusta e desigual como a nossa?

Em consequência, é imperioso dar-se conta de que a Grande Estratégia pode vir a tornar-se a principal via de concretização dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Urge, pois, fixar as bases de um *corpus epistêmico*-

⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais. Temas, atores e visões. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, pp. 57 e 58.

⁶ Diz Thomas Friedman, in verbis: "Mais precisamente, necessitaríamos de uma nova abordagem estratégica, tanto para conservação quanto para desenvolvimento de energias limpas e renováveis, apoiada por uma nova coalizão. Esta é uma filosofia que eu gostaria de chamar de "geoverdismo". Nós, geoverdes, procuramos unir num único movimento político ambientalista que querem reduzir o uso de combustíveis fósseis que causam mudanças climáticas, evangélicos que querem proteger o planeta verde de Deus e toda a Sua criação e geoestrategistas que querem reduzir nossa dependência em relação ao petróleo cru, porque ele alimenta os piores regimes no mundo. Cf. FRIEDMAN, Thomas L. O mundo é plano. Uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 469.

⁷ Muito ao contrário, é de se esperar formulações acadêmicas de grandes nomes internacionais que seduzem, facilmente, as elites intelectuais da periferia do sistema mundial no sentido de promover a estratégia liberal tradicional de estatalidade mínima e de não exploração da Amazônia.

estratégico autóctone, com grau de ordem e racionalidade que permita a maximização do processo de desenvolvimento nacional dentro dos cânones de um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Não se pode ilidir que a concepção de uma Grande Estratégia autônoma, livre da força de influência de grandes atores transnacionais, é muito mais complexa em um sistema democrático do que em regimes autoritários, pois estes detêm grande poder para corromper políticos, controlar a mídia, seduzir acadêmicos, convencer idealistas e muitos outros atos de interferência na esfera interna da periferia do sistema mundial.

Tudo isso acaba, no final, por subverter os anseios de um verdadeiro Estado Democrático. Nesse lance, a democracia perde vitalidade na periferia do sistema mundial, na medida em que viciada pelas forças de desregulamentação e desconstitucionalização dos princípios jurídicos voltados para a proteção do mercado interno e para o desenvolvimento nacional⁸. Com a maestria reflexiva que lhe é peculiar, Ignacio Ramonet mostra com clareza que:

O voto democrático tem muito pouca influência sobre o funcionamento interno desses três grandes atores⁹. Essa grande mutação do mundo, que esvazia o sentido da democracia, instalou-se sem ser percebida e sem que os próprios responsáveis políticos estivessem conscientes dela¹⁰.

E assim é que a Constituição deve estar em consonância com os grandes objetivos da Nação, não se admitindo mais aquela vetusta imagem constitucional *autopoiética*, fechada em si própria, sem comunicação com outros sistemas sociais. Ao contrário, é tarefa do jurista/estrategista brasileiro superar o atraso científico que nos separa dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos da América, cuja Grande Estratégia nacional tem o poder de moldar a ordem internacional. Repita-se por fundamental: a estratégia de um único país direcionando e comandando o contexto mundial e o que é pior: muitas vezes nem mesmo a própria sociedade internacional disso se dando conta.

Com rigor, para se compreender o panorama internacional dos dias de hoje, necessário se faz examinar as Estratégias de Segurança Nacional dos

⁸ Ao núcleo central do sistema internacional, não é conveniente assistir passivamente a ascensão de potências regionais como o Brasil, notadamente os Estados Unidos que, desde a doutrina Monroe de 1823, consideram a América Latina como seu *lebensraum* natural, vale dizer, seu espaço vital e próprio de dominação.

⁹ Os três atores, na visão de Ramonet, são: as associações de Estados, as empresas globais e os grandes grupos de mídia ou das finanças e as organizações não-governamentais (ONGs).

¹⁰ RAMONET, Ignacio. Guerras do século XXI. Novos temores e novas ameaças. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 12.

EUA, tal é em essência a gênese de sua construção. Nesse sentido, avaliar a conjuntura mundial significa avaliar os reflexos da Grande Estratégia dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo, que transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos outros países.

E, sendo assim, este trabalho propõe-se a apresentar um estudo comparado entre os processos de formulação estratégica dos EUA e do Brasil. O foco de interesse é mostrar as diferenças entre uma elite estadunidense sofisticada, que compreende o relacionamento entre geopolítica e direito, e uma elite brasileira ingênua incapaz de rearticular saberes dentro de um único processo de cocriação estratégica de um grande modelo de desenvolvimento nacional. Com isso, afirma-se que, somente com o avanço interdisciplinar do pensamento acadêmico brasileiro, será possível deslocar a tibiaza estratégica do País, elevando-o ao patamar de potência global com voz ativa no processo decisório internacional.

Em tempos de globalização da economia, tal tarefa apresenta-se como um desafio quase que intransponível dentro de um Estado Constitucional periférico. Como já dito, a força da economia e da tecnologia do núcleo central do sistema capitalista age com maior liberdade para a implementação da estratégia liberal, que, por força intrínseca, impede ou dificulta a formulação de uma Grande Estratégia nacional, resultando daí a inexistência de projetos de desenvolvimento no âmbito da periferia do contexto mundial.

Nesse sentido, é Paul Kennedy quem realça a idéia de que *without strategy there is only drift*¹¹, ou seja, na falta de uma estratégia nacional existe a mera especulação de um exercício, sem cientificidade e garantias de resultados previsíveis.

É indubitável o paralelismo entre a Grande Estratégia nacional e o bem estar de uma coletividade, vez que não se pode negar que um país sem estratégia é um país sem rumo, à deriva, facilmente atraído por concepções alienígenas, que nada mais fazem senão projetar seus próprios interesses sobre o espaço jurídico de suas vítimas. Natalino Irti, jurista italiano de escol e professor da *Università La Sapienza di Roma*, mostra com sapiência que:

A soberania se expressa, maximamente, na forma da lei. O território estabelece a medida do senhorio jurídico do Estado. Destaca-se, assim, uma dimensão espacial do direito, correlativa à dimensão espacial do Estado. (...) Dissemos que o território calcula a dimensão espacial do Estado e do direito. (...) A luta política conhece, igualmente, para cada um, vencedores e vencidos: e os primeiros estabelecem a

¹¹ CERAMI, Joseph. HOLCOMB, James. Strategic Studies Institute. US Army War College, February, 2001, p. 1.

*disciplina jurídica dos interesses. Por detrás de qualquer ordenamento jurídico existe sempre uma vítima do poder.*¹²

E, logo mais adiante arremata o eminente jurista italiano:

*As transações econômicas ignoram os limites. Enquanto as tribos estão em guerra, entre outras coisas, na escuridão da noite, giram os mercados, que oferecem bens e os negociam, sentindo-se fora de qualquer pátria. Nesse sentido, Pierro Zanini escreveu: “A terra de ninguém é aquela que está entre as duas margens, entre as fronteiras de dois países, de dois espaços diferentes. É o lugar onde a norma, a regra que o limite estabelece, não vale mais, a terra selvagem onde cada um deve tomar conta de si mesmo e tudo se torna possível”. O qualquer lugar da economia é (ou aspira ser) uma indefinida terra de ninguém*¹³.

De clareza meridiana, pois, as consequências do relacionamento entre geopolítica e direito, o que evidentemente demanda cosmovisão arguta no sentido de compreender e identificar as “razões geopolíticas” dos centros mundiais de poder que, em última instância, infelizmente, determinam o onde, o como e o quando jurídicos, no espaço geográfico da periferia do sistema mundial. É, por isso, que este artigo tem o propósito de elaborar uma análise comparativa dos documentos político-estratégicos de alto nível dos EUA, notadamente os de segurança nacional, uma vez que simbolizam a Grande Estratégia daquele País.

Enfim, nesses tempos de globalização e de estatalidade pós-social, não se pode negar que a internacionalização crescente das relações comerciais, bem como a crescente interdependência tecnológica entre os países, conduziu a novos padrões de concepções estratégicas, não mais atreladas à ideia de contenção da época da Guerra-Fria.

E assim, tanto na esfera global quanto na regional, desafios sem precedentes apresentam-se ao estrategista pátrio, cuja visão de mundo não mais se limita à simplicidade de aplicação do princípio do *alinhamento geopolítico necessário* da Guerra Fria, ou seja, escolher a qual das duas grandes superpotências iria perfilhar-se. Hoje em dia, a sociedade internacional é muito mais complexa e imprevisível. Na verdade, a renovação da percepção da interligação entre a estratégia de segurança nacional, a economia mundial e o choque de civilizações huntingtoniano encontram na arena contemporânea do mundo globalizado um laboratório instigante de desafios que vai muito além do que se convencionou denominar de Política de Defesa Nacional ou de Estratégia Nacional de Defesa.

¹² IRTI, Natalino. Geodireito. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, pp. 1 e 3.

¹³ Idem, p. 4.

Destarte, essa análise trilhará o caminho da investigação da passagem do *modelo da Contenção* da Guerra Fria para o *modelo do Engajamento e da Ampliação* da era pós-bipolar, começando-se, então, pelo fenômeno do desaparecimento da ameaça nuclear global.

II - A FRAGMENTAÇÃO DA AMEAÇA NUCLEAR E A ABERTURA MUNDIAL DO COMÉRCIO: O NOVO EIXO ESTRATÉGICO NORTE-AMERICANO

O colapso do Império Soviético trouxe em seu bojo a chamada fragmentação nuclear que nada mais significa do que o fim do risco de um confronto entre as duas superpotências e, evidentemente, sua substituição por uma nova matriz de segurança nacional para os EUA. Tal matriz passa a se constituir pelas ameaças transnacionais e de proliferação das armas de destruição em massa. Deve-se observar, por conseguinte, que a antiga ameaça nuclear global, se decompõe em novas formas de desafios estratégicos.

Em essência, é essa fragmentação que viabiliza, no âmbito da Grande Estratégia dos Estados Unidos, a passagem de um mundo político-ideológico para um universo econômico-comercial, ou seja, a cosmovisão do estrategista estadunidense desloca-se de uma realidade mundial dominada pela terrível possibilidade de uma guerra nuclear total, de uma imagem de holocausto, para uma nova realidade internacional movida pelos influxos da abertura do comércio global e centrada na vitória do capitalismo e da ordem política liberal.

Com a devida agudeza de espírito, convida-se o leitor nesse ponto para a compreensão de que o cerne da fragmentação nuclear reside, exatamente, na perspectiva de se interligar a segurança nacional e a economia mundial. Com efeito, a partir deste evento, a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA passa a privilegiar as questões econômicas em detrimento de assuntos político-estratégicos até então dominantes e, canonicamente, positivados nos grandes modelos norte-americanos.

No terreno concreto desses conceitos, a fragmentação nuclear é o ponto de ruptura, o divisor de águas, que marca o desaparecimento da Grande Estratégia da Contenção de George Kennan e a entrada em vigor da Grande Estratégia do Engajamento e da Ampliação de Bill Clinton, originariamente denominada de *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*.

Esta mudança de paradigma (passagem da Estratégia da Contenção para a Estratégia do Engajamento Ampliativo) é uma das mais importantes linhas de análise investigativa das relações internacionais contemporâneas,

uma vez que tem o condão de explicar as transformações radicais operadas no cenário mundial desde a desintegração soviética. Com rigor científico, somente o estudo comparativo entre os modelos da Contenção e do Engajamento Ampliativo é capaz de evidenciar os elementos teóricos que informam a nova realidade mundial e, em especial, a criação de novos postulados de política e estratégia no âmbito da comunidade acadêmica dos Estados Unidos da América.

A partir da compreensão de suas diferentes lógicas de construção, é possível perceber a mudança de atitude do estrategista estadunidense, que abandonou o matiz político-ideológico para agregar a dinâmica pós-fragmentação de cariz econômico-comercial. Enquanto a lógica da confrontação bipolar tinha fundamento militarista, a lógica do *Engagement and Enlargement* inclinou-se para o conceito da *Força em Redução* (diminuição de 35% dos gastos militares no horizonte temporal de 2020). Com isso, salienta-se a reorientação norte-americana que se moveu na direção da predominância cêntrica da dimensão econômica dentro da matriz estratégica de segurança nacional.

Durante a Guerra Fria, a imagem fatal de ogivas nucleares apontando diretamente para os Estados Unidos deu azo à criação de um interminável ciclo de estratégias com viés nuclear, o que evidentemente mitigava a dimensão econômica dentro do padrão de segurança nacional. É bem de ver, portanto, que, durante todo o período da bipolaridade geopolítica, o perigo nuclear global condicionou as políticas norte-americanas, desde o modelo da *Resposta Flexível*, perpassando-se pelas construções da *Coexistência Pacífica* e da *Destruição Mútua Assegurada* até, finalmente, se chegar à famosa *Estratégia Planetária* ou *Guerra nas Estrelas*, como ficou mais conhecida a de Reagan que levou ao colapso soviético.

É nesse sentido, portanto, que a fragmentação da ameaça nuclear viabilizou a superioridade da economia no âmbito da atual Grande Estratégia dos EUA, na medida em que pôs fim ao ciclo desses modelos, que, evidentemente, começaram, a partir da queda do muro de Berlim, a perder sua força hegemônica no seio da comunidade estadunidense. É importante, pois, compreender a natureza unidimensional da Grande Estratégia da Contenção, cuja linha monolítica girava em torno da supremacia do confronto nuclear com a União Soviética.

No ato de conceber sua Grande Estratégia, os Estados Unidos somente consideravam aqueles elementos voltados para a defesa de seu próprio território contra as ogivas nucleares soviéticas. Os demais desafios, por exemplo, terrorismo internacional, degradação do meio ambiente, controle dos fluxos de imigração e formação de redes transnacionais de crime organizado quedavam-se inertes, sem força intrínseca suficiente para

provocar maiores considerações.

Com o advento do novo modelo do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton, a variável nuclear decompõe-se e cede seu lugar cativo e único a novo rol de ameaças, a saber:

a) ameaças transnacionais: algumas transcendem as suas próprias fronteiras e consolidam-se em espaços transnacionais. Dentre elas, estão antigos desafios existentes desde a época da Guerra Fria e que foram repontencializados pela aceleração do processo de transferência de tecnologia do mundo globalizado. Com células bem organizadas em vários países, engendram verdadeiras estratégias de guerra assimétrica, onde não há um elemento combatente formalmente estabelecido. Neste segmento estão incluídos, *inter alia*, grandes redes transnacionais do terrorismo e do crime organizado, migrações populacionais descontroladas, que fugindo da miséria invadem os países ricos, agressões ao meio ambiente cometidas por países em desenvolvimento, radicalização de movimentos religiosos que comprometem o equilíbrio mundial e, finalmente, a dispersão do Estado nacional a partir de lutas intranacionais promovidas por minorias reprimidas. Exemplos concretos desta categoria de ameaças: Al Qaeda, Jihad Islâmico, Hamas, ETA e as FARC colombianas;

b) ameaças de proliferação das armas de destruição em massa: são os chamados *rogue states*, países sem maior comprometimento com a ordem jurídica internacional e que buscam lograr capacitação nuclear, biológica ou química. Sob a ótica estadunidense, tais países assumem atitude de contestação gerando instabilidades regionais e, por conseguinte, contrariam os interesses norte-americanos em seus respectivos contextos regionais. Exemplos concretos desse segmento: Irã, Iraque e Coréia do Norte, países que, segundo o ex-presidente Bush, formam o chamado eixo do mal (*axis of evil*), santuários para os maiores inimigos da humanidade (as redes terroristas).

Resta perguntar, porém, se estes países podem ser considerados inimigos da humanidade ou apenas dos Estados Unidos, e, pior, no caso do Iraque, se inimigo da humanidade ou do controle norte-americano sobre o petróleo na região do Oriente Médio e sobre a hegemonia do dólar como referência do sistema financeiro internacional?

Em suma, é importante compreender que a fragmentação do perigo nuclear é o evento fundamental que reorienta os conceitos de política externa e da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos e transforma em corpo de doutrina a abertura mundial dos mercados nacionais e, na sua esteira, cria as condições favoráveis para a formação das grandes zonas de livre comércio, tais como o *North American Free Trade Agreement* ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e *Asia-Pacific Economic Cooperation*, ou Cooperação Econômica da

Ásia e do Pacífico (APEC). É a chamada “Constelação Mundial do Comércio” que, além de englobar estas três grandes áreas continentais de livre comércio, incorpora, ainda, nada mais nada menos que, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). É, certamente, uma estrutura grandiosa que ajuda a manter a hegemonia dos Estados Unidos dentro do mundo que se achata (Thomas Friedman), que se globaliza em rede (Manuel Castells), que se “caotiza” (Ignacio Ramonet), que se “unimultipolariza” (Samuel Huntington).

O modelo do *Engagement and Enlargement* é complexo, na medida em que a dimensão econômica passa a ser o novo eixo central da matriz de segurança nacional dos EUA. Sua ideia-força é a busca de um cenário mundial favorável ao desenvolvimento do comércio internacional e da mundialização do capital financeiro. Nesse sentido, o velho e eterno axioma dos falcões do Pentágono - *business as usual* - brilha, como nunca, dentro do conceito de segurança nacional estadunidense. Surge, então, um novo tempo para o grande projeto neoimperialista de predominância econômica norte-americana. Como bem afirma John Kenneth Galbraith, *verbis*:

*A globalização não é um conceito sério e nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital que sempre são a causa de graves problemas*¹⁴.

Com este tipo de leitura acadêmica em mente, fica mais fácil entender as razões pelas quais o processo de globalização da economia se acelera ao fim da Guerra Fria. Em outro dizer, livre do fantasma nuclear, o estrategista estadunidense não tardou a engendrar um novo modelo de afirmação hegemônica pautado na economia¹⁵. E, assim, é a Grande Estratégia dos EUA que segue moldando a ordem jurídica internacional pós-bipolar, da mesma maneira que a Geoestratégia da Contenção regulava o mundo da Guerra Fria.

¹⁴ FIORI, José Luis. O poder global. A nova geopolítica das nações. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007, p. 75.

¹⁵ Em resumo, a queda do muro de Berlim é o emblema da passagem de um estatismo de corte keynesiano para um neoliberalismo de inspiração hayekiana. No plano das ideias estratégicas, é o símbolo do nascimento de um sistema econômico mundial dominado pela abertura do comércio e pela desarticulação da confrontação ideológica. Os EUA assumem patamar mais elevado enquanto as nações do mundo periférico ocupam posição ancilar dentro do sistema econômico mundial. Destarte, a essencialidade da fragmentação nuclear está na passagem de um mundo político-estratégico para um universo econômico-comercial, aí se inserindo a perspectiva cultural: hardware, software, colonização dos gentios no século XXI. Em síntese, simboliza a passagem de um modelo estratégico nuclear e belicista para uma nova matriz que reafirma estrategicamente a centralidade da questão econômica.

Não há como negar, por conseguinte, que a análise das estratégias norte-americanas é imprescindível pela contribuição que projeta na compreensão dos principais eventos que circunscrevem o cenário mundial contemporâneo. Portanto, não se pode falar em aperfeiçoamento democrático das nações latino-americanas sem entender os impactos da Grande Estratégia norte-americana na região. Outrossim, não se pode perscrutar a tentativa de engajar as Forças Armadas sul-americanas no combate ao *narcoterrorismo* sem examinar a chamada nova ordem militar de Williamsburg, que é decorrente da estratégia estadunidense para a área.

É por tudo isso que, em seguida, será analisado o espírito de formação das Grandes Estratégias norte-americanas, de modo a poder, em perspectiva estratégica comparada, destacar as principais diferenças entre os EUA e o Brasil no que tange ao conceito de segurança nacional.

III - COMPARANDO OS CONCEITOS DE SEGURANÇA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS E DO BRASIL

Afirma-se, tradicionalmente, que o *pensamento estratégico é, inevitavelmente, muito pragmático. Ele depende das realidades da geografia, da sociedade, da economia e da política (...). A história do pensamento estratégico não é a da razão pura, mas a do raciocínio aplicado* (PETER PARET)¹⁶.

Com esse tipo de inteligência em mente, inicia-se esta segmentação temática salientando, desde logo, que o gênio pragmático dos construtores da Grande Estratégia dos Estados Unidos consegue transplantar seus modelos teóricos para a realidade fática, mediante sistematização inteligente pondo em contato teoria e a prática.

O estrategista estadunidense sabe exatamente aonde quer chegar. Esse é o ponto central que entremostra, de certa maneira, as principais diferenças entre a cosmovisão do Brasil e dos EUA, ou melhor, as diferenças entre a sofisticação e o pragmatismo da elite norte-americana e a falta de visão do assunto da intelectualidade brasileira, além da insensibilidade para com esta omissão, o que é ainda pior. Esta é a razão pela qual neste segmento autônomo, aponta-se este viés pragmático norte-americano quando comparado com o do brasileiro.

Começa-se, então, com a lição de Richmond M. Lloyd, ex-diretor do Curso de Estratégia e Planejamento de Força do *Naval War College* dos EUA, que mostra a importância da Estratégia de Segurança Nacional compreender um conjunto claro de objetivos a alcançar, *verbis*:

¹⁶ PARET, Peter. Construtores da estratégia moderna. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p.18.

*The United States continues to reassess its national priorities and the fundamental elements of its national security strategy. It is important for the nation to take advantage of this moment in time, but to do so well requires quality and clarity in strategy and force planning decisions. Lack of a clear set of objectives and a focused, robust national security strategy will lead to the United States reacting to, rather than controlling, the events of the world which are in its interests. Muddling through will not do.*¹⁷

As palavras de Lloyd projetam o cerne da Grande Estratégia dos EUA, *i.e.*, o controle dos eventos mundiais. Vale, pois, trazer a lume, inicialmente, a concepção relacional do poder que nega a sua materialidade de *per se*, entendendo que o poder deve ser analisado a partir de uma perspectiva de ligações de forças antagônicas e por si mesma, ou seja, a antiga questão de perquirir a natureza do poder, tal qual formulada por Michel Foucault, tematiza-se exatamente nesta polêmica noção de que o poder em si não existe, não é algo como a *coisa* que se possui ou não. Portanto, o que existe são relações de poder, o que significa definir algo que se exerce, que se disputa, que se estimula. Ter poder é ser levado em consideração nos atos dos demais, é a capacidade de moldar comportamentos favoráveis.

Em sentido estratégico, a teorização foucaultiana serve para sublinhar o princípio da inexistência do vácuo de poder nas relações internacionais, isto é, sempre haverá uma disputa entre Estados oponentes pela busca da capacidade de influir nas grandes decisões internacionais; sempre existirá lide entre nações versando sobre a expansão de seu respectivo *lebensraum* (espaço vital, hoje já perfeitamente compreendido como a conquista de mercados e mentes).

Da inação estratégica de um Estado, nascerá o poder dos outros, não havendo mais lugar para tibieza estratégica na esfera do multilateralismo de escopo universal. A inserção internacional de um Estado deve ser moldada para ganhar espaços ainda não ocupados ou, até mesmo, alijar um adversário que esteja dominando uma área de interesse relevante e fundamental.

Portanto, é com este caráter relacional foucaultiano do poder que se deve ou, pelo menos, se deveria interpretar a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, tal é, em essência, a gênese de sua construção. Com efeito, os paradigmas estadunidenses têm o objetivo de fazer valer sua vontade nacional ante a resistência de outros centros, inibindo ao máximo possível, a projeção estratégica das nações em detrimento de sua própria expansão global. Esta é a melhor visão para captar o espírito da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, engendrada sob a égide de sua predominância cêntrica no sistema mundial. No campo da teoria das relações internacionais, é o neorealismo estrutural de Kenneth Waltz preconizando a busca por posição relativa no contexto

¹⁷ Lloyd, Richmond M. Strategy and force planning framework. Naval War College: Newport, RI, 1995, p. 1.

mundial, ou seja, os Estados Unidos não querem perder sua posição de liderança na construção da ordem mundial.

Destarte, o modelo de segurança nacional é a célula *mater* das demais arquiteturas estratégicas norte-americanas, isto é, a *National Defense Strategy* e a *National Military Strategy*, igualmente relevantes na rearticulação sistêmica de sua posição geoestratégica. De notar-se, portanto, a geometria tridimensional dos padrões estadunidenses, estruturados segundo um único eixo estratégico, que acopla as dimensões política, econômica e militar.

O leitor haverá de compreender que esta célula *mater* não se cinge ao simples escopo da segurança nacional, ao revés, é um verdadeiro sistema articulado de projeção de poder, cujos pilares de sustentabilidade são a abertura do comércio internacional, a supremacia militar incontestável dos Estados Unidos e o engrandecimento da comunidade de Estados democráticos, aqui incluído o *american way of life*, institucional e, principalmente, privado.

São estes os três grandes objetivos da segurança nacional estadunidense, que condicionam os caminhos próprios da Estratégia Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional Militar, tornando-as, porém, complementares e interdependentes entre si, daí nascendo a tridimensionalidade da segurança nacional, isto é, as dimensões militar, econômica e político-cultural.

A figura abaixo tem o condão de sintetizar esta ideia de vinculação dos modelos norte-americanos, o que reflete aquele caráter pragmático apontado por Peter Paret.



Em suma, impende ao estrategista brasileiro interpretar com espírito crítico a lógica de construção de nossos parâmetros estratégicos ligados à segurança nacional e compará-los com os dos Estados Unidos. Naquele País, forma-se uma cadeia de elos estratégicos complementares e que se apoiam mutuamente a partir de elementos comuns da segurança nacional, conglobando a *National Security Strategy*, a *National Defense Strategy* e a *National Military Strategy*. Assim sendo, a segurança nacional deixa de ser um recorte com dimensão meramente unidimensional para se transformar numa verdadeira Grande Estratégia, responsável pela manutenção das estruturas hegemônicas do poder nacional estadunidense.

Há que se compreender que a segurança nacional é um todo estratégico que transcende o nível da mera defesa nacional e da mera esfera militar, galgando mesmo aquele patamar integral, tal qual formulada pelo General Poirier¹⁸. A teorização do General francês retrata com perfeição a arquitetura engendrada pelo gênio pragmático dos construtores da estratégia norte-americana, cuja visão sistêmica de um plano nacional de poder se estabelece por intermédio de estratégias gerais que, juntas, lhe patenteiam a integralidade.

E mais: o caráter de integralidade não se estabelece tão-somente pela imbricação das três dimensões econômica, militar e político-cultural, mas, principalmente, pelo projeto maior que faz coincidir as políticas interna e externa dos Estados Unidos. Não faz sentido para o estrategista norte-americano separar rigidamente as suas políticas interna e externa, já que seu potencial nacional só se maximiza em termos mundiais.

Portanto, não é coincidência, nem acaso, que a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA se envolva com ações estatais voltadas para controlar territórios e mercados em escala planetária, fazer ou não guerras regionais, dominar riquezas em territórios estrangeiros, criar e/ou influir a ordem jurídica internacional etc. No plano conceitual, não há contradição, vez que a matriz de segurança nacional aponta as sendas no campo interno e externo, que, embora independentes, convergem para um ponto comum, ou seja, o engrandecimento geopolítico da nação estadunidense. É, por isso, que, para os Estados Unidos, o processo de transformação de potencial em poder nacional só é pleno se envolver todo o globo terrestre. Qualquer grande empresa norte-americana já nasce pensando globalmente.

Por estas considerações, entende-se a razão da escolha do nome da estratégia de segurança nacional do governo de Bill Clinton, qual seja a do engajamento (*engagement*) e da ampliação (*enlargement*). **Engajamento**,

¹⁸ Em outro dizer, atreladas a um projeto político superior, estão acopladas três estratégias gerais, a militar, a econômica e a político-cultural, formando em conjunto, uma única estratégia, denominada pelo General francês, com sendo uma estratégia de nível integral.

significando o repúdio ao pensamento isolacionista do período pré-Doutrina Truman, e **Ampliação**, significando a expansão do poder hegemônico norte-americano dentro de uma perspectiva neoimperialista de *Pax Americana*, vale dizer de imposição de um mundo unipolar. Aliás, neste diapasão, é bem de ver que a essência do modelo de Bill Clinton é indicada pelo seu próprio *nomem strategicus*, isto é, Estratégia do Engajamento e da Ampliação. Em outros termos, a crítica ao método pode começar pelo seu próprio nome que entremostra a vocação expansionista dos EUA¹⁹. Divulgada externamente sob um multilateralismo de escopo global dissimulado, a nova matriz de segurança nacional tinha a pretensão de se tornar símbolo da universalização do desenvolvimento econômico e social do planeta como um todo.

No entanto, o fato é que logo se identificou a latitude hegemônica do modelo estadunidense, construído na crença da vitória final do capitalismo e da ordem política liberal, onde a prosperidade mundial é mera questão de retórica, sem nenhuma intenção de promover benefícios globais. Com rigor, o que, efetivamente, interessava era a manutenção *waltziana*²⁰ da liderança mundial dos EUA na nova conjuntura internacional pós-bipolar. Em suma, toda esta análise serve para demonstrar a verdadeira dimensão do conceito de segurança nacional na visão dos Estados Unidos da América. Fácil é deduzir suas diferenças com relação ao previsto em nossa doutrina que se apresenta mais restrito, sem contemplar esta perspectiva mais ampla abrangendo os aspectos geoeconômicos e geoestratégicos do Estado brasileiro. De feito, para o pensamento estratégico da ESG, o conceito de segurança é:

uma necessidade, uma aspiração e um direito inalienável do ser humano. O entendimento do que seja Segurança permite discernir, sempre, uma noção de garantia, proteção ou tranquilidade em face de obstáculos e ameaças, ações contrárias à pessoa, às instituições ou aos bens essenciais, existentes ou pretendidos. E mais: A Segurança Nacional está relacionada diretamente com a preservação dos Objetivos Fundamentais. As ameaças à Segurança Nacional têm origem, mais frequente, no ambiente externo à Nação. Entretanto, a insegurança individual e/ou comunitária

¹⁹ E tanto foi assim que, dois anos após a sua promulgação, o nome da estratégia foi trocado, passando a se chamar in verbis: National Security Strategy for a New Century, isto é, estratégia de segurança nacional para um novo século. A nosso juízo, acreditamos que embora o nome da estratégia tenha sido mudado, a sua essência, a sua vocação, o seu espírito continuaram os mesmos, id est, ampliar, sistemicamente e cada vez mais, a esfera de reverberação política dos Estados Unidos da América dentro da nova ordem mundial.

²⁰ Vale dizer a ideia de Kenneth Waltz de que a tese neorealista das relações internacionais pauta-se na manutenção da posição relativa que o Estado ocupa no sistema internacional.

pode atingir um grau de generalização e gravidade de tal ordem que, ao pôr em risco algum dos Objetivos Fundamentais, se transformem em importantes fatores de instabilidade para a Nação²¹.

Deve-se observar, portanto, que a nossa ideia de segurança é muito genérica sem admitir maiores desdobramentos estratégicos. Diversa é a cosmovisão estadunidense na medida em que transforma o conceito de segurança nacional em célula *mater* do engrandecimento geopolítico da nação, cuja geometria tridimensional acopla sobre um único eixo três sendas estratégicas bem definidas, a militar, a econômica e a cultural. Neste passo, há que se reconhecer que transcende o mero escopo da defesa nacional e da atuação militar para se projetar como eixo geoestratégico de expansão de poder. Deixa-se para reflexão do leitor se o nosso conceito de segurança nacional faz jus à pretensão de deslocar o Estado brasileiro para o centro de gravidade do cenário internacional. A questão fundamental, que se impõe, é saber até quando o estrategista pátrio vai permanecer sem horizonte intelectual²² ou capacidade para engendrar, com agudeza de espírito, um constructo estratégico genuinamente autóctone em relação às pressões externas e às nossas necessidades de existência condigna.

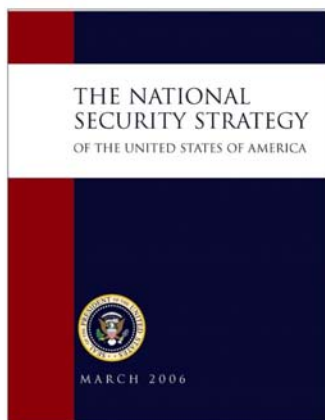
Em conclusão desta segmentação temática, é importante ainda chamar a atenção do leitor para o espírito pragmático que inspira o estrategista estadunidense, que já identificou o novo centro axiológico do Estado de Direito hodierno, isto é, o **princípio da dignidade da pessoa humana**. Qualquer que seja a posição dos grandes doutrinadores internacionais do mundo ocidental (pós-positivistas ou neopositivistas, nacionalistas ou internacionalistas, neorealistas ou neoidealistas), o fato é que todos concordarão com a prevalência da dignidade humana sobre as razões de Estado, o que, evidentemente, respaldará com maior legitimidade axiológica às ações da política externa norte-americana no espaço geopolítico alheio. Nesse diapasão, vale destacar, com a ajuda da figura abaixo, os dois novos pilares de sustentabilidade da segurança nacional dos EUA, quais sejam:

- i) promote freedom, justice and human dignity; e*
- ii) confront challenges by leading growing community of democracies.*

²¹ Cf. Manual Básico da ESG. Vol I - Elementos doutrinários. Rio de Janeiro, 2006, pp. 52-53.

²² A verdade é que a política e a estratégia nacionais não dependem apenas dos militares, mas, principalmente da sociedade civil e, em especial, da classe política e da classe acadêmica. Nesse sentido, vale lembrar que muitos conceitos de política e estratégia nos EUA são articulados nas universidades e depois transplantados para o Pentágono.

National Security Strategy



Two Pillars

- Promote Freedom, Justice and Human Dignity
- Confront Challenges by Leading Growing Community of Democracies

NSS Tasks

- Champion Aspirations for Human Dignity
- Strengthen Alliances to Defeat Global Terrorism
- Work with Others to Defuse Regional Conflicts
- Prevent Enemies From Threatening Us, Allies & Friends with WMD
- Ignite New Era of Global Economic Growth
- Expand Circle of Development by Opening Societies & Building the Infrastructure of Democracy
- Develop Agendas for Cooperative Action With Other Main Centers of Global Power
- Transform America's National Security Institutions to Meet Challenges & Opportunities of the 21st Century
- Engage the Opportunities & Confront the Challenges of Globalization

A bem da verdade histórica, é preciso, pois, interpretar o modelo de segurança nacional norte-americano a partir de perspectiva estratégica mais elevada. Neste aspecto, estes dois novos pilares simbolizam meros aparatos respaldadores de intervenção preventiva da Doutrina Bush.

Com rigor, os valores de liberdade, justiça, dignidade da pessoa humana e comunidade aberta de Estados democráticos não são princípios axiológicos prioritários dentro da Grande Estratégia dos EUA, mas, sim, instrumentos, impregnados de alto valor intrínseco, que servirão de fachada para as iniciativas militares nas hipóteses de ameaça aos seus interesses vitais. Nesse sentido, a democracia é simples mecanismo de mercado, onde as nações são os consumidores, e as empresas multinacionais norte-americanas, os empreendedores. Da mesma forma, esses ideais são os elementos nucleares do Estado Democrático de Direito no mundo contemporâneo, capazes de legitimar ações preemptivas por parte dos EUA.

Aproveitando-se desta tendência universal de evolução do conceito de Estado Democrático de Direito, o estrategista norte-americano não tardou a aperfeiçoar o uso da democracia enquanto instrumento estratégico de política externa na medida em que sabe perfeitamente que quanto maior o número de nações democráticas ao redor do mundo, melhor para sua transnacional

economia. Com rigor, estes novos pilares de sustentabilidade da segurança nacional dos EUA transformam-se na sua nova componente político-cultural. Aquela ideia-força de engrandecimento (*Enlargement*) aplica-se a este objetivo. Aliás, é esta noção que faz um objetivo político coincidir com um objetivo econômico, tal como na expressão *growing community of democracies*, isto é, promover o engrandecimento da comunidade de Estados democráticos é promover o desenvolvimento da economia dos EUA.

Em termos de política externa, é conhecida a tradição norte-americana de combinar interesses e valores, ideologia e geopolítica, democracia e economia, direitos humanos e intervenção. Neste sentido, interesses estratégicos e valores jurídico-filosóficos entrelaçam-se para formar ondas de projeção mundial da livre concorrência. Na visão norte-americana, não há absurdo em considerar os sagrados valores de liberdade, justiça e dignidade do indivíduo como um meio de legitimar sua doutrina de intervenção preemptiva. Combinar “acesso mercadológico” e “combate ao terror” não é nenhum óbice para a Grande Estratégia dos EUA, vez que metas plenamente exequíveis dentro da matriz de segurança nacional, *i.e.*, a estratégia liberal de mundialização do comércio não interfere nas ações antiterror dentro de um quadro mais amplo de guerra assimétrica.

Enfim, é importante ganhar-se a visão ampla e profunda da segurança nacional dos Estados Unidos que, a partir de perspectiva sistêmica, engloba três grandes eixos estratégicos nas esferas econômica, militar e cultural. Completamente distinto o conceito brasileiro, aí incluído, logicamente, o do Manual da ESG.

E, com esse tipo de intelecção em mente, pode-se, então, dizer que o grande mérito de uma **percepção ampla de segurança nacional** traçada nos moldes estadunidenses e, diferente do nosso, é a perspectiva de, efetivamente, sistematizar a projeção do poder nacional em escala internacional, sistematização esta que se corporifica por meio da integração de três grandes dimensões estratégicas: política, econômica e militar.

IV - OS ESTADOS UNIDOS E SUA LÓGICA PRAGMÁTICA DE FORMULAR CONCEITOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA

Na acepção que a doutrina costuma chamar de **era pós-9/11**, cuja caracterização se dá a partir do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, em contraposição ao período imediatamente à Queda do Muro de Berlin, reafirma-se a importância dos mecanismos militares de guerra assimétrica,

aplicados contra combatentes não oficiais e sem respaldo das regras do Direito da Guerra (*jus in bello*)²³.

Agregue-se a estes a perspectiva multicivilizacional, que rejeita o *Fim da História* de Francis Fukuyama e, por via de consequência, a ideia monolítica vencedora. Adentra-se, assim, em um terreno que exige investigação de novos parâmetros estratégicos que passaram a permear a matriz de segurança nacional dos EUA depois do colapso da URSS.

Em concepção mais ampla, consoante se observou alhures, a fragmentação da ameaça nuclear global logo evidenciou a inadequabilidade da Grande Estratégia da Contenção e, por conseguinte, fez com que se instaurasse, nos Estados Unidos da América, um novo paradigma de segurança nacional. O advento do fim da Guerra Fria trouxe em seu bojo a valorização político-estratégica das ameaças de caráter regional. Com efeito, a evolução do cenário mundial enveredou para o aquecimento das questões regionalizadas, em especial, nas áreas estratégicas do Golfo Pérsico e do nordeste asiático. E, tanto é assim, que se repotencializa a premissa de *major theater war* (MTW)²⁴ ligada indissolivelmente a um conflito regional de grande magnitude.

Com rigor, para entender, completamente, esta reorientação estratégica, verdadeira quebra de paradigma militar, é necessário remontar ao ano de 1993 e analisar o chamado *Bottom-up Review*, estudo desenvolvido sob a direção do, então, Secretário de Defesa, Les Aspin. Com rigor, para ganhar validade acadêmica, qualquer exame com a pretensão de investigar a evolução do pensamento estratégico militar norte-americano deve perpassar, inexoravelmente, pela análise deste importante marco. Pode-se mesmo afirmar que a reorientação estratégica de 1993 é um divisor de águas dentro do pensamento militar norte-americano, porque representa uma alteração radical de rumo, passando-se do modelo da “Guerra nas Estrelas” para o do Engajamento Militar Seletivo e Flexível. Com efeito, o *Bottom-up Review* tornou-se a base de sustentação não somente do engajamento seletivo e flexível, mas, também, da própria estratégia de segurança nacional do *Engagement and Enlargement*.

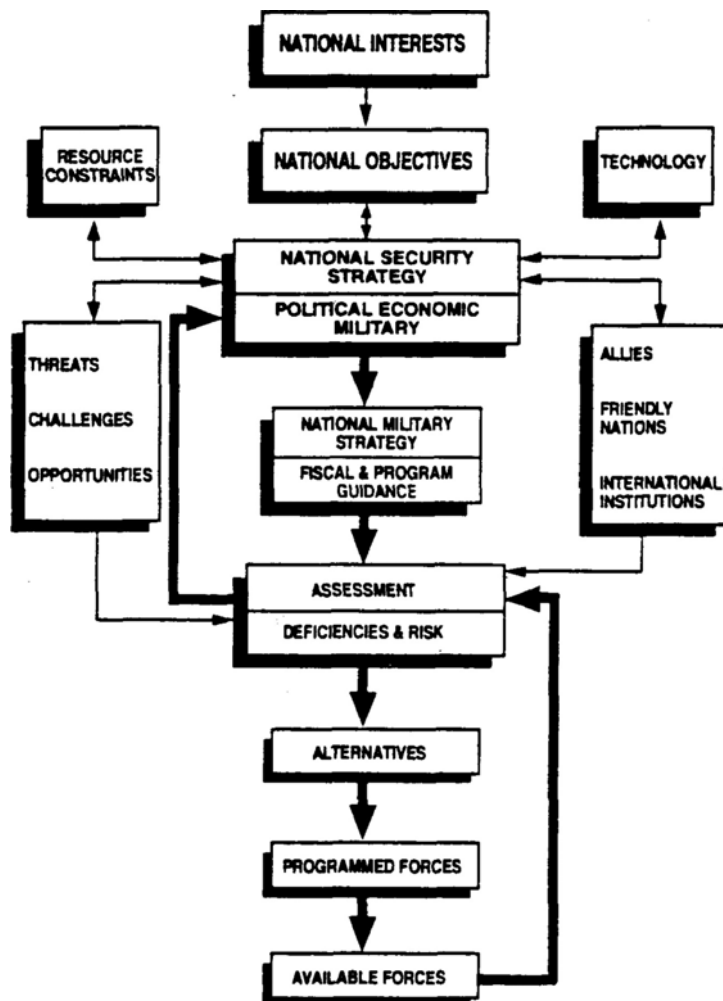
Em sentido amplo, o *Bottom-up Review* é uma reformulação realizada de baixo para cima, como indica a sua própria designação. Isto significa dizer que houve uma inversão de papéis dentro do esquema teórico de planejamento de forças usado para dimensionar o poder militar dos Estados Unidos da América. Ou seja, partindo-se da situação real naquela oportunidade, concluiu-se pela possibilidade de ganhar dois grandes

²³ Não confundir o *jus in bello* (Direito da Guerra) com o *jus ad bellum* (Direito à Guerra) abolido a partir das Conferências de Yalta e Potsdam no final da Segunda Guerra Mundial.

²⁴ Guerras regionais de grande magnitude, ou simplesmente, grandes conflitos regionais.

conflitos regionais simultaneamente. Esta capacidade tornou-se, então, o novo imperativo categórico das forças armadas estadunidenses desde a desintegração soviética. De notar-se, que, neste caso, não se observou a metodologia tradicional do modelo desenvolvido por Richmond M. Lloyd, denominado *Top Down Framework*, que se inicia com a análise dos interesses e objetivos nacionais, como mostra a figura abaixo:

STRATEGY AND FORCE PLANNING FRAMEWORK



É bem de ver que o modelo de Richmond Lloyd começa de *cima para baixo* a partir das variáveis que consideram as restrições de recursos, a tecnologia, as ameaças, os desafios, as oportunidades, os aliados, as nações

amigas e as instituições internacionais, para, então, conceber a Estratégia de Segurança Nacional em suas três grandes dimensões já amplamente comentadas: política, econômica e militar.

A revisão estratégica de 1993 foi a antítese desse modelo, na medida em que partiu de *baixo para cima* na formulação da concepção estratégica militar estadunidense. No entanto, é importante destacar o caráter pragmático que orienta a elaboração de conceitos de política e estratégia nos EUA, tais como o *Bottom-up Review*, e o imperativo categórico militar de ganhar duas guerras regionais simultâneas, frutos desse tipo pensamento. Observe, com atenção, que o *Bottom-up Review* interrompe a vigência da estratégia da “Guerra nas Estrelas”, por entendê-la inútil dentro de uma nova era de fragmentação da ameaça nuclear, ao mesmo tempo em que desloca para a centralidade da Grande Estratégia a guerra regional de grande magnitude, fator preponderante na era de abertura dos mercados mundiais.

É nesse diapasão que desponta o conceito estratégico do *engajamento militar seletivo e flexível*, que vai respaldar no nível acima a estratégia de segurança nacional do *Engagement and Enlargement*. Em suma, vale reafirmar que o *Bottom-up Review* não deve ser interpretado sob uma ótica separada, como simples reestruturação militar, pois, trilhando uma trajetória mais ampla, provocou rupturas dentro do pensamento norte-americano que permite isolá-lo de épocas anteriores. Com efeito, de um lado, repudiou o legado armamentista da era *reaganiana*, ao negar a estratégia da ‘Guerra nas Estrelas’, do outro, refutou a tese do isolacionismo, ao respaldar o engajamento militar seletivo e flexível, base da nova estratégia de segurança nacional do *Engagement and Enlargement*.

Com o imperativo categórico militar de ganhar duas guerras regionais simultâneas, as forças norte-americanas poderão ser engajadas diretamente em várias regiões do mundo, *id est*, em qualquer lugar onde houver suspeita de apoio ao terrorismo, o que vai implicar na necessidade de manter a sua atual capacidade. Ademais, os Estados Unidos vivem um estado psicológico de tensão que não privilegia o corte orçamentário em termos da defesa nacional.

V - A RELEVÂNCIA DA FORMULAÇÃO DE UM MODELO ESTRATÉGICO GENUINAMENTE SUL-AMERICANO

Para analisar esta temática, investiga-se, preliminarmente, o documento denominado *United States Security Strategy for the Americas*, assinado pelo então Secretário de Defesa daquele país, William J. Perry. Este documento é a estratégia dos EUA para as Américas.

A partir da análise deste documento, pode-se perceber que os Estados Unidos procuram universalizar o combate às ameaças que lhes são próprias, tentando incutir nas Forças Armadas sul-americanas a necessidade de se engajar no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e ao terrorismo internacional.

Neste sentido, a estratégia norte-americana para as Américas engendrou seis grandes axiomas denominados princípios de Williamsburg, dentre os quais, aquele que mostra a tentativa de transformar o poder militar das nações sul-americanas em simples força policial. Com efeito, é pela interpretação literal desses princípios que se ganha a inteligência do empreendimento estratégico norte-americano de envolver a expressão militar do subcontinente latino-americano na luta contra o *narcoterrorismo*.

Sob o pretexto de aumentar a cooperação interestatal dentro do conceito de segurança hemisférica, os Estados Unidos seduzem as elites políticas sul-americanas para desvirtuar o papel de suas Forças Armadas e deixam entrever que a defesa do continente será proporcionada pela potência superior, não havendo necessidade de engajamento por parte dos demais países latinos. Estes devem limitar-se ao combate daqueles desafios, deixando-se a manutenção da paz e da segurança na América do Sul a cargo dos Estados Unidos.

Em rápida digressão filosófica, tal postura faz lembrar o *Leviatã hobbesiano* com escopo estatal, isto é, a nação mais poderosa do planeta proclama aos seus países vassalos a abdicar de suas soberanias em troca da segurança maior de todo o continente, que só será alcançada por meio da tutela de sua supremacia absoluta.

Se Thomas Hobbes pregava que os indivíduos deveriam entregar suas liberdades para que o monarca absoluto, o Deus mortal, o *Leviatã*, proporcionasse paz e segurança entre os homens que, no estado da natureza, eram maus por si sós, os Estados Unidos professam as novas ameaças do mundo pós Guerra Fria, justificam o retraimento militar para assuntos internos, e recebem, em troca, a garantia de defesa contra as ameaças externas ao continente. Em síntese, *mutatis mutandis*, a nação hegemônica, um verdadeiro *Leviatã* de Estados Nacionais, deve proporcionar a segurança coletiva em âmbito hemisférico em troca das soberanias relativizadas das nações periféricas, incapazes de se autoprotgerem, voltando-se, portanto, para assuntos de segurança policial e desempenhando papel secundário no que tange às ameaças externas.

Em consequência, acredita-se que esta ordem militar de Williamsburg deve ser repelida com veemência por atentar contra a soberania nacional e, exatamente, por isso, ganham importância os conceitos da Zona de Paz e

Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A ZPCAS é uma construção estratégica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e tem o importante papel de tentar neutralizar uma possível iniciativa dos EUA de criar-se a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), mecanismo semelhante à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e que consolidaria a hegemonia norte-americana nesta importante região geoestratégica.

Nesse diapasão, um conceito estratégico genuinamente sul-americano em termos de segurança hemisférica perpassa, necessariamente, pela consolidação de um ambiente de paz e cooperação dentro da região do Atlântico Sul, o que, evidentemente, também, contribui, em grande magnitude, para as aspirações do Conselho de Defesa Sul-Americano, tornando sem efeito qualquer tentativa de formação de uma ampla aliança militar sob a égide da nação estadunidense.

De feito, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano pode representar as bases do desenvolvimento de uma mentalidade voltada para a integração dos países como instrumento de consolidação da paz e da segurança regional. Ademais, é importante entender que o fortalecimento da ZPCAS e do Conselho de Defesa Sul-Americano favorece a projeção internacional brasileira, seja em relação ao espaço geoestratégico do continente, seja em relação à África Atlântica, em especial a África do Sul e aos países de língua portuguesa.

É a própria Política de Defesa Nacional (PDN), enquanto documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa do País, que prioriza a integração sul-americana e a ZPCAS. Nesse diapasão reza nossa PDN:

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

Enfim, tanto o Conselho de Defesa Sul-Americano como a ZPCAS podem preencher uma grande lacuna existente na formulação de políticas e estratégias genuinamente sul-americanas que levem em conta as perspectivas de uma sociedade de Estados Democráticos de Direito dentro de uma área geopolítica afastada dos principais focos de tensão mundial, com baixíssimos níveis de gastos em defesa e com grau mínimo

de conflituosidade intrarregional. Neste contexto, cabe ao estrategista sul-americano:

- i) criar modelos de integração que fortaleçam a UNASUL;
- ii) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa;
- iii) integrar as bases industriais de defesa;
- iv) promover crescimento econômico sustentável; e
- v) criar as bases de uma América do Sul como polo de poder dentro do sistema mundial.

De tudo se vê, por conseguinte, que é imperioso conceber, no Brasil, um conceito de *segurança nacional tridimensional* com capacidade de promover ações estratégicas voltadas para a integração do continente e do Atlântico Sul. Urge, pois, engendrar a tridimensionalidade da segurança nacional brasileira por três grandes eixos, a saber:

a) no plano político, a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);

b) no plano econômico, a expansão do Mercosul a partir da atração dos países do Arco Amazônico e da Comunidade Andina de Nações;

c) no plano militar e de defesa, o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano como principal mecanismo de promoção da paz e desenvolvimento da região.

Com efeito, para enfrentar a projeção dos Estados Unidos sobre o continente, é necessário sistematizar a *tridimensionalidade da segurança nacional* pelos dois grandes princípios nucleares: a liderança benigna brasileira na América do Sul e a inserção internacional multipolar.

O primeiro princípio é indispensável para a consolidação da América do Sul como *lebensraum brasileiro*, isto é, espaço vital para o fortalecimento da posição internacional do Brasil. A bem da verdade histórica, desde a *Doutrina Monroe* em 1823, os EUA vêm exercendo o controle hegemônico do cenário sul-americano. O Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para romper com tal predominância cêntrica norte-americana e, assim, traçar um futuro autônomo para o continente. O aforismo é simples: “Ou o Brasil assume sua natural liderança benigna na América do Sul, ou então se subordina geopoliticamente aos EUA”.

O segundo princípio informa a inserção brasileira em múltiplas frentes de cooperação internacional, ou seja, na União Européia e no Bloco Asiático, além da própria projeção atlântica sobre a África. Em essência, a inserção multipolar significa rejeitar o alinhamento automático e subserviente aos EUA, interessado em impor uma integração hemisférica sob seu manto hegemônico. Eis a razão pela qual a imprescindibilidade de abrir frentes em diversos polos é elemento central para uma geopolítica brasileira de autodefesa.

Com toda essa análise feita, impende, ainda, destacar que a América do Sul, por ser uma região desprovida de potências nucleares, livre de radicalismos religiosos e de grupos terroristas e com o menor nível de gastos com defesa, certamente, não contará com processos relevantes de cooperação militar e transferência de tecnologia dimanados dos Estados Unidos, muito ao revés, a América do Sul não tem nenhuma importância estratégica em termos de segurança nacional para aquele país; seu interesse na área é meramente de exploração econômica.

Urge, portanto, conceber uma estratégia conjunta para a região, com latitude científico-estratégica suficiente para não mais ficar na dependência dos EUA, seja em termos econômicos, seja em termos tecnológicos.

VI - CONCLUSÃO

Este trabalho acadêmico procurou interpretar e analisar, em perspectiva crítica, o processo de formação dos paradigmas estratégicos dos Estados Unidos da América, de modo a compará-lo com o brasileiro.

Pela sistematização desenvolvida, constatou-se que o conceito de segurança nacional transborda a mera dimensão militar para alçar vôo mais elevado rumo a uma *tridimensionalidade estratégica*, cujo vínculo político-econômico-militar busca manter as estruturas hegemônicas da nação estadunidense de modo a moldar e recompor a ordem mundial. Com efeito, foi possível compreender a grandiosidade dos paradigmas estratégicos dos Estados Unidos, cuja arquitetura de inspiração neorealista estruturalista deságua sempre na conquista da posição relativa de única superpotência remanescente na era pós-desintegração soviética. É a ideia de *second to none* que não admite o surgimento de um novo rival geopolítico na cena mundial.

Dotadas de extraordinária lógica de construção, as estratégias de segurança nacional dos EUA desencadeiam uma sequência de documentos que, embora caminhando por sendas próprias, dirigem-se sempre para um mesmo ponto no campo da sua política externa: engrandecimento geopolítico da nação. Com efeito, são dimensões bem definidas que, interligadas, lhe patenteiam a marca caracterizadora de integralidade estratégica.

Para, além disso, vale, também, destacar a visão prospectiva do estrategista estadunidense que, partindo da plena compreensão do cenário pós-fragmentação da ameaça nuclear global, gerou um novo padrão que, a um só tempo, afastou a tese do isolacionismo do período entre guerras e engendrou a abertura do comércio em escala mundial. Não foi por acaso que o *Engagement and Enlargement* gerou pela primeira vez na História dos EUA o crescimento ininterrupto de sua economia durante mais de oito anos consecutivos (os dois períodos do Governo de Bill Clinton).

Por outro lado, verificou-se que ao modelo atual de segurança nacional dos EUA falta-lhe a ideia-força de multilateralismo de escopo global e de fortalecimento das instituições do Direito Internacional Público. Com efeito, o estadista e o legislador norte-americanos terão que repensar o assunto, considerando agora novas formas de relações internacionais e outras fórmulas de combate ao terrorismo. Retórica e prática andam em descompasso na política externa estadunidense: dignidade humana e Guantánamo são histórias contrafactuais. Outrossim, justiça e liberdade de um lado não se coadunam com lei patriótica do outro.

Enfim, com agudeza de espírito, a nova estratégia norte-americana busca legitimação nos dois grandes pilares de sustentabilidade do Estado Democrático de Direito contemporâneo, quais sejam a dignidade humana e a distribuição de justiça e liberdade. No entanto, resta saber se isso é mera questão de retórica ou não. O fato é que o evento terrorista de 11 de setembro repercutiu profundamente na elaboração de uma nova ordem mundial, caracterizada pela substituição dos princípios consagrados e vigentes até então na comunidade internacional, dentro de um verdadeiro quadro de neutralização axiológica do Direito Internacional Público.

Com efeito, a Doutrina Bush atenta contra os seus princípios basilares e corporifica uma cosmovisão torpe do que vem a ser um unipolarismo benigno sob suposta *Pax Americana*.

Finalmente, do estudo realizado, ficou patente que a formulação de conceitos estratégicos no Brasil precisa ser repensada. Os conceitos são genéricos, sem força para orientar ações estatais concretas e eficazes na consecução dos objetivos fundamentais do Estado e dos direitos fundamentais do cidadão comum.

Entende-se, portanto, que precisam ser desdobrados pela intelectualidade brasileira de modo a tornar o Brasil, país de perfil continental e atlântico, uma verdadeira potência global. Sem se subordinar inocentemente a concepções alienígenas, urge ao estrategista pátrio conceber novos paradigmas que atendam a postura geoestratégica do Brasil.

Infelizmente, a elite brasileira ainda não percebeu a importância de uma política de segurança nacional. E o que é pior: em tempos de globalização da economia, da sociedade em rede (Manuel Castells), da era do caos (Ignácio Ramonet), do mundo plano (Thomas Friedman), fica cada vez mais visível a perda de autonomia estratégica da periferia do sistema mundial moderno *wallersteiniano*. É preciso mais do que nunca reconstruir o edifício epistemológico brasileiro, com latitude científica suficiente para neutralizar a atuação de atores internacionais contrários ao engrandecimento estratégico do nosso País. Ao núcleo central do sistema mundial, não é conveniente assistir passivamente a ascensão de potências regionais como o Brasil,

notadamente os Estados Unidos que, desde a *Doutrina Monroe* de 1823, consideram a América Latina como seu *lebensraum* natural, seu espaço vital e próprio de dominação.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais e política externa do Brasil: uma perspectiva histórica in Conferência Brasil 500 Anos – 2000*. Espanha: USC, 2000.

AMORIM, Celso; THORSTENSEN, Vera. *Uma Avaliação Preliminar da Conferência de Doha – as Ambiguidades Construtivas da Agenda do Desenvolvimento in Política Externa*, v. 10, n. 4, p. 57-81, mar./mai. São Paulo: 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vira Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

ASPIN, Les. *Report on the bottom-up review*. Washington, DC: Department of Defense, 1993.

BACKHEUSER, Everardo. *Curso de geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BERCOVICI, Gilberto. *Canotilho e a constituição dirigente*. Organizador Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: 2005.

_____. Ministério da Defesa. *Política Militar de Defesa*. Brasília: 2005.

BROCHARD, Jacques Perruchon de. *A miragem do futuro: a nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BRODIE, Bernard. *War and politics*. New York: Macmillan, 1973.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Game plan: a geostrategic framework for the conduct of the U. S. – Soviet contest*. Boston: Atlantic Monthly Press, 1986.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Therezinha. *África: geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso in Revista Brasileira de Política Internacional*. a. 45, n. 1, p. 5-35. Brasília: jun. 2002.

CHALIAND, Gerard; RAGEAU, Jean Pierre; PETIT, Catherine. *Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde*. Paris: Fayard, 1983.

CHOMSKY, Noam. *Um divisor de águas para os EUA in Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 16 set. 2001.

_____. *11 de setembro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLINTON, William. *A national security strategy of engagement and enlargement*. Washington, DC: White House Press, 1995.

COLSON, M. *La strategie americaine, in Conférence au Collège Interarmées de Défense*, 1996, Paris : [s.n.] 1996.

CORVISIER, André. *Dictionnaire d'art et d'histoire militaires*. Paris, PUF, 1988.

COSTA, Thomaz Guedes. *Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil in Revista Brasileira de Política Internacional*. a. 37, n. 1. Brasília: 1994. p. 106-120.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico: Elementos doutrinários*. Rio de Janeiro, 2006.

FIORI, José Luis. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Estado de Sítio).

FONDATION POUR LA RECHERCHE STRATÉGIQUE (França). *Annuaire stratégique et militaire*. Paris: Odile Jacob, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRIECO, Franscisco de Assis. *O Brasil e a globalização*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 3 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

HANDEL, Michel I. *Masters of war: Sun Tzu, Clausewitz and Jomini*. London; Portland; Origon: Frank Cass, 1992.

_____. *Weak states in the international system*. London: Frank Cass, 1981.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HIRSH, Michael. *Bush and the world, in Foreign Affairs*, v.81, n. 5, p. 18-43, sept./oct. 2002.

HOBBSBAWN, Eric. *Entre a razão e a insanidade in Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 18 set. 2001.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

IRTI, Natalino. *Geodireito in Conferência Biodireito e Geodireito*. 2007, São Paulo: USP, 2007.

LLOYD, Richmond M. *Strategy and Force Planning Framework, Strategy and Force Planning*. Newport, RI: Naval War College, 1995.

RAMONET, Ignacio. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Estado e Direito: Tendências para o Século XXI

Caetano Ernesto da Fonseca Costa

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Resumo

Este artigo propõe-se a analisar o papel do juiz no Século XXI e, em especial, seus novos desafios advindos da judicialização da política, fenômeno que transfere para o Poder Judiciário as macro decisões fundamentais do Estado brasileiro. Na esteira do pensamento contemporâneo pós-positivista, demonstra-se a necessidade de aproximação dos juizes e tribunais com a política, notadamente o Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição. Em tempos de neoconstitucionalismo, a reaproximação entre a ética e o direito é o novo imperativo do direito constitucional, logo, não há mais espaço para o isolamento autopoietico do magistrado em relação à sociedade, muito ao contrário, o poder judiciário deve estar aberto a outros fluxos epistemológicos advindos da filosofia, da geopolítica, da ciência política e outras. Destarte, urge readaptar os tribunais aos novos tempos e reorientar os magistrados ao estudo interdisciplinar, abandonando-se a figura do juiz-máquina e sua aplicação mecânica da lei, pela do juiz-cidadão e sua aplicação axiológica da lei.

Palavras-chave: Neoconstitucionalismo. Pós-positivismo. Reaproximação entre Ética e Direito. Perfil do Magistrado no Século XXI. Saber Multidisciplinar do Magistrado.

Abstract

This article proposes a conceptual investigation of the judge's role in an era of post-positivism, specially the challenges coming from the judiciary of politics, all in order to transfer the greatest political decisions of the nation for the Supreme Court. In an era of post-positivism, the judges need to approach politics, namely the Supreme Court acting as Constitution's protector. Nowadays, the reaproximation between law and moral is the main imperative of the constitutional interpretation, then, there's no room for isolation of the judges in relation to society. On the other hand, justice

must be open to others epistemological fluxes, such as political science, geopolitics, economy etc. Finally, it urges to create some news standards to guide the interpreter for using the rationality of judicial decisions made through an axiological process.

Keywords: Neoconstitutionalism. Post-positivism. Reapproximation between Moral and Law. Judge's Profile in the 21st Century . Magistrate Multidisciplinary Knowledge.

I - INTRODUÇÃO

Nesse novo milênio vem, com certeza, exercendo o Judiciário preponderante papel na escolha dos destinos políticos da nação. Esse mesmo Judiciário, que, ao longo do tempo, sempre se mostrou estável e previsível, agora se vê desafiado a ocupar espaços antes por ele desconhecidos.

Lacunas, eventualmente deixadas pelo Legislativo e Executivo, fazem atualmente parte da rotina dos magistrados, que não têm mais como efetivar o direito com os instrumentos de outrora, ou seja, mais na qualidade de meros observadores do que propriamente agentes interventores e comprometidos com o futuro do país.

Aquela posição tradicional do juiz, distante da sociedade e do seu jurisdicionado, passa a dar lugar a um novo magistrado, cujo maior desafio é o de atuar de maneira pró-ativa, sem perder a sua esperada e necessária imparcialidade. Outros tempos, conceitos **redefinidos**, diversas fronteiras, intensa globalização, estes são, dentre muitos, os maiores desafios a exigir do juiz, comprometido com a sua profissão, uma nova e diferente postura.

Exige-se agora do operador do direito que, além de pró-ativo, detenha, a par do conhecimento técnico, também uma sabedoria multidisciplinar, conhecedor do que acontece à sua volta e no mundo que o cerca. Nesse sentido, as demandas de um Poder Judiciário altamente comprometido com os destinos políticos da nação imprimem uma nova dimensão nas relações entre o Estado e o direito. Com efeito, o juiz desse milênio torna-se um seguidor de princípios, cujo objetivo maior é a busca do caminho da ética a partir de interpretação elástica do texto normativo. Supera-se, portanto, a simples aplicação mecânica da lei e o conceito da mera formação técnico-jurídica do magistrado tradicional. Com isso, promove-se a proximidade do juiz com o seu jurisdicionado.

Destarte, é o perfil desse novo julgador que se procura definir ao longo deste artigo, tema de vital relevância dentro da perspectiva neoconstitucionalista atual, onde, repita-se, cada vez mais, cresce o seu papel na formação do futuro político do país.

II - A INFLUÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Essa participação inicia-se pela nossa mais alta Corte de Justiça, o E. Supremo Tribunal Federal (STF), a quem cabe a tarefa principal de ditar a eficácia e a aplicação dos principais textos legais editados no Parlamento a respeito dos mais variados conteúdos, envolvendo, via de regra, intrincadas e relevantes discussões sobre temas sociais e econômicos.

Como é do conhecimento geral é o próprio texto constitucional que fixa a competência do nosso Supremo Tribunal Federal para processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade de leis ou atos normativos federais, além de decidir litígios entre Estado estrangeiro com a União, Estados, Distrito Federal e Territórios. Soma-se a isso a competência do STF para julgar as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, bem como a validade de lei ou ato de governo local, quando contestado em face da Constituição.

Enfim, como guardião da nossa Carta Política, cabe a Suprema Corte a tarefa de interpretar o texto constitucional, dizendo do alcance e da efetividade de todo o sistema jurídico da nação. Essas decisões têm efeito vinculativo, a luz do que preceitua o artigo 102, inciso III, § 2º da própria Constituição Federal, *verbis*:

As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais Órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

É, portanto, do Supremo Tribunal Federal a tarefa de definir os princípios norteadores da função de legislar, porque do contrário, violado o texto constitucional, a norma legal perderá toda sua eficácia em território nacional.

É, justamente, por isso que estão no palco do Supremo Tribunal Federal as discussões da maior relevância, a exemplo do que acontece com a fixação dos limites das terras indígenas, assim como com a possibilidade do estudo das chamadas células tronco.

Outros Tribunais Superiores também têm a responsabilidade de deliberar sobre os destinos políticos do nosso Brasil, como foi recentemente o caso do E. Tribunal Superior Eleitoral, que mobilizou a nação em torno da celeuma criada sobre a possibilidade da candidatura a cargos eletivos daqueles que se acham respondendo a procedimentos criminais.

Não se deve esquecer que, na mesma linha de influência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Eleitoral, há os Tribunais locais, que são competentes para declarar a inconstitucionalidade de leis Estaduais ou Municipais, nos termos estabelecidos pelo artigo 97 da Constituição Federal.

Enfim, há todo um sistema constitucional a moldar a participação do Poder Judiciário na vida política da nação brasileira, que não pode mais deixar de ser considerado. É a figura do juiz interferindo na vida política do país, quando evidentemente o exige a lei ou a situação em concreto. É o fenômeno da judicialização da política, tema candente do constitucionalismo contemporâneo. Mas se o Judiciário interfere cada vez mais no futuro da nação, que Poder é esse ainda tão desconhecido da população brasileira? Que perfil teria ou deveria ter o juiz, integrante desse atual Poder da República? A essas duas indagações ousa-se responder no correr desse trabalho.

III - O NOSSO JUDICIÁRIO

Na conhecida tripartição das funções estatais caberia ao Parlamento a responsabilidade de legislar, enquanto ao Executivo a de administrar, e ao Judiciário a de resolver conflitos específicos de interesse entre os jurisdicionados. A vida prática, contudo, com o correr dos anos sepultou essa proposta, evidenciando que essas três distintas atividades são de fato muito mais complexas do que de início se imaginava.

Novos tempos, novos desafios, e o juiz a cada dia é chamado a atuar de forma menos convencional e ortodoxa. O saber tradicional e jurídico já não lhe é suficiente para resolver os desafios que normalmente se apresentam no processo.

O texto legal passou a ser mera resposta conjuntural a problemas casuísticos e localizados. A casa do Parlamento vem sendo ocupada por representantes nem sempre comprometidos com o bem comum, mas, sim, por pessoas vinculadas a interesses específicos.

O Executivo, inobstante as já reiteradas e conhecidas promessas de campanha, não resolve e nem melhora os problemas que afligem o cidadão comum, ou seja, as questões relativas à **segurança**, à **saúde** e à **educação**.

O descrédito da população aumenta na mesma proporção da falta de confiabilidade nas Instituições, de maneira que sobra para o cidadão, como derradeiro recurso, quando já esgotadas sem sucesso todas as outras alternativas, a opção de bater nas portas do Judiciário para que este lhe garanta, por vezes, até sua própria sobrevivência.

Não é exagero dizer que os juízes, dia-a-dia, deferem dezenas e dezenas de liminares, conferindo o acesso à população menos favorecida a medicamentos

necessários a sua própria sobrevivência, quando o que se esperava do Poder Público seria o pronto atendimento de uma demanda tão necessitada.

É nessa lacuna, no espaço vazio deixado pelo Legislativo e pelo Executivo, que começou a brotar a semente desse recente Poder Judiciário, que não se nega a assumir sua imensa responsabilidade, mesmo que em terreno alheio (esfera de discricionariedade do legislador democrático) e, desde que, evidentemente, amparado por princípios éticos da Constituição da República.

Um Judiciário que exige a presença de um novo juiz, não mais um frio e distante aplicador do texto legal, mas um agente consciente das modificações que precisa introduzir nos destinos do país. Um magistrado administrador de situações conflituais, seguidor de princípios éticos, conhecedor da realidade social que o cerca e, acima de tudo, sabedor das necessidades e dos limites do seu jurisdicionado.

Com habitual propriedade quem o diz é o Professor Guilherme Sandoval Góes, em artigo, recentemente publicado na obra *A Reconstrução Democrática do Direito Público no Brasil*, organizada pelo Professor Luís Roberto Barroso, sem favor algum um dos mais capacitados e preparados constitucionalistas contemporâneos, o seguinte:

O direito constitucional contemporâneo vem passando por momentos de transformações paradigmáticas, devido especialmente ao declínio do positivismo jurídico e de seu discurso axiomático-dedutivo do Direito. A cada dia que passa novos elementos hermenêuticos são incorporados à interpretação constitucional hodierna, na busca de seu desiderato maior de reaproximar o Direito da Ética. No neoconstitucionalismo, a efetividade dos princípios constitucionais vem sendo consolidada mediante harmonizações entre o texto da lei e o sentimento constitucional da distribuição de justiça. É nesse diapasão que desponta a relevância da construção científica de novas fórmulas dogmáticas e, em especial, o reconhecimento da dimensão retórica das decisões judiciais como fator integrante da normatividade do Direito'.

Dentro desse paradigma é que nasce a necessidade do juiz interpretar o texto legal de forma elástica, sempre no caminho da ética e do bem comum. Com isso, a efetiva participação do Poder Judiciário no cenário político brasileiro demanda um novo papel do magistrado como intérprete e aplicador da norma legal, uma mentalidade diferente, voltada para a solução de grandes causas nacionais, e.g., demarcação das terras indígenas, pesquisa de células tronco, nepotismo no serviço público, candidatura dos que respondem a procedimento criminal (TSE).

Com efeito, o Poder Judiciário foi desenhado inicialmente para funcionar em ambiente estável e previsível e, nesses tempos de mudança, é chamado

¹ GÓES, Guilherme Sandoval. "Neoconstitucionalismo e dogmática pós-positivista". In: *A reconstrução democrática do direito público no Brasil*. Organizador Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 113.

a solucionar conflitos para os quais se acha despreparado. É tempo de se atualizar em consonância com a situação do mundo globalizado, na medida em que a complexidade social impede o consenso sobre temas diversos. Além disso, para a grande maioria dos parlamentares, as questões que efetivamente afligem a sociedade não se mostram pertinentes. Nesse sentido, gritante é a omissão do legislativo, mais preocupado com interesses outros que nada têm a ver com a representatividade que lhes foi outorgada pelo povo brasileiro. Há, portanto, um enorme espaço normativo a ser preenchido pela criação jurisprudencial do direito. É, justamente, nesse terreno que o Judiciário começa a atuar; não mais aquele antigo e engessado, porém, um livre de amarras, longe do conceito de mero aplicador do texto legal e da norma posta.

O Judiciário do atual milênio já não pode se mostrar distante e inerte, mas, sim, positivo, preocupado e vinculado aos destinos da nação. Deixa o juiz de ser mero observador dos acontecimentos e passa a integrar as grandes mudanças, assumindo outras responsabilidades relacionadas aos fenômenos da politização da justiça e da jurisdicionalização da política.

As leis, cada vez mais, são construídas e apoiadas em princípios abertos e sabe o legislador que não tem como prever solução para as diversas modalidades de conflito. São sinais dos novos tempos, da era do neoconstitucionalismo e da dogmática pós-positivista. Dentro dessa realidade, a figura do juiz do Século XXI interpreta a norma em busca da justa solução para o caso concreto. No dizer da eminente Desembargadora Cristina Gaulia:

Ninguém questiona que o juiz deve respeitar a lei, mas dela não pode se tornar refém, pois os princípios que informam a interpretação de qualquer texto legal são os que garantem os direitos fundamentais.

Por certo não se quer um juiz robô, substituível por um moderno programa de informática, mas um juiz sensível à necessidade de um "background" cultural suficientemente denso que lhe permita uma visão realista das vidas, policromáticas e esgarçadas pela ausência do estado, dos membros da sociedade que integra².

IV - O JUIZ DO NOVO MILÊNIO

Já se disse da importância de ser o juiz um agente comprometido com o contexto social e político que o cerca. Mas, para atingir tal desiderato, quais as principais capacidades que deve desenvolver ao longo da sua função judicante?

Penso, em primeiro lugar, que ele necessita ser pró-ativo, embora não se esteja, evidentemente, com isso a defender sua atuação *contra legem*, ou muito menos a quebra do imprescindível princípio da imparcialidade

O que se quer dizer - sendo de absoluta relevância esclarecer- é

² GAULIA, Cristina. Artigo publicado no Jornal "O Globo" no dia 29.09.2008.

que o magistrado hoje deve romper barreiras, sair do usual, criar, buscar parcerias com o Poder Público, de forma a dar efetividade à atuação que o caso concreto está a lhe exigir.

Essa participação conjunta do juiz com outros agentes, ou mesmo com as entidades privadas, nada tem de subversiva ou ilegal. Muito ao contrário, é legítima e oficial, desde que amparada evidentemente por Convênios ou Protocolos devidamente autorizados pelo órgão competente de sua jurisdição. Assim, exatamente nesse sentido, vêm sendo editadas as legislações mais recentes e de cunho afirmativo, a exemplo do que acontece com a Lei 11.340 de 2006 que pune a violência familiar contra a mulher e, em seu artigo 8º, prevê justamente o trabalho articulado do Poder Judiciário com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Como se vê, é a própria lei que está a exigir do magistrado uma participação pró-ativa, destinada a criar políticas públicas de mão dadas com o Executivo.

Também não pode esse novo modelo de magistrado esquecer-se do seu inevitável comprometimento social, escondendo-se atrás do receio injustificado da possível perda de sua imparcialidade.

Por vezes o litígio está a exigir do juiz uma postura diametralmente oposta, ou seja, destinada a equilibrar uma relação que, por sua natureza, já se ostenta, pendendo para uma das partes, como é a hipótese das relações de consumo. A própria Lei do Consumidor demanda um desempenho especial, destinado a equilibrar a defesa no processo da parte mais enfraquecida, no caso o próprio consumidor.

Portanto, ser um magistrado pró-ativo é não sucumbir aos vícios de outrora, é buscar solução no mundo prático para os conflitos desse século, é aproximar-se do jurisdicionado e fazer com que o processo chegue ao principal fim colimado, vale dizer, à distribuição da verdadeira justiça.

Outras qualidades indispensáveis ao juiz são a busca do conhecimento multidisciplinar, a consciência do mundo que o cerca, e a compreensão das necessidades daqueles que o procuram.

Ouso dizer que, muitas vezes, esse conhecimento diversificado torna-se ainda mais relevante do que o próprio saber jurídico tradicional, melhor dizendo, do que o simples conhecimento do texto legal, que, via de regra, não basta para levar o magistrado a solucionar com justiça o caso concreto.

Lamentavelmente, os concursos públicos de início de carreira continuam a cobrar do candidato à magistratura, invariavelmente, apenas o saber técnico jurídico, não evoluindo para uma visão humanista e pessoal daquele que se propõe a abraçar esse verdadeiro sacerdócio. O juiz tem que compreender o indivíduo, suas mazelas, estar a par da realidade do seu país, pois, só assim, poderá interpretar livremente o texto legal e buscar pelo caminho da ética a razão de ser da própria justiça.

Esse novel modelo de magistrado deve, enfim, ser tão humano quanto aquele cidadão que irá julgar. Não pode se tornar uma “máquina de julgar”, inspirado na era da informática, mas, sim, trazer para o processo o que já aprendeu na importante escola da vida. Resumindo, o juiz tem que ser “gente”!

Por fim, em que pese a existência, por certo, de inúmeros outros predicados, o juiz precisa ser vocacionado com o segmento da atividade jurisdicional que optou por abraçar. Inevitavelmente, há bons juízes de Vara de Família que já não atuam com a mesma efetividade e talento nas Varas Criminais, ou nos Juizados, e assim por diante.

Caberá, cada vez mais, às administrações dos respectivos Tribunais respeitarem essa vocação no exercício das remoções ou promoções. Os Tribunais também têm que se adaptar aos novos tempos!

Enfim, esse é o perfil do magistrado que se espera para esse milênio: um juiz pró-ativo, independente, comprometido socialmente e, acima de tudo, um profissional que opera o direito aplicando princípios éticos, com a finalidade de realizar a justiça.

V - CONCLUSÃO

Não se tem mais dúvida do relevante papel que exerce o Judiciário nesse século, interferindo diretamente no cenário político da nação.

Preenche agora o juiz espaços que antes não eram da sua atribuição e, para isso, vê-se diante da necessidade de sair de sua tradicional posição de mero observador, assumindo sua condição de agente político e modificador da realidade brasileira. É o juiz participante e, acima de tudo, comprometido com os princípios éticos que o povo brasileiro elegeu na Carta Política de outubro de 1988.

São novos tempos, outra realidade, que estão a cobrar um magistrado, muito diferente dos seus antepassados, independente sempre, mas, também, preocupado e comprometido como contexto político da nação.

É, nesse sentido, que destaco a relevância de altos estudos de política e estratégia para a atividade jurisdicional contemporânea. Com efeito, o real diagnóstico da situação brasileira perpassa, inexoravelmente, por tais estudos de elevado nível, o que evidencia por si só sua relevância para o exercício da magistratura, haja vista que o juiz do século atual não pode e nem deve ficar adstrito à pesquisa jurídica, devendo dedicar-se também, e cada vez mais, a ter um conhecimento amplo e multidisciplinar, justamente para melhor resolver os conflitos sociais que lhes são apresentados em forma de litígio. Nesse aspecto, em artigo, de minha autoria, intitulado “Justiça seja feita à Escola Superior de Guerra!”, já tive a oportunidade de dizer que:

A essa fase final foram incorporadas outras tantas conferências, algumas proferidas por ministros de estado, outras por seus assessores diretos, o que nos deu um real diagnóstico da situação brasileira de então. Depois de todas essas informações já estávamos, nós estagiários, de posse do material necessário para a elaboração do Plano de Defesa Nacional, etapa final do nosso aprendizado. Esse foi o resumo de minhas atividades, enquanto estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG, o que evidencia por si só sua relevância para o exercício da magistratura, haja vista que o juiz do século atual não pode e nem deve ficar adstrito à pesquisa jurídica, devendo dedicar-se também, e cada vez mais, a ter um conhecimento amplo e multidisciplinar, justamente para melhor poder resolver os conflitos sociais que lhes são apresentados em forma de litígio. Para esse fim, posso afirmar, nada há de igual ao tradicional curso da ESG, que tem especial relevância na formação que deve ter o juiz do século XXI. Justiça, portanto, deve ser feita à nossa Escola Superior de Guerra, pela gama de conhecimentos que transfere a seus estagiários e, porque não dizer também, pela renovação de patriotismo e amor à nação que propicia a quem teve, como eu, a felicidade de cursá-la. SELVA!³

Referências:

COSTA, Caetano Ernesto da Fonseca. *Verdades: justiça seja feita à Escola Superior de Guerra*. In *Revista Fórum 16*. Rio de Janeiro: jul. 2009. Disponível em <<http://www.amaerj.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

GAULIA, Cristina. Artigo publicado no Jornal “O Globo” no dia 29.09.2008.

GÓES, Guilherme Sandoval. *A reconstrução democrática do direito público no Brasil*. In *Neoconstitucionalismo e Estado pós-social: elementos para uma dogmática pós-positiva*. Rio de Janeiro: 2006. (261ª Dissertação de Mestrado em Direito – Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

SOARES, Elaine; MONICA, Marrelli. *Geração Justiça: jovens à procura de uma estabilidade financeira e social*. In *Revista Fórum 16*. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.amaerj.gov.br>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

³ COSTA, Caetano Ernesto da Fonseca. “Justiça seja feita à Escola Superior de Guerra!”. In: *Revista Fórum16* da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, GERAÇÃO JUSTIÇA. O fenômeno do juvenescimento na magistratura. Rio de Janeiro, 2007. Acesso dia 05 de março de 2009. Disponível em http://www.amaerj.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=893.

As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira

Ermelinda A. Paz

Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eduque os meninos e não será preciso castigar os homens. Pitágoras

Resumo

Este artigo aborda a Educação como um dos mais eficientes mecanismos de inclusão social. Discorre, de início, sobre alguns dos instrumentos legais, atualmente, adotados no setor, bem como contempla os sistemas nacionais de avaliação do ensino/aprendizagem, com o intuito de mostrar a matéria sob a ótica de suas diretrizes normativas. Apresenta sua trajetória através do legado de educadores do porte de Anísio Teixeira e Paulo Freire, tratando também das contribuições decorrentes do Relatório **Educação um tesouro a descobrir**, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO-2004). Faz ainda uma breve análise da situação atual, ressaltando pontos fortes e fracos do ensino, sugerindo algumas políticas e estratégias que, se concebidas, serão decisivas para a formulação de um projeto educacional capaz de atender às necessidades da população brasileira. Pretende-se, apontar ações cuja implementação poderia contribuir para solucionar a gestão da verba educacional pública, a formação permanente de professores, o atendimento das promessas das campanhas políticas e o cumprimento das leis e dos programas inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Palavras-chave: Educação no Brasil. Instrumentos Legais da Educação. Política Educacional. Métodos de Ensino. Formação de Professores.

Abstract

This article depicts Education as one of the most necessary mechanisms to improve the process of social insertion. To begin with, it describes the legal tools of educational and the national evaluation systems of the teaching/learning process, in order to show Education through a legal view. It focus

on the tracks taken by Education under the leading of important teachers like Anísio Teixeira and Paulo Freire, besides the contributions made by UNESCO reports (2004) “Education: a treasure to be discovered”. It briefly analyses the current situation, highlighting strong and weak points of our nowadays schools, giving some suggestions about new policies and strategies that could contribute to the formulation of a future educational project that would meet the needs of the Brazilian population. We aim at pointing out some actions that would help to solve the management of the public educational budget, the permanent specialization of teachers, the answer to all political campaigns promises and the attending to laws and syllabuses proposals inserted in the National Syllabus Patterns.

Key-words: Education in Brazil. Legal Tools of Education. Educational Policy. Teaching Methodology. Teachers Specialization.

I - INTRODUÇÃO

O foco principal deste estudo é o progresso da nação brasileira sob a ótica de uma Educação comprometida com a sociedade, com a sua história, com seus valores, suas necessidades e sua cultura. O seu objetivo é, a partir de um diagnóstico da situação brasileira na atualidade, fornecer subsídios que sirvam de base para a implementação de um projeto capaz de atender às necessidades do país.

O direito à Educação, mencionado no **Projeto Consulta Popular** (1997) do sociólogo César Benjamim, está assegurado em diferentes instrumentos, tais como: na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo II, Art. 6º e Capítulo III, Art. 205); no Código Civil Brasileiro; na Declaração dos Direitos das Crianças – aprovada, em 1959, pela Assembléia Geral das Nações Unidas (itens 5 e 7); e, ainda, no Artigo 1º da Declaração Mundial sobre Educação de Jomtien/Tailândia – 1990, que ressaltam a necessidade de ser estendida a todos, tornando-a universal.

O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em recente pronunciamento, declarou: “Agora que já temos 99% das crianças matriculadas nas escolas, é preciso ensiná-las”. Todavia, faz-se necessário que o projeto pedagógico saia da utopia para a realidade.

Dimenstein (2003, p. 3) mostra que a cidadania no Brasil, apesar de todos os avanços, é tão frágil como o papel no qual escrevemos, levando à exclusão social. O autor aponta para a incapacidade de se oferecer um mínimo de igualdade de oportunidades às pessoas, sendo essa a raiz da violência, o que nos faz sentir reféns de uma sociedade que gera esse estado de coisas. Para ele, o desrespeito sistemático aos direitos humanos

e outras mazelas sociais, fazem de nossa cidadania uma “cidadania de papel”.

A Educação como um mecanismo - único e verdadeiro – para alcançar a inclusão social é o principal mote dos educadores da atualidade e constituiu-se na motivação maior deste estudo.

Abordam-se aqui também as estruturas escolares, passando pela formação de professores, pelo projeto político, pela atuação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e das Secretarias Municipais de Educação, abarcando, ainda, sugestões para a composição de uma grade curricular básica e flexível de modo a contemplar a diversidade da sociedade brasileira.

E, por fim, propõe-se a concepção e implementação de políticas e estratégias, apresentando-se um esboço de contribuição, com o objetivo de fornecer as bases para um projeto educacional capaz de atender às necessidades da população brasileira, manifestadas em toda a sua expressão, e ao alcance de todos, na busca do bem-comum, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG, p. 6-7)), como o respeito aos valores da preeminência da pessoa, da liberdade individual, da igualdade fundamental entre os homens e da fraternidade, transcendendo aos interesses, às aspirações e às necessidades individuais, projetando-se no todo social e fortalecendo a vontade nacional.

II - ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS

Nenhum educador de mediano bom senso vai achar que a Educação, por si só, liberta. Mas também não pode deixar de reconhecer o papel da Educação na luta pela libertação.

Paulo Freire

O estudo acurado de importantes propostas metodológicas e leis forneceram subsídios para reflexão, levando a um panorama quase completo sobre o *statu quo* da Educação. Por conseguinte, conclui-se que:

- Em termos de leis, normas e procedimentos, não há necessidade de novas propostas, mas apenas de dar continuidade ao processo, garantindo seu pleno funcionamento, pois os citados instrumentos legais responderiam ao desafio de uma educação de qualidade, se bem implementados. Precisa-se sair do “dever ser” para o “ser”.
- Novas concepções filosóficas de Educação também são dispensáveis, porque estas já foram desenvolvidas por grandes pensadores e educadores, tais como: Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Paulo Freire e

Darcy Ribeiro, para citar apenas alguns. Somam-se a estes, órgãos que se ocupam da gestão de nossa Educação, a exemplo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

É fundamental, no entanto, que se cumpram as leis, colocando-se em prática toda a pedagogia que nos foi legada e, sobretudo, uma atitude de respeito, dignidade, amor e comprometimento com o nosso país e com a nossa gente e, em especial, com a cultura de nosso povo, e que este compromisso se dê através e pela Educação.

O aperfeiçoamento do sistema educacional exige que os políticos assumam as suas responsabilidades, tendo em vista que todas as decisões tomadas neste contexto têm custos financeiros. Sendo este um investimento político de longo prazo, é frequentemente prejudicado.

A aplicação correta e consciente dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB), bem como aqueles destinados à merenda escolar, precisam estar totalmente comprometidos com um projeto educacional de qualidade, não podendo mais ser negligenciados, tampouco permitido o uso indevido da verba pública direcionada pelo governo à Educação.

O Caderno **Qualidade da Educação**, publicado pelo INEP/MEC (2003, p. 5), revela que “muitos recursos são desperdiçados em complicadas malhas burocráticas, na má focalização e mesmo nos desvios de verbas”.

Cabe enfatizar aqui que o lançamento de programas educativos requer políticas de longo prazo, pois inclui, sobretudo, recrutamento, formação e atualização de professores, sendo necessários muitos anos para se sentir o impacto do novo programa no mercado de trabalho. Faz-se mister ressaltar que a Educação, considerada como um direito comum, não pode ficar à mercê do jogo político ou de mercado. Há que se assumir uma postura cívica, um comprometimento que ultrapasse as fronteiras dos partidos, dos governos e de toda ideologia predominante, de modo a entendê-la como um valor assegurado a todas as gerações, sem qualquer ruptura que implique numa ação menor e empobrecida.

Os elementos da estratégia educativa devem ser concebidos de uma forma coordenada e complementar, tendo como base comum um tipo de ensino que se adapte às circunstâncias locais, ou seja, diversificando as ofertas através de seus conteúdos – desenvolvimento do ensino artístico e artesanal – com o objetivo de evitar o modelo único, muitas vezes fonte de frustração. Cabe também destacar que uma Educação Fundamental bem sucedida suscita o desejo de continuar a aprender. É importante ainda decidir sobre as diversas maneiras de construir-se o saber, reconhecendo que a presença do professor na escola continua sendo indispensável.

A família constitui o primeiro lugar de qualquer ação educativa e garante, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a tradição de transmitir cultura. Por esta razão, um diálogo verdadeiro entre Estado, escola, comunidade, pais e professores é indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre educação escolar, familiar e social.

A publicação **Indicadores da Qualidade na Educação** (2004, p.5), falando sobre a boa escola, revela que nela os alunos aprendem coisas essenciais para as suas vidas, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Entretanto, chama a atenção para o fato de que os contextos socioculturais locais devem ser responsáveis por definir e contextualizar o entendimento sobre qualidade na escola, ou seja, a própria comunidade escolar. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade que envolve diversos atores: pais, mães, professores, diretores, alunos, funcionários, conselheiros de Educação, Organizações Não Governamentais (ONGs), órgãos públicos, universidades, ou seja, um universo que engloba pessoas e instituições, que se relacionem com a escola na busca de seu aprimoramento. Boa escola, no nosso entender e no do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é aquela que permite um ensino de excelência para todos.

O Caderno **Qualidade da Educação** do MEC (2003, p. 20) mostra que há dois conjuntos de variáveis que influenciam o aprendizado dos alunos. Um é derivado das condições sociais e econômicas do aluno e do contexto familiar de origem, outro, resultante das condições da oferta educacional, tais como a infraestrutura, o tipo de gestão escolar, a formação do professor e suas práticas pedagógicas.

As publicações, distribuídas pelo MEC, destacam diversas políticas com o objetivo de aumentar progressivamente os tributos federais voltados à Educação, dos atuais 18% para 22,5%, pelo lançamento do Programa Universidade para Todos (ProUni), vinculando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ao ProUni; do Programa Dinheiro Direto (PDD) na Escola; além de outros de melhoria da qualidade; enfim, por um espectro de projetos e programas bem concebidos, intencionados e adequados para os fins específicos.

Então, como num *leitmotiv* - entendido como um tema insistentemente recorrente - vem à mente algumas reflexões e perguntas que foram constantes durante o percurso de preparação desse ensaio. O que está errado na Educação brasileira? Por que não obtemos resultados satisfatórios?

A partir destes questionamentos, da análise e diagnóstico feitos acima, relacionam-se aqui alguns aspectos direcionados à conquista de uma Educação de qualidade para todos, em busca da inserção social e de uma cidadania que não seja apenas virtual.

A princípio, foram detectados os pontos fortes e fracos, visando o estabelecimento dos objetivos e diretrizes políticas. Num segundo momento, traçadas as estratégias para alcançar essa meta, ou seja, ações em prol de um ensino de excelência, comprometido com nossas necessidades e cultura e, sobretudo, alicerçado no bem-comum.

Entretanto, cabe ressaltar que é preciso estabelecer políticas públicas que façam a diferença, que promovam impacto no dia-a-dia da escola, concorrendo para o aprendizado de fato acontecer, e contribuindo para a inclusão social e econômica do cidadão.

Por último, ressalta-se a necessidade de comprometimento – por parte dos segmentos envolvidos – com o desenvolvimento do projeto educacional em todas as etapas e, ainda, de acompanhamento das diversas estratégias planejadas, verificando sua execução, de modo a poder propiciar a correção de rumos, e substituir o estágio do “dever ser” pelo do “ser”.

Os Pontos Fracos e Fortes do Sistema Educacional Brasileiro

No presente estudo consideram-se como pontos fracos do sistema o número insuficiente de professores, a dificuldade de uma formação docente continuada e de qualidade e os salários aviltantes. Incluem-se também nesta lista a degradação das condições de trabalho do professor, a incapacidade dos poderes públicos na gestão econômica, administrativa e pedagógica, a falta de financiamento e de meios didáticos. Cita-se ainda como relevante a manutenção de um ensino seletivo, que concebia a diferença, em detrimento do atual que, circunstancialmente, gera uma categoria de excluídos não-portadores de deficiências, em decorrência da inadaptação ao regime disciplinar e/ou dificuldade de acompanhar o ritmo da turma. Nesta relação podem ser mencionados também os métodos didáticos ultrapassados, à base de aprendizagem mecânica; a grade curricular limitada à aplicação do currículo mínimo; a superlotação das turmas; além da dificuldade de acesso às escolas, dentre tantos outros.

Os pontos fortes destacados aqui são a existência de leis e instrumentos que disciplinam, regulam e avaliam o sistema educacional; a criação de órgãos que fomentam a Educação, a exemplo do INEP/MEC; e o estabelecimento de algumas ONGs e projetos importantes do Terceiro Setor que têm como alvo a melhoria do ensino em parceria com a sociedade.

III - POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A REDE DE ENSINO

É fundamental desenvolver políticas e estratégias para solucionar problemas estruturais do ensino público nacional. Neste trabalho, sugerem-se algumas alternativas para os problemas mais usuais.

O diagnóstico aponta para sete problemas relevantes e, não mutuamente excludentes, a serem contemplados conjuntamente com ações positivas, relacionados abaixo, adotando-se políticas e estratégias convenientes aos respectivos casos.

1 - Uso das verbas públicas.

Para resolver a questão do mau uso do erário, como o desvio de verbas da Educação – destinadas à merenda e, ainda, ao FUNDEB - com fins escusos, conforme atestam as denúncias detectadas e veiculadas pela mídia, é preciso adotar uma política que aumente o controle do numerário. Para tanto, é importante a criação de conselhos – compostos pela direção da escola, professores, representantes de pais de alunos, alunos e representante da comunidade – com a finalidade de fiscalizar as verbas alocadas para a Educação, desde a origem até a sua aplicação final, passando por todas as etapas prioritárias de forma comprovada e transparente, através de controle documental registrado em atas e relatórios, que deverão em segunda instância serem examinados por um conselho auditor, com membros dos três níveis do poder público: municipal, estadual e federal.

2 - Infraestrutura administrativa e operacional

Os problemas relativos à infraestrutura dependem do fortalecimento e continuidade dos programas e projetos educacionais de boa qualidade, estabelecendo-se, com esse objetivo, mecanismos de supervisão que avaliem e ajuízem – com grande rigor técnico – as ações políticas educacionais, em especial as voltadas para a manutenção de todos os bons projetos desenvolvidos em gestões anteriores, assegurando sua sustentabilidade e sua continuidade.

3 - Políticas Educacionais

As políticas educacionais pressupõem a execução do programa dos candidatos durante a campanha eletiva. Portanto, é imprescindível condicionar e assegurar a permanência dos políticos investidos nos cargos ao cumprimento dessas promessas, através da inclusão de um ordenamento jurídico denominado *recall*. A guisa de exemplo, tal qual procedimento consagrado nos EUA, onde os parlamentares que se desviam dos seus compromissos de campanha têm seu mandato interrompido. É preciso observar, ainda, a formação e experiência técnica específica dos futuros gestores educacionais, considerando-a como condição *sine qua non* para o exercício do poder.

4 - Métodos de Ensino

Exige-se um comprometimento da escola com a sociedade onde está inserida, com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como com as novas tecnologias educacionais. Em vista disso, propicia-se a formação de hábitos e atitudes, de modo que a criança aprenda a hierarquizar, retendo e desprezando o que é bom ou ruim, com liberdade e responsabilidade necessárias, ainda que baseada no respeito aos limites. É importante também oferecer igualdade de oportunidades educacionais e proporcionar o desenvolvimento dos conteúdos de forma a estimular o gosto por aprender, a sede e a alegria de conhecer, evitando a massificação.

Destaca-se, ainda, a importância de multiplicar os acordos e os contratos de parcerias com as famílias, com o meio econômico, com a sociedade e com os demais atores da vida cultural, reforçando a ligação da escola com a comunidade através da gestão escolar democrática, com transparência na administração.

5 - Formação Continuada dos Professores

Espera-se muito dos professores por seu papel decisivo na formação de atitudes positivas ou negativas perante o estudo. Cabe a eles despertar a curiosidade, estimular a autonomia, desenvolver o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da Educação formal, motivando os alunos a buscar a Educação continuada, pois o sucesso deles é alicerçado pela formação e preparação de seus mestres.

Anísio Teixeira, ao repensar a escola brasileira, chama a atenção para a importância da qualidade acadêmica do corpo docente e dos quadros técnicos, por ele considerado como a chave de todo o projeto educacional. Ele ressalta que, até hoje, acredita-se em uma reforma do ensino por meio de leis. “São elas, sem dúvida, necessárias para tornar possíveis as reformas, mas leis não fazem as reformas. Estas se fazem pelas mudanças de estrutura da sociedade [...] e pelo preparo e aperfeiçoamento do professor e dos quadros técnicos” (TEIXEIRA, 1994, p.155).

O governo e a sociedade vêm, ao longo dos anos, tentando suprir a insatisfação com os resultados decorrentes do despreparo dos alunos egressos da escola pública, com o estabelecimento de normas, programas e outros instrumentos com força de lei, objetivando criar mecanismos para assegurar um melhor resultado no desempenho dos mesmos.

A política indicada, para este caso, é a formação continuada dos professores, alicerçada no conhecimento metodológico, comprometida com qualidade e atualidade. E com este objetivo, é imprescindível favorecer

e propiciar a realização regular de cursos de atualização profissional e/ou aperfeiçoamento, além de ciclos de leitura obrigatórios dentro da carga horária, num processo de formação continuada, e, ainda, como uma opção metodológica, o uso do ensino à distância. Estes momentos podem constituir-se em espaço de discussão sistemática sobre Educação, compreendendo, de início, um estudo sobre: o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2004; as atividades educacionais do Instituto Ayrton Senna (IAS); as diversas publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); um estudo sobre as propostas metodológicas de Anísio Teixeira e Paulo Freire; ou, ainda, a realização de encontros ou ciclo de palestras com gestores educacionais e educadores de renome, sob a responsabilidade do Estado e promovidos pelas Secretarias Municipais de Educação com a supervisão geral do MEC, podendo-se, ainda, buscar parcerias com Universidades Públicas, Estaduais e Federais.

Cabe também incentivar a implementação de estratégias de estímulo à docência, dentre as quais se ressaltam a criação de condições para melhorar suas qualificações, em especial na área pedagógica; a instituição de prêmios por atuação invulgar como recompensa aos bons professores; prover a melhor utilização de suas competências; propiciar condições ideais de trabalho; conceder incentivos especiais para aqueles sediados em regiões de risco ou muito afastadas; gratificar condignamente os professores em exercício administrativo, proporcionando ainda salários dignos para todos.

6 - Infraestrutura da Escola

No trabalho **Indicadores de Qualidade na Educação** do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC 2003, p. 41) consta que ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, ressaltando a importância do bom aproveitamento dos recursos existentes, ordenado de modo a favorecer o convívio entre as pessoas e a aprendizagem dos alunos, ainda que a nossa realidade, com alta frequência, sinalize a existência de outro universo. Portanto, o ambiente físico deve ser aprimorado, contando com uma boa infraestrutura.

As estratégias para a consecução desta finalidade são, entre muitas, a de prover bibliotecas para as escolas, mantendo seus acervos em constante atualização; ampliar os recursos tecnológicos com a criação de laboratórios de informática e de ciências; dotar a escola de um espaço para atividades de música e artes; e, finalmente, organizar um espaço para a prática de esportes e lazer.

7 - Grade Curricular

A grade curricular é um fator deveras importante. O seu empobrecimento explica-se pelo não cumprimento da lei em sua totalidade, pois a maioria das instituições de ensino, por limitações, as mais diversas, restringem sua composição unicamente à implementação das disciplinas do currículo mínimo.

Como política adequada para resolver a questão, indica-se o enriquecimento da grade curricular com base na Lei das Diretrizes e Bases e nos PCN. E como estratégia, para viabilizar a solução, a introdução do currículo pleno, estabelecendo a prática obrigatória do ensino de arte nas escolas conforme preconiza a LDB em seu art. 26º. É fundamental também propiciar sistemas mais flexíveis, acessíveis, com maior diversidade de cursos e opções, diminuindo a distância entre o currículo real e o ideal, além de buscar parcerias e colaboração com a mídia, museus de arte e científicos, teatros, bibliotecas, cinemas, universidades e outros espaços culturais para ampliar o universo cultural do aluno.

Os professores devem levar os alunos a uma leitura crítica da mídia, fazendo uma triagem e hierarquizando ainda as múltiplas informações transmitidas.

Rubem Alves (2000, p.19) afirma que “a mente só guarda e opera conhecimentos de dois tipos: os conhecimentos que dão prazer e os conhecimentos instrumentais, que podem ser usados como ferramentas”. Adverte também que “o esquecimento é uma operação da inteligência que se recusa a carregar o inútil e o que não dá prazer”, numa alusão aos conhecimentos voltados para os exames vestibulares, que são supérfluos e, portanto, logo esquecidos.

Harper, Ceccon e Oliveira (p. 64-65) mostram que as matérias são ensinadas de forma compartimentada, cada qual em uma gavetinha, e que estas gavetas não se comunicam entre si, e são raros os conhecimentos que servem realmente para uma comunicação com o mundo exterior. Segundo eles, “as gavetinhas têm seus conteúdos bem hierarquizados. [...] Outras gavetas são menos consideradas. Pouco importa à escola que se tenha uma gaveta repleta de boa música ou de belos desenhos”.

É importante tecer algumas considerações sobre propostas de enriquecimento curricular, resultante da inserção de algumas disciplinas e práticas ausentes na grade da escola fundamental de 1ª a 4ª série. Dentre elas, destacam-se:

- **Iniciação à Informática**

Dimenstein (2003, p. 170) aborda, com muita propriedade, a questão da exclusão digital através de uma bem sucedida ação na Escola Estadual

Godofredo Furtado, em Pinheiros, região oeste de São Paulo, onde os alunos encontravam o laboratório de informática sempre fechado e os computadores cobertos de pó, motivando o surgimento do movimento da *inconformática*, o que levou os estudantes a ensinarem princípios básicos de acesso à *Internet* a seus mestres. Os *inconformáticos* são brasileiros de baixo poder aquisitivo que relutam em entrar na categoria dos “sem-tela”. Cabe ressaltar que a exclusão digital é vista, cada vez mais, como um óbice à conquista do emprego e ao progresso pessoal. O estudo mostra que é preciso ampliar o número de centros públicos de acesso gratuito à rede mundial, de modo a atender toda uma população mais carente.

Igualmente, Dimenstein (Idem, p. 174) afirma que, tanto nos países ricos quanto nos pobres, o maior obstáculo não é o acesso às máquinas, mas, sim, à formação do professor, que deve ser capaz de transformar a rede em material pedagógico.

- **Iniciação ao Estudo das Artes**

A LDB (Lei nº 9394) - em seu art. 26º - preconiza o ensino da arte como componente obrigatório. Ribeiro (2001, p. 20) aborda a inexistência de estudos mais sistemáticos sobre as disciplinas de Educação Artística e Educação Física, que avaliem positivamente o impacto dessas áreas no desenvolvimento geral dos educandos, informando que essa ainda é uma prática pouco generalizada. Entretanto, enfatiza que a arte propicia um modo novo de compreender o mundo contemporâneo, com ele se relacionar e se inserir, estabelecendo uma nova ordem no contato com o universo cultural, um outro olhar que pode ressignificar conceitos e práticas (Idem, p. 136).

Na publicação do Ministério da Educação (MEC), intitulada **Educação de Jovens e Adultos, Vol. 3 – Arte**, encontram-se delineados os seguintes objetivos para a disciplina:

Experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística, utilizando a arte como linguagem. Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (artes visuais, dança, música, teatro), de modo a utilizá-los em trabalhos pessoais, identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente (p. 137).

Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal além de conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas (p. 138).

Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como com as demais do patrimônio cultural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos (p. 138).

Observar as relações entre a arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, a

argumentação e apreciando a arte de modo sensível (p. 139).

Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da arte, do trabalho e da produção dos artistas (p. 139).

Identificar, investigar e organizar informações sobre a arte, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias (p. 139).

Pesquisar e saber organizar informações sobre arte em contato com artistas, obras de arte, fontes de comunicação e informação (p. 140).

O Instituto Ayrton Senna (IAS, p. 116), em São Paulo, na certeza de que a arte é uma via privilegiada para o desenvolvimento de potenciais, criou e implementou, em 1999, o programa Educação pela Arte. Paralelamente ao IAS, alguns projetos foram estendidos por estes “Brasis” – a Escola de Música da Favela da Rocinha, Projeto Educação em Paraty, além de outros como a Educação pela Arte, no Estado da Bahia - vêm colocando a arte num patamar de destaque, na certeza de que sua prática resgata a autoestima, facilita o aprendizado de diversas matérias, tira crianças da rua, faz emergir o potencial dos indivíduos, além de promover uma maior socialização, para citar apenas alguns exemplos.

No século XX, mais especificamente na década de 1930, um importante programa denominado Canto Orfeônico foi desenvolvido com sucesso por Heitor Villa-Lobos, na era Vargas, sendo reconhecido como modelo (em matéria de educação musical para os países europeus) no Congresso de Educação Musical de Praga, Tchecoslováquia, em 1936, conforme atestam os documentos da mala diplomática consultados no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Tal projeto compreendia a inclusão do ensino da educação artística, mais especificamente, da música a partir da escola fundamental e tinha como objetivos: a Educação Social através da Música; a Educação Musical como meio de desenvolvimento do sentimento de civismo, de confraternização, e como veículo da ideia de paz entre os homens; além do aprimoramento do juízo estético e a preparação de plateia para nossos futuros artistas. A Educação Musical¹ visava promover a autoexpressão, através de um fazer musical, que envolvesse a apreciação, o canto em conjunto, a participação em corais e bandas, dentre outros.

Sintetizando, “As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira” englobam políticas e estratégias públicas, comprometidas com ações positivas a serem desenvolvidas

¹ Em 18 de agosto de 2008, o Presidente Lula sancionou o Projeto de Lei nº 2732/08 da Senadora Roseana Sarney, que torna o ensino da música novamente obrigatório. A Lei nº 1769, publicada no Diário Oficial da União, altera a LDB, de 20 de dezembro de 1996. As escolas públicas de todo o País terão três anos para inseri-la no currículo da educação básica.

conjuntamente e de forma não excludente. Entre seus objetivos, está o uso correto das verbas públicas; um suporte administrativo dinâmico e competente; políticas educacionais adequadas; métodos de ensino eficazes; formação continuada dos professores; o estabelecimento de uma infraestrutura, e, ainda, a implementação da grade curricular plena; em prol de uma educação soberana, de qualidade e, sobretudo, comprometida com sua cultura e sua gente.

IV - CONCLUSÃO

O caminho percorrido levou-nos a refletir sobre a riqueza da herança pedagógico-educacional legada por Anísio Teixeira e Paulo Freire, acrescido do Relatório Delors, da UNESCO, responsáveis pelos conceitos apresentados aqui sobre Educação.

A conclusão remete ao início desse trabalho: educar é incluir, e a inclusão envolve atitudes, deveres e, sobretudo, consciência cívica. Faz-se mister frisar que, somente através da educação, é possível construir uma nação em sua essência soberana. Entretanto, para que esse projeto torne-se realidade, é imprescindível manter e firmar um compromisso cívico-educacional entre todos os atores envolvidos - governo, sociedade, família e escola – com a qualidade do ensino e com o futuro do País, na busca constante de seu crescimento e soberania, alicerçados no bem-comum.

Acredita-se que, se implementadas as políticas propostas e, desenvolvidas as estratégias decorrentes, a Educação no Brasil poderá atingir o patamar idealmente desejável, proposto no decorrer do presente trabalho.

Finalizando, reporta-se a três máximas em Educação:

“A Educação é o caminho para a democracia. Não há paz sem evolução dos Direitos Humanos.” Rigoberta Menchu.

“São duas as premissas necessárias para a base da cidadania das nações: alimentação e educação”. Danton, o grande líder da Revolução Francesa, 1789.

“Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”. Paulo Freire

Referências

ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar*. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

ANTUNES, Celso. *Casos, fábulas, anedotas ou inteligências, capacidades, competências*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO, Creso. *Avaliação da Educação Básica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o Método Paulo Freire*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). 2. ed. São Paulo: Manole, 2005.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e bases da educação brasileira*. Brasília: 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. *Plano nacional de educação*. Brasília: 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório pedagógico 2002: exame nacional de ensino*. Brasília: INEP, 2002.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental*. Brasília: INEP, 2003.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Conferência Nacional de Educação. Salvador: INEP, 1956, p. 33-34.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resultados do SAEB 2003*. Brasília: INEP, 2004.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Os desafios do Plano Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 2004.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *O Censo escolar brasileiro: História e novas perspectivas*. Brasília: INEP, 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; ANDRÉ, Simone. *Educação para o desenvolvimento humano*. São Paulo: Instituto Ayrton Sena, 2004.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. 9. ed. Brasília: Cortez, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico: elementos doutrinários*. v. 1. Rio de Janeiro: ESG, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Educação e mudança*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARPER, Babette *et al.* *Cuidado, escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. São Paulo: Educativa, 2004.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

POCHMANN, Marcio *et al.* (Org.). *Atlas da exclusão social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord). *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular: 1º segmento*. São Paulo: Ação educativa; Brasília: MEC, 2001.

SCHWATZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.

SELLA, Adriano. *Globalização neoliberal e exclusão social: alternativas...? são possíveis!* São Paulo: Paulus, 2002.

STOER, Stephen; MAGALHÃES, Antônio M.; RODRIGUES, David. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

_____. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. *Educação não é privilégio*. 5.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

As Tecnologias Avançadas como Fator de Mudança de Paradigmas na Educação e no Trabalho no Mundo Moderno Globalizado

Julio Cesar R. Dal Bello

Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as Tecnologias da Informação (TI) avançadas que contribuem para o atual estágio evolutivo da humanidade e, em consequência, constituem-se num importante fator de mudança de paradigmas na educação e no trabalho no mundo moderno globalizado. Alicerçada nos desdobramentos posteriores às duas revoluções industriais, após o advento do computador, a humanidade teve dois momentos evolutivos recentes que trouxeram importantes transformações: em 1970, com a utilização maciça dos computadores pessoais em redes internas (*intranet*) pelas empresas, caracterizando uma *Era da Informação*; e em 1980, com o aparecimento da *internet*, entrando na *Era do Conhecimento*, quando, então, os indivíduos aprenderam a conviver com o mundo da tecnologia virtual, o ciberespaço. Essa revolução tecnológica em curso, facultada por esta convergência, e a consequente globalização da economia trouxeram, no seu bojo, mudanças de paradigmas, uma nova forma de estudar, trabalhar e viver. As Tecnologias da Informação, que englobam as áreas de telecomunicações, computação e informática, passaram a ser as grandes molas propulsoras da educação à distância e do teletrabalho em vista da possibilidade de reduzir substancialmente os deslocamentos para realização de estudos e tarefas. A automação e robotização das empresas e indústrias têm aprofundado, sistematicamente, a revolução tecnológica através da execução, pelas máquinas, das atividades que antes eram executadas pelos homens.

Palavras-chave: Tecnologias Avançadas. Tecnologia da Informação. Educação à Distância. Trabalho à Distância.

Abstract

This article aims to present advanced Information Technologies (IT) which contributes to the current evolutionary stage of humanity, and, therefore, constitute an important shift in education and work in the modern globalized world. Rooted in the further unfolding of the two industrial revolutions, after the advent of the

computer, humankind has had two recent evolutionary moments that brought important changes: in 1970, with the massive use of personal computers on internal networks (intranet) for businesses, featuring an *Era of Information*, and in 1980, with the advent of the Internet, entering, in this new century, in the Age of Knowledge, when individuals have learned to live with the world of virtual technology, the cyberspace. This technological revolution, provided by this convergence, and the consequent globalization of the economy brought in its wake, paradigm shifts, a new way to study, work and live. Information Technology (IT), which span the fields of telecommunications, computing and information technology, have become the major thrusts of distance education and telework to have the possibility to substantially reduce the offsets for studies and tasks. The automation and robotics companies and industries have in-depth, systematically, the technological revolution through the implementation by the machines, the activities previously carried out by men.

Keywords: Advanced Technologies. Information Technology. Long Distance Education. Long Distance Work.

I - INTRODUÇÃO

A história da evolução da humanidade, quando estudada pelo ângulo dos avanços proporcionados pela Ciência e pela Tecnologia, costuma ser contada através de Eras: Agrícola, Industrial, da Informação e do Conhecimento, na qual vivemos atualmente.

Na *Era Agrícola*, a economia era rudimentar e basicamente de subsistência. As famílias trabalhavam unidas e os ensinamentos eram transmitidos de geração em geração, dos mais velhos para os mais novos.

Assim passaram-se milhares de anos até que, na década de 1760, com a mecanização do setor têxtil, a tecnologia despontou no horizonte com o seu poder transformador. Estava inaugurada a *Era Industrial*, da produção para o mundo todo, também conhecida como 1ª Revolução Industrial, onde o homem foi retirado do seu trabalho rudimentar e lançado nos braços dos gigantes da industrialização, atraído por novas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Em 1860, a humanidade experimentou um choque tecnológico, despontando, neste contexto, a 2ª Revolução Industrial, com a invenção, entre tantas outras, do motor a combustão interna.

No auge da *Era Industrial*, a humanidade ingressou nas trevas da Segunda Guerra Mundial e, logo a seguir, no quase-apocalipse da Guerra Fria. No cenário da luta entre as superpotências de então, e em consequência da corrida armamentista, surge o computador.

Em 1970, a utilização maciça dos computadores pessoais em redes internas (*intranet*) pelas empresas provocou um forte choque tecnológico, lançando a humanidade na *Era da Informação*. Este choque foi intensificado, em 1980, com o aparecimento da *internet*, o ciberespaço, quando, então, os indivíduos aprenderam a conviver com o mundo da tecnologia virtual.

A *Era do Conhecimento*, cujo início coincide com a chegada do século atual, assim denominada devido à colossal gama de informações virtualmente disponibilizadas, as corporações passaram a exigir do profissional profundos conhecimentos na sua área de especialização e em todas a ela correlacionadas. O teletrabalho, a educação à distância, a telemedicina e a videoconferência, entre outras facilidades do mundo cibernético, possibilitam o acesso a novos conteúdos em tempo real, independentemente do local.

A convergência tecnológica, que proporciona a integração mundial através do ciberespaço, é facilitada, principalmente, pelos modernos Sistemas Celulares de 3ª Geração (3G) que já estão em operação no Primeiro Mundo e podem ser perfeitamente conectados às redes de computadores e aos sistemas via satélite, permitindo uma cobertura global.

A revolução tecnológica em curso, facultada por esta convergência, e a conseqüente globalização da economia trouxeram, no seu bojo, mudanças de paradigmas, uma nova forma de estudar, trabalhar e viver. As Tecnologias da Informação, que englobam as áreas de telecomunicações, computação e informática, passaram a ser as grandes molas propulsoras da educação a distância e do teletrabalho em vista da possibilidade de reduzir substancialmente os deslocamentos para realização de estudos e tarefas. A automação e robotização das empresas e indústrias têm aprofundado, sistematicamente, a revolução tecnológica através da execução, pelas máquinas, das atividades que antes eram executadas pelos homens.

Considerando o cenário acima descrito, este artigo tem como objetivo apresentar as Tecnologias da Informação avançadas que contribuem para o atual estágio evolutivo da humanidade e, em consequência, constituem-se num importante fator de mudança de paradigmas na educação e no trabalho no mundo moderno globalizado.

II - IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS AVANÇADAS

As corporações transnacionais, cada vez mais sensibilizadas para as transformações que estão por vir em função dos impactos das TI avançadas, acreditam ser o momento atual ímpar no cenário evolutivo das mesmas, pois as operadoras de telefonia celular que exploram a última milha, isto é, a conexão final com os clientes, estão adotando largamente

Sistemas Celulares de 3ª Geração.

Os Sistemas 3G têm uma grande variedade de aplicações no mundo corporativo, sendo as que mais interessam, aqui, são a teleconferência e a videoconferência, intensamente utilizadas para a educação à distância e para o teletrabalho. A integração destes sistemas às máquinas de todo tipo configuram os eficientes Sistemas *machine-to-machine* (M2M), possibilitando um panorama futuro jamais imaginado.

A sociedade da *Era do Conhecimento* exige acesso eficiente a todo tipo de conteúdo em tempo real. Para atender a esta demanda crescente, a União Internacional das Telecomunicações definiu as características dos próximos Sistemas Celulares de 4ª Geração (4G), que atingirão taxas de transmissão de 20 a 100 Mbps, dezenas de vezes superior às taxas utilizadas pelos os de 3ª Geração.

A chegada da *internet* de alta velocidade e das TI avançadas possibilitaram a popularização do *small office and home office* (SOHO). Como resultado, milhões de pessoas em todo mundo passaram a estudar e a trabalhar sem sair de casa, muitos dos quais pertencentes aos quadros de grandes corporações.

A educação à distância e o teletrabalho tornaram possível realizar uma atividade, remotamente, com a mesma eficácia que da forma tradicional (presencial). Assim sendo, pode-se inferir que uma das suas grandes vantagens reside no fato de aproveitar o tempo, perdido em deslocamentos, para estudo, trabalho ou lazer.

Na empresa tradicional, onde as atividades são realizadas de forma presencial, os funcionários são reunidos num local físico para receberem orientações de superiores, relativas às tarefas na rede corporativa de computadores (*intranet*), e para se coordenarem com parceiros, fornecedores e clientes. No entanto, se tudo isto for possível com a utilização de eficientes sistemas de TI, por teleconferência ou videoconferência, a necessidade de deslocamento desaparece, cedendo vez para o teletrabalho.

A quantificação do impacto das TI avançadas nas corporações modernas e competitivas é uma tarefa complexa, pois as mudanças decorrentes são funções de inúmeras variáveis. Certo é que, com o advento destas tecnologias, as corporações terão de se atualizar, caso desejem permanecer no mercado. Para tanto, terão que incentivar os profissionais a se autocapacitarem continuamente, o que resultará em aumento na produtividade e na qualidade dos serviços prestados. As tecnologias avançadas têm um papel específico no mundo moderno globalizado, conforme será apresentado a seguir.

III - O PAPEL DAS TECNOLOGIAS AVANÇADAS

A partir da segunda metade do século XIX, com a 2ª Revolução Industrial, a sociedade evoluiu da produção de bens em massa, com a finalidade de atender à demanda resultante do crescimento vertiginoso das cidades, para a moderna produção de alta tecnologia, de serviços e de ideias, com base em pesquisas científicas realizadas em universidades e em centros de excelência.

A globalização, entretanto, não é um fenômeno recente e pode ser dividida, nos dois últimos milênios, em três períodos, sendo o primeiro Expansionista-Mercantilista (1450-1850), o segundo Colonialista-Industrial (1850-1950) e o terceiro Cibernético-Tecnológico (pós-1989).

A globalização, pós-1989, ano que marca o fim do Império Soviético, é fortemente baseada na cibernética e na tecnologia, donde se depreende que os países centrais, ou de Primeiro Mundo, são aqueles detentores de grandes riquezas e dispostos a investir maciçamente em ciência e em tecnologias avançadas. Dentre estes países, destacam-se os que compõem o G-7 (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Itália, Japão e Alemanha), pois produzem mais de 62% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e mais de 60% das tecnologias avançadas globalmente utilizadas.

As principais consequências dos vultosos investimentos em ciência e tecnologia, pelos países hegemônicos, são o aprofundamento da globalização e da neocolonização cibernética e tecnológica, com aumento das barreiras de acesso aos novos conhecimentos adquiridos; a utilização das tecnologias avançadas como um eficiente mecanismo de domínio dos mercados mundiais; e o entrelaçamento, cada vez mais, eficiente da economia mundial, tornando-a mais dependente das decisões dos países ricos. Citam-se ainda a maior concentração de conhecimento e renda pelos países mais ricos; e a diminuição dos valores nacionais pela impregnação de traços característicos de culturas estrangeiras.

IV - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: OS NOVOS PARADIGMAS

A educação a distância é uma forma de aprendizado que depende, principalmente, da tecnologia, sendo normalmente caracterizada de forma diversa da tradicional, onde professor e aluno estão no mesmo ambiente físico. A tecnologia é uma ferramenta fundamental, mas sua única função é estabelecer a conexão professor-aluno, ou seja, é o meio e não o fim. Assim, qualquer curso ou treinamento a distância para ter sucesso deve estar focado muito mais nas necessidades instrucionais do que na tecnologia.

No Brasil, há uma razoável demanda por essa modalidade, razão pela qual muitas instituições de ensino e universidades já se engajaram em projetos nesta área. Objetivando atender à imensa quantidade de pessoas que necessitam de ensino em nível superior, foi criada recentemente, pelo Governo Federal, a Universidade Aberta do Brasil. A procura por estes cursos está crescendo exponencialmente, também, nas corporações que visualizam grandes vantagens para a capacitação contínua e flexível de seus profissionais.

Certamente, é um poderoso recurso de transferência de conhecimento que proporciona grandes benefícios instrucionais e corporativos, acarretando novos paradigmas.

Os alunos podem realizar, desta forma, o curso ou treinamento quando e onde lhes aprouver, e o aprendizado se dá em diferentes velocidades, respeitando as peculiaridades de cada um, com aulas eficazes, e altos índices de absorção do conteúdo.

Os recursos de multimídia modernos tornam, também, o aprendizado extremamente atrativo, participativo e dinâmico, estabelecendo-se uma grande interatividade professor-aluno, e a conexão virtual professor-aluno minimiza, significativamente, os problemas relativos a deslocamentos.

Dessa maneira, muitos alunos são atendidos simultaneamente, sem perda de qualidade do conteúdo.

V - TELETRABALHO: OS NOVOS PARADIGMAS

O teletrabalho é uma maneira flexível de trabalhar, constando de atividades que podem ser desenvolvidas a partir de um local remoto, fora do espaço físico da corporação, normalmente na casa do trabalhador. Essa modalidade se alinha perfeitamente com as melhores práticas organizacionais contemporâneas, tais como a flexibilidade, a competição a globalização e a autonomia. A necessidade de aumentar a produtividade, os custos elevadíssimos dos imóveis, particularmente nos centros das cidades, e a necessidade de contornar os problemas relativos às questões ambientais, constituem forte motivação para a sua implementação.

O teletrabalho acarreta novos padrões e os aspectos positivos e negativos concernentes à sua implantação são, basicamente, ligados a fatores relacionais, sejam eles familiares ou sociais.

Entre os principais aspectos positivos para o trabalhador, estão a diminuição do nível de tensão para execução das atividades; a redução do tempo, stress e gastos com deslocamentos; melhor administração do tempo para dedicação ao trabalho e à família; maior disponibilidade para autocapacitação; e aumento da qualidade de vida, com reflexos benéficos para a empresa.

Os aspectos negativos dessa proposta são o isolamento social, que pode induzir o indivíduo a situações de angústia e depressão; a dificuldade da família entender que a permanência em casa não representa disponibilidade para a mesma; a necessidade de reservar no espaço doméstico um espaço exclusivo para o teletrabalho; e a falta de abordagem específica na legislação trabalhista brasileira.

Para a corporação, podem ser enumerados vários benefícios como a melhoria da qualidade dos trabalhos realizados; a diminuição de custos com pessoal; a redução e melhor aproveitamento de seu espaço físico; a força de trabalho mais flexível e estável; a existência de funcionários sempre disponíveis (24h x 7d) independentemente do local onde estejam; e, finalmente, operações efetuadas ao redor do mundo, aproveitando fusos horários.

Em contrapartida, existem alguns óbices como o aumento da vulnerabilidade em relação às informações; o alto custo para instalação das estruturas remotas; a implementação muito dependente de tecnologias; e a grande diversidade de contratos de trabalho para administrar.

A sociedade e o governo tendem a se beneficiar, com esta prática, pois há redução nos congestionamentos de trânsito nas grandes cidades, diminuição da poluição do ar e com os gastos relativos à manutenção da rede viária; e com o consumo de combustível e energia.

Os profissionais mais adequados ao teletrabalho são os maduros, seguros, independentes, responsáveis, organizados, confiáveis, automotivados e capazes de gerir seu tempo estabelecendo prioridades.

Com o avanço das Tecnologias da Informação, com destaque para a *internet*, a tendência é que esta modalidade passe a ser vista apenas como trabalho. O que conta é *o que* o trabalhador faz e não *onde* faz. Atualmente, praças públicas, praças de alimentação, livrarias, shoppings, restaurantes e *coffee-houses* são muito utilizados com esta finalidade e para encontros programados com clientes, parceiros e fornecedores.

VI - ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS

Segundo o método adotado pela Escola Superior de Guerra (ESG), na Fase Política de um planejamento, a Elaboração de Cenários é iniciada com a identificação dos Fatos Portadores de Futuro, que são aqueles já ocorridos ou que estão ocorrendo e que poderão causar, ao tema em estudo, algum impacto no futuro.

Dos Fatos Portadores de Futuro identificados, obtêm-se os Eventos Futuros, que são hipóteses coerentes e plausíveis para um possível acontecimento futuro. Aos Eventos Futuros Preliminares identificados são

aplicadas as condicionantes obtidas na Fase de Diagnóstico, que antecede a Fase Política, chegando-se, então, aos Eventos Futuros Definitivos.

A partir dos Eventos Futuros Definitivos elaboram-se os Cenários Exploratórios, que constituem um conjunto consistente de eventos posteriores. Conforme preconiza a primeira técnica adotada pela ESG, estes cenários são de três tipos: Otimista, Médio e Pessimista. O Cenário Mais Provável é definido de uma seleção de Eventos Futuros Definitivos com maior probabilidade de ocorrência, dentre aqueles estabelecidos nos três Cenários Exploratórios citados.

Aplicando-se o método da ESG ao tema estratégico em estudo - as Tecnologias Avançadas como Fator de Mudança de Paradigmas na Educação e no Trabalho no Mundo Moderno Globalizado - e considerando como marco temporal o ano de 2015, chega-se ao Cenário Mais Provável compreendido por dez eventos apresentados abaixo.

1 - Cenário Mais Provável

Evento 1 - Aprofundamento da globalização, com a consolidação da divisão do mundo em dois grupos de países: globalizantes, os do Primeiro Mundo (produtores de tecnologias avançadas); e globalizados, os do Segundo Mundo (meros consumidores de tecnologias avançadas);

Evento 2 - Intensificação da neocolonização cibernética e tecnológica pelos países hegemônicos, através de eficientes bloqueios do acesso aos novos conhecimentos científico-tecnológicos, fazendo com que as nações do Segundo Mundo fiquem, cada vez mais, dependentes das tecnologias avançadas produzidas para consumo mundial;

Evento 3 - Acirramento da competitividade corporativa universal, em função do aprofundamento da globalização;

Evento 4 - Diminuição da qualidade de ensino em todos os níveis da pirâmide educacional brasileira (a Educação Básica, que é composta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e a Educação Superior);

Evento 5 - Surgimento de grandes transformações no mundo moderno, em virtude dos impactos das tecnologias avançadas, particularmente as de TI;

Evento 6 - Crescimento paulatino dos índices de inclusão digital no Brasil, graças à crescente oferta de computadores e produtos de TI a preços cada vez mais acessíveis;

Evento 7 - Agravamento dos problemas típicos das grandes e médias cidades, tais como violência, criminalidade e tensões sociais;

Evento 8 - Aumento do número de horas de trabalho virtual em tempo real, em função da portabilidade e mobilidade proporcionadas pelas Tecnologias da Informação avançadas;

Evento 9 - Redução do emprego formal e maior desemprego, devido ao elevado nível de informatização, automação e robotização das empresas e indústrias, onde as máquinas passam a fazer o trabalho dos homens; e

Evento 10 - Aumento das demandas judiciais trabalhistas, decorrentes dos novos paradigmas do teletrabalho.

Em função do Cenário mais Provável acima descrito, e considerando como premissas básicas a ética e o pragmatismo, elabora-se o Cenário Desejado.

O Cenário Desejado é a descrição de um futuro consistente e plausível que, segundo o entendimento deste autor, expressa a vontade do povo brasileiro, reflete seus anseios e expectativas e delinea o que o povo espera que seja alcançado até 2015. Este cenário é composto pelos dez objetivos listados abaixo.

2 - Cenário Desejado

Objetivo 1 - Implementação de planos, programas e projetos que atenuem os efeitos indesejáveis da globalização cibernética e tecnológica;

Objetivo 2 - Desenvolvimento do parque tecnológico nacional para a produção de tecnologias avançadas, inclusive na área de defesa;

Objetivo 3 - Estímulo à melhoria da capacitação profissional do trabalhador para a diminuição dos efeitos da competição universal assimétrica;

Objetivo 4 - Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis da pirâmide educacional;

Objetivo 5 - Estabelecimento de planos, programas e projetos para absorção dos novos paradigmas na educação e no trabalho, em função da utilização de Tecnologias da Informação avançadas;

Objetivo 6 - Estímulo ao aumento da inclusão digital;

Objetivo 7 - Fomento a planos, programas e projetos nas áreas de infraestrutura e segurança;

Objetivo 8 - Incentivo à prática da educação a distância e do teletrabalho;

Objetivo 9 - Intensificação de políticas de pleno emprego; e

Objetivo 10 - Adequação da legislação trabalhista brasileira à nova realidade do mundo virtual.

O Cenário Desejado, acima descrito, transforma-se em Objetivos de Estado e de Governo, no planejamento governamental.

VI - CONCLUSÕES

Na atual *Era do Conhecimento*, as tecnologias avançadas têm papel de destaque pela sua capacidade de integrar processos e favorecer o aparecimento de novos paradigmas.

Uma verdadeira revolução tecnológica está em andamento, em todo o mundo, pelo uso dos sistemas avançados de Tecnologias da Informação, possibilitando a realização de tarefas e atividades em tempo real independentemente do lugar onde se esteja, impulsionando a educação a distância e o teletrabalho.

Embora a tecnologia seja uma parte fundamental da educação a distância, qualquer programa a distância de sucesso deve ser focado mais nas necessidades instrucionais dos alunos do que na tecnologia. O teletrabalho, por sua vez, é um desafio para as empresas que queiram acompanhar a evolução do mundo globalizado, promovendo a mudança de seus modelos clássicos de gestão.

A integração mundial dos sistemas fixos e móveis terrestres aos espaciais, e a integração destes às máquinas, através dos Sistemas *machine-to-machine*, possibilitarão um cenário de transformações jamais imaginado, onde estudar, trabalhar e viver serão uma experiência nova a cada dia.

A neocolonização cibernética e tecnológica, pelos países centrais (globalizantes), gera uma forma de dominação eficaz e sem retorno.

A perpetuação desta nova forma de colonização vem sendo alcançada, estrategicamente, através do bloqueio eficaz do acesso a novos conhecimentos científicos-tecnológicos, tornando os países do Segundo Mundo (globalizados) meros usuários de tecnologias avançadas produzidas pelo Primeiro Mundo.

Este novo contexto, no entanto, gera oportunidades que devem ser aproveitadas, pelo Brasil, para estimular o desenvolvimento de produtos com tecnologias avançadas para consumo em escala global, objetivo viável em médio prazo, com vultosos investimentos em Ciência e Tecnologia.

Referências

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Thomson Learning, 2001.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Construção de cenários exploratórios probabilísticos com o emprego de técnicas prospectivas*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual básico: assuntos específicos*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual básico: elementos doutrinários*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

MCKENNEY, James L.; COPELAN, Duncan C.; MASON, Richard O. *Ondas de transformações: a evolução das empresas através da tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

MELLO, Álvaro Augusto Araújo. *Teletrabalho (telework): o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NILLES, Jack M. *Fazendo do teletrabalho uma realidade: um guia para telegerentes e teletrabalhadores*. São Paulo: Futura, 1997.

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

Logística no Mundo Globalizado: Uma Contribuição para a Gestão Global

Antonio Celente Videira

Membro do Corpo Permanente da ESG e Mestre em Administração com foco em Gestão e Tecnologia pela Universidade Estácio de Sá.

Resumo

A efervescente dinâmica dos mercados tem produzido eventos díspares, no campo da Gestão Logística, demandando alta percepção interativa por parte dos administradores. A Logística dos tempos modernos é o desafio que se impõe àqueles que estão comprometidos com o sucesso dos negócios de suas empresas. Este artigo busca a análise da adequabilidade das novas tecnologias em favor da competitividade, considerando, nesse contexto, a identificação por radiofrequência (RFID), o rastreamento através do *Ground Position System* (GPS) e a própria tecnologia dos frios. Indica o Operador Logístico, como o novo ator global e informa que devemos utilizar desses meios com o fim de angariar sucesso em suas estratégias. Por fim, pontilha as atitudes da Responsabilidade Social, envolvendo a Logística Reversa e as ações colaborativas, como fator ético indispensável àqueles que fazem acontecer a movimentação do comércio mundial.

Palavras-chave: Logística Global. Inovação Tecnológica. Containerização. Refrigeração. Colaboração e Logística Reversa.

Abstract

The flourishing dynamic market has created different events in the logistics management area, demanding highly interactive perception from the administrators. The Modern Time Logistic is the challenge imposed to those committed with the business success of their companies. This article, which incites the reader when presenting our scenery, brings the flexibility of new technologies, taking into consideration the radio frequency (RFID), Ground Position System (GPS) and the cooling technology, all in search of competitiveness. It shows how the Logistic Operator, the new global actor, must use these means to be successful in its strategies. Finally, it points the Social Responsibility attitudes, which include the Reverse Logistic and cooperative actions, as ethical factors essential to those who are responsible for moving the world commerce.

Key words: Global Logistic. Technology Innovation. Shipping. Cooling. Collaboration. Reverse Logistic.

I - INTRODUÇÃO

Chegou a globalização! No início, a reação era consistente e inaceitável. Hoje é uma realidade inexorável.

Aqueles que acreditavam que iria beneficiar a um determinado jaez de nações iludiram-se. Na realidade, ela se tornou uma arena, onde os vitoriosos são os mais capazes e talentosos.

O pós-industrialismo, que eclode nos anos sessenta, vai interferir nas empresas. O gerente mundial, segundo Barnet e Müller (1974), na obra *Poder Global*, começa sua escalada nos EUA e é o seu precursor, em uma época que ninguém falava do assunto.

Poucos sabem que a estratégia do comércio internacional, vislumbrada por esse gerente, e as malfadadas multinacionais, tão comentadas pejorativamente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos pelas “esquerdas” da época, já tinham coro na classe dos trabalhadores norte-americanos, que percebia o início da transferência de postos empregatícios para países como Brasil, Argentina, Formosa e Itália.

Era o primórdio da reação, também global, que se manifesta no cenário econômico mundial. A logística, nesta época, estava confinada aos muros internos dos quartéis, cuja saga ajudou a escrever as mais belas páginas de história militar, desde as Guerras Macedônicas até a invasão do Iraque e Afeganistão pelos Estados Unidos.

Hoje, ela encampou todos os quadrantes do mundo empresarial, sendo o sustentáculo da eficiência e da eficácia do desafio da economia planetária.

Essa ciclópica conquista somente aconteceu quando o homem “parou”. Na sua majestosa escalada, a raça humana, dos três milhões e quatrocentos mil anos, praticamente, perambulou 99% da sua existência na Terra. No último percentil, ao se tornar sedentário, esse homem deu a largada à Revolução Agrícola ou à Primeira Onda, como insinua Alvin Toffler (1980), surgindo assim o “*homo logisticus*” a partir do homem das cavernas.

Atualmente, a logística não pode ser mais concebida como algo isolado. Integração é a palavra de ordem. *Supply Chain Managment* (SCM) ou Gerência de Cadeia de Suprimentos, parcerias e compartilhamento são processos que a tornam globalizada nesta aldeia planetária.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi o portal para essa nova concepção. Desmoronado o marco que dividia as duas Alemanhas, como se fora a queda das muralhas de Jericó, erigem-se novas relações comerciais, acreditando-se que os países hegemônicos dariam as cartas nesse jogo que nascia. Os fluxos de capitais, o amplo sistema de redes, as outras formas espaciais e a interação entre agentes econômicos imprimiram o traçado da mais recente arquitetura conjuntural.

A competitividade entre nações chegou para ficar e, claro, a competência, o talento e a criatividade tornam-se essenciais aos gestores.

A logística seria o fator de desempate no custo final das mercadorias e, portanto, aqueles atributos deveriam estar agregados ao profissional que se propusesse gerir os processos que ora suportariam a máxima do “prever para prover”.

Sai de cena o antigo e velho almoxarifado, com controles à base dos fichários *kardex* e o ambiente que se projeta pede a presença do Centro de Distribuição (CD), cuja administração é feita através das malhas informatizadas, dando visibilidade aos estoques, bem como as posições de itens em trânsito, tudo de forma virtual e multimodal.

As parcerias, os intercâmbios e as cooperações são os novos paradigmas. As ilhas de excelências não mais respondem como eficientes. Suas conexões tornaram-se imperativas no novo mundo competitivo, em que a logística também teve que se readaptar. O misto mágico da gestão e da tecnologia entrou em processo de *homeostase* para fazer frente aos desafios apresentados, agora em escala universal.

Exemplificando, o “paulistinha”, um dos primeiros aviões construídos no Brasil pela Indústria Aeronáutica Neiva Ltda, nos anos cinquenta, reclamava um tipo de apoio. O EMB 190, a aeronave de grande porte fabricada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), é produto de um projeto que agrega conjuntos e peças de diversas origens nacionais, não permitindo mais o emprego de métodos de apoio adotados na produção do velho “paulistinha”. A complexa concepção do processo decisório, tudo em rede, como sugere Capra (1996), é o que configura a logística no mundo atual.

O astronauta brasileiro Marcos Pontes, quando chegou à Estação Espacial Internacional (ISS), percebeu a grandiosidade do universo e o espetáculo multicolorido da Terra. Mas, com toda certeza, impressionou-se com a majestosa obra tecnológica, flutuando no Cosmo, traduzida por um consórcio de 16 países. É o compartilhamento da inteligência humana, sustentada por uma infraestrutura integrada que dá sentido ao novo contexto, agora globalizado e pronto para os desafios do futuro.

Este artigo tem como foco a evolução da gestão administrativa, alinhada com a logística, transformando esta em elemento estratégico

no cenário internacional. Nesta direção, apontam-se as tecnologias mais propícias a internacionalização dos negócios, como a radiofrequência, o *Automatic Vehicle Location* (AVL) e a containerização associada à tecnologia dos frios.

Define-se também a atuação do ator contemporâneo, o Operador Logístico, porque é o responsável pela dinâmica movimentação dos fluxos de materiais.

Quando Ballou (2001) comenta que, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o custo da logística representa, em média, 12% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e que, baseado em estudos daquele mesmo fundo, os da cadeia de suprimentos significam 10,5% do PIB, ou US\$ 1.126 trilhão, sendo, no universo das empresas (micro, pequena, média e grande) estabelecidas no Planeta, de 4% a 30% do valor das vendas, compreende-se que a gestão não pode ser mais estudada somente sob o prisma local, porém de forma geograficamente ampla. Sob esta ótica, este trabalho contempla também as principais análises dos processos logísticos em dimensão internacional.

Por fim, é feita uma abordagem da responsabilidade social, como fator indispensável à formação do profissional da área, realçando a conscientização pelo meio ambiente, a colaboração, a confiança e a ética, mostrando, desta forma, que a Logística muito pode fazer por um mundo melhor.

III - REFERENCIAL TEÓRICO

Falar em globalização é algo tão amplo que o universo literário contempla todos os matizes desse processo. Da mesma forma, o assunto logística trouxe para a época atual diversos autores, cujas reflexões têm contribuído, sobejamente, para o aprofundamento da matéria.

Quando se conectam estes dois temas, há que se perceber o resultado dessa simbiose, apresentando soluções ótimas, a partir de uma literatura objetiva e exata na proposição de tal possibilidade, ou seja, a Logística no contexto do mundo globalizado.

É, por isso, que Barnet e Müller (1974) referiram-se ao *Shopping Center Global* diante do movimento em que empresas como a Unilever (britânico-holandesa) e a Shell (britânica) pulverizavam suas filiais nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Nos anos 50, os EUA também ampliavam seus tentáculos com suas empresas multinacionais, convergindo suas forças às empresas européias e, a partir daí, criavam o mercado mundial.

Toffler (1980), com o conceito da Terceira Onda, inicia a planificação das relações econômicas do homem e penetra no processo logístico como um jogo globalizado.

Ballou (2001) é mais enfático quanto à integração dos mecanismos de suporte sugerindo:

A tendência rumo para uma economia mundialmente integrada. Empresas estão buscando, ou têm desenvolvido estratégias globais nas quais os seus produtos são projetados para o mercado mundial e produzidos onde os baixos custos de matéria-prima, componentes e mão-de-obra possam ser controlados ou, simplesmente, a produção local é mantida e vendida para o mercado internacional. (Ballou, 2001, p. 26).

Quando se fala em ações integradas, vem em mente o conceito de *Supply Chain Management*. Vários autores definem SCM, porém é Fleury que vai respaldar essa abordagem citando que:

É um sistema de razoável complexidade, que implica alta interação entre os participantes, exigindo consideração simultânea, de diversos trade-offs. O SCM vai além das fronteiras organizacionais e considera tanto os trade-offs internos quanto os inter-organizacionais, relativamente a quem deve responsabilizar pelos estoques e em que estágio do canal as diversas atividades deveriam ser realizadas. (Fleury, 2007, p. 42)

O SCM espalhou-se pelo mundo empresarial. As conexões das cadeias estão, cada vez mais, ajustando-se. Todavia, a sintonia, em grau de excelência, só é possível mediante a adoção de tecnologias que posicionam e acompanham os materiais. Benzi (2005) é categórico em afirmar que a etiqueta inteligente de radiofrequência é uma dessas tecnologias, cujas vantagens para o varejo são a disponibilidade de produtos, a redução do inventário, o aumento das vendas e a redução do custo logístico.

Em entrevista a Moreira (2005), Sílvio Laban, comentou que a pode identificar dentro de um volume, um contêiner, um caminhão, um carro, uma caixa ou um vagão, todos os itens lá existentes. Complementa alegando que essas informações são relativas à quantidade existente, tipo, origem, validade, movimentações ou manipulações de produto.

A outra tecnologia que proporciona a integração das cadeias e dinamiza os fluxos de suprimento é o rastreamento e, aí, indica-se o *Automatic Vehicle Location*. Rodrigues (2003) alerta que:

Grande número de sistemas AVL não somente comunicam a posição do veículo como também transmitem outras informações disponíveis a bordo. A posição do veículo é um dado normalmente gerado a partir de receptores GPS embarcados. (Rodrigues, 2003, p. 74)

Essa facilidade em plotar a posição do veículo transportador permite trabalhar com estoques reduzidos, mesmo que o insumo provenha de outros continentes ou regiões, o que propicia o gestor vislumbrar globalmente as

rotas por onde os itens circulam. Vieira & Vieira (2003) reforçam essa ideia alegando que:

A distância passa a ser um produto social, cuja magnitude varia em função da velocidade empregada para superá-la. A economia global consolidou-se e montou suas redes baseadas no suporte tecnológico da era informacional. (Vieira & Vieira, 2003, p. 25)

Outra inovação que revolucionou o comércio internacional foi o contêiner. O site www.abratec-terminais.org.br registra as seguintes considerações:

O contêiner, criado por Malcom Mclean, nos anos 50, com o aquecimento da economia americana, foi adotado como acondicionamento-padrão da carga geral, a partir da década de 80, representando profunda revolução tecnológica ao minimizar custos e formatar a moderna logística multimodal. Com a resultante expansão dos mercados, a logística passou a constituir fator crucial da competitividade das empresas e dos países.

Coadjuvando à criação do contêiner, a tecnologia dos frios evoluiu sobremaneira, propiciando movimentos e fluxos de carga a distâncias maiores, principalmente de produtos perecíveis como frutas, fármacos, verduras, frango e carnes diversas.

Contrabalançando o contêiner frigorificado, o armazém de frios é indispensável no processo, pois ambos se complementam. Sales (2006) comenta que os exportadores de frutas já estão testando, há mais de um ano, junto a alguns armadores, uma nova tecnologia que dará ainda mais eficiência a esse segmento. Trata-se de contêineres com um novo método de controle de temperatura, que paralisa o amadurecimento do produto durante a viagem. Assim, o fruto não precisa ser colhido ainda verde para a exportação e chega mais saboroso às mãos do consumidor.

Em entrevista a Cardoso (2004), Gregory Rinzler, da empresa frigorificada Avante, explica que, para entrar no novo e promissor mercado de frios, o armazém deve estar habilitado a operações de exportação. Complementa seu raciocínio informando que o armazém refrigerado que trabalha com produtos de origem animal, deve ter aprovação do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura (SIF).

Toda pesquisa e desenvolvimento, voltados ao empreendedorismo, somente proporcionarão ganhos se forem bem aplicados. São os Prestadores de Serviços Logísticos (PSLs), também conhecidos como Operadores Logísticos, os elementos manuseadores dessas tecnologias sobre a carga em movimento ou em deslocamento.

Receber, armazenar e distribuir requer cuidados intrínsecos ao especialista competente. A operação tem que ser calculada com exatidão para o sucesso global. Portanto, o Operador Logístico é peça importante nesse jogo.

Marlinverni (2005), ao consultar Marisa D'Amico, gerente de Logística da Catupiry, defensora do sistema de terceirização, registrou como ponto preponderante, principalmente quando se movimentam cargas específicas que exigem a tecnologia dos frios, a contratação de Operadores Logísticos experientes e especializados.

A corrida, na busca de ganhos com menor custo, não pode desprezar os cuidados com o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável é o mantra desse novo milênio, em que a globalização é a responsável. Portanto, a Logística desempenha um papel relevante diante desse desafio.

Como experiência do reaproveitamento do lixo orgânico em energia alternativa, o Jornal *O Globo* fez reportagem com o teor que se segue:

Para facilitar a identificação das potenciais energias limpas, a Secretária do Meio Ambiente, Marilene Ramos, assinou semana passada um convênio com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No encontro, a secretária deixou claro que pretende estimular o desenvolvimento das queimas de lixo e de bagaço de cana, hoje praticamente esquecidas no Estado. (O Globo, 8jun08)

O processo de escoamento do lixo doméstico, como atividade logística, tende a ser cada vez mais complexo nos grandes centros urbanos do mundo, na tentativa de concentrá-lo em aterros sanitários, tornando-os verdadeiros depósitos de insumos promovedores de energia limpa.

Quanto à destinação do material inservível, mas não deteriorável, Arima e Battaglia (2003) apresentaram profundo estudo de Logística Reversa, com o objetivo de aprofundar as possibilidades em viabilizar a melhoria dos lucros da empresa, atendendo também a necessidade da sociedade viver de forma mais harmoniosa com o meio ambiente.

Leite (2008), diretor do Conselho de Logística Reversa do Brasil (CLRB), em seus estudos sobre o tema adverte:

As condições de competição nos mercados atuais exigem maior atenção aos aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social. Empresas de diversos setores procuram o equacionamento do retorno de quantidades também crescentes de produtos que potencializam o mercado de Logística Reversa, devido também à redução do ciclo de vida dos produtos.

A conscientização por uma política revigorada da Logística Reversa só será possível mediante uma atitude de colaboração e confiança. São posturas que irão humanizar as transações do negócio empresarial.

Malinverni (2005), comentando sobre interatividade e inteligência, suporta seu argumento citando que, uma vez consolidada como ferramenta estratégica e diferencial competitivo, a terceirização dos serviços logísticos no Brasil vive hoje o seu momento de maior maturidade. No entanto, para que alcance plenamente os resultados esperados, é preciso que embarcadores e Operadores Logísticos estabeleçam um relacionamento de contínua troca, em que todos objetivos da operação estejam explicitados e compartilhados, complementa.

Friedman (2005) destaca a colaboração como um indicativo para o mercado se portar de forma amigável e produtiva. Esse estado proporciona ambiente favorável na obtenção de resultados logísticos promissores.

Sales (2007) comenta que diante de toda essa demanda exigida pelo mercado mundial, o profissional de Logística deve entender que a Era do Empirismo chegou ao fim, e, que, em um cenário globalizado, é ele quem define de que país trazer determinado componente para sua produção, ou mesmo, se é melhor desenvolver um fornecedor local.

Todas essas reflexões, a partir de diversos autores, constituem um marco para fundamentar que a Logística e globalização estão em cadência afinada, provocando uma verdadeira revolução nas relações humanas, com reflexos no comércio mundial.

III - A REVOLUÇÃO DOS PROCESSOS E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A introdução do processamento eletrônico de dados, nos anos 50, impactou o descendente da administração científica e clássica, tornando-o mais reflexivo e abstrato na concepção dos modelos matemáticos. Os computadores IBM/360 e IBM/370 e outros similares foram as ferramentas embrionárias para o aperfeiçoamento lógico da mente humana.

A partir do momento que as redes começaram a se ampliar, devido ao advento da *Internet*, iniciou-se a integração dos processos intraorganizacionais. A Ciência Administrativa - traduzida na Gestão de Material, Marketing, Recursos Humanos, Finanças - integra-se, através de sistemas computacionais, ainda no âmbito das corporações, tomando a denominação, agora, de Logística Empresarial.

Mas a cooperação e o compartilhamento de empresas e o aperfeiçoamento da informática, com a aplicação de microcomputadores em rede, levam ao surgimento do conceito de *Supply Chain Management*, em elos de procedimentos, como por exemplo, recebimento, armazenagem, controle, *picking* e expedição. Extrapolando os limites da organização, o SCM continua proporcionando a visibilidade requerida pela estratégia empresarial.

Fleury (2007) sugere que o *Supply Chain Management* vai além das fronteiras organizacionais e considera tanto os *trade-offs* internos quanto os interorganizacionais, relativamente a quem deve se responsabilizar pelos estoques e em que estágio do canal as diversas atividades deveriam ser realizadas.

Com a tendência da formação dos megablocos regionais, os fluxos de capitais, informações e materiais começam a percorrer espaços geoeconômicos, estabelecendo as diferentes funções logísticas. É nessa mundialização da economia que a aderência dos processos de controle vai reclamar ferramentas tecnológicas, a fim de possibilitar a perfeita gestão da riqueza.

A tecnologia vai suportar toda essa demanda. Todavia, entre as suas inúmeras aplicações, serão destacadas aqui a radiofrequência, os sistemas de rastreamento e a containerização, por considerar estas ferramentas unificadoras e interligadoras das ações logísticas diante do mundo global.

1 - Radiofrequência

A tecnologia de *Radio Frequency Identification* (RFID) surgiu nos anos 40, em plena Segunda Guerra Mundial, de acordo com Laban (2005), mas é na Guerra do Golfo, em 1991, que se consagrará como uma excelente ferramenta para a logística, à medida que os contêineres militares, embarcados dos Estados Unidos para a Arábia Saudita, tinham mapeado ou delineado todo o material do seu interior.

Benzi (2005) sugere que o Departamento de Defesa (DoD) dos Estados Unidos, com o objetivo de melhorar a visibilidade e eficiência de sua cadeia de suprimentos, está investindo pesadamente nesta tecnologia. Mas o DoD só poderá obter resultados favoráveis, em termos mundiais, se houver conexão padronizada entre os nós da cadeia.

É o que a Wal-Mart está perseguindo com seus cem maiores fornecedores. A partir de 2005, iniciaram a aplicação de rótulos RFID, tornando a cadeia internacional.

Na verdade, a tecnologia RFID é um *packing list* eletrônico, disponibilizando dados de quantidade, tipo, origem, validade, movimentações ou manipulações de produtos.

A etiqueta reconhece o conteúdo de um volume, um contêiner, um caminhão, um vagão, enfim, bastando que haja antenas captadoras de frequências, em pontos pré-estabelecidos para manter o monitoramento dos produtos por onde os mesmos circularão.

O sucesso da tecnologia RFID está diretamente relacionado ao elevado

grau de confiança entre parceiros evoluídos na rede, compartilhando de informações comuns, além de um alto índice de padronização nos processos logísticos.

É uma tecnologia a ser aplicada em produtos de alto valor agregado, como por exemplo, em paletes e contêiner que circulam nas indústrias farmacêuticas e eletroeletrônicas, visando lucratividade, já que ainda é um processo de custo elevado. Em itens de baixo preço unitário, como *commodities*, não se aplica o controle de radiofrequência devido ao ônus na cadeia.

A RFID vai impactar a globalização à medida que o espaço local se projeta para amplitudes maiores, controlando virtualmente os dados do material como espelho de uma realidade logística remota. É a possibilidade de se vislumbrar ativos nominais em pontos estratégicos para se antecipar a providências primordiais.

O crescimento do comércio mundial tem elevado, de forma exponencial, o consumo. Esse fato está incrementando o fluxo de mercadorias em todo mundo. Hoje, os centros de distribuição são pontos nevrálgicos à gestão logística.

A saída e chegada de carretas nas docas dos armazéns significam atividades administrativas que exigem concentração e acuracidade. A produção de manifestos de carga, guias de recebimento/expedição, listagens de remessa de conteúdos, transações de entrada e baixa são documentos herméticos à visualização de um caminhão carregado de paletes e caixas.

A tecnologia RFID está tornando mais competitivos tais processos, uma vez que o recebimento e o escoamento de itens passaram a ser mais velozes e os sistemas logísticos, nas várias cadeias, simultaneamente, são informados com dados atualizados, que facilitam o processo decisório.

É, portanto, o novo tempo em se admitir, custodiar e enviar, agora em bloco, ativos indispensáveis à indústria e ao varejo. Inicia-se o encolhimento da tecnologia do código de barras e eclode a radiofrequência em um contexto cada vez mais veloz e dinâmico.

2 - Rastreamento

Do beduíno mercador das caravanas nas areias escaldantes dos desertos das Arábias ao mascate condutor de carroças do velho oeste norte-americano, a carga de mercadoria era algo que provocava ansiedade por parte daqueles que a esperavam.

Hoje, não é muito diferente. O mundo globalizado foi engolfado por uma verdadeira malha de rotas traçadas pelos diversos modais. A operacionalidade do fluxo de mercadorias que gira em torno do planeta, deslocando a riqueza material e a riqueza monetária em sentidos opostos,

é controlada por intensa fiscalização virtual mantenedora de informações estratégicas definidoras de processos decisórios.

Em uma palavra, “o tempo”, é o fator relevante para tomada de posições relativas à chegada de insumos ou produtos que irão influenciar a logística global.

Hoje, o rastreamento do material toma conotações consideráveis, na antecipação de providências que irão atender o plano e linhas de ações.

Para Vieira & Vieira (2003), o paradigma espaço-tempo torna-se, portanto, o novo fundamento da economia de velocidade global. Produzir rapidamente, transportar rapidamente e construir rapidamente proporcionam, através de tecnologias apropriadas, uma forte compreensão dessa realidade.

Complementa-se o pensamento dos autores enfatizando que a cientificação da exata posição ou a visibilidade das coordenadas que situam o *plot* representativo da mercadoria reforça a noção do espaço-tempo.

A idéia de rastreamento não é tão recente como se imagina. Nos anos 60 e 70, a logística da Força Aérea Brasileira, apesar de seus aplicativos informatizados, os saudosos Projeto 300 (Suprimento) e Projeto 500 (Compras), terem seus algoritmos projetando estoques para vinte sete meses, apresentavam dados sobre o traslado do material, desde a saída do fabricante/fornecedor, chegando às Comissões de Compra em Washington/Londres, embarque em navio ou aeronave até o recebimento na organização militar, tudo disposto em forma de relatórios impressos nas máquinas do IBM/360. Levando-se em conta a época e as necessárias medidas de segurança nacional, eram filosofia de um sistema computacional e estratégias logísticas invejadas por muitas empresas.

Diante do cenário da globalização, em que o mundo empresarial aboliu os estoques e adotou processos como *just-in-time*, *kanban* e outros na linha de produção, além da prática do *cross-docking* na recepção e escoamento de mercadorias, o “mantra” do negócio é o rastreamento.

O *Automatic Vehicle Location* é o mais novo instrumento adotado por empresas multinacionais e suas filiais, instaladas nas diversas partes do *orbe*.

O AVL é sistema de posicionamento e comunicação que permite o conhecimento da posição de um veículo e a realização de operações associadas (Rodrigues, 2003).

A obtenção da posição, por este sistema, pode ser a partir do *Ground Position System*, com receptores embarcados, através de radiofrequência com apoio de antenas própria, pelo *Network Positioning*, utilizando-se operadoras de celulares e, por fim, como complemento a essas tecnologias, adota-se a *Internet*, como sugestão das próprias empresas provedoras pelo

serviço de monitoramento e gerenciamento, em que as soluções e todos os clientes acessam a informação remotamente a um custo mais baixo.

Apesar de a tecnologia AVL ter sido projetada para reduzir roubo de carga, identificar paradas obrigatórias, como por exemplo, postos de gasolina e hotéis e, ainda, socorrer veículos que se indisponibilizam durante seus percursos, ela agora é usada para contrabalançar os estoques reduzidos, propiciando uma logística enxuta na competitividade dos negócios.

Thomas Friedman, em sua obra *O Mundo é Plano* (2005), relata como o seu *notebook* Dell Inspiron 600m foi montado em uma fábrica da Dell, situada na Malásia, cujas peças vieram dos mais diversos fornecedores. O microprocessador Intel veio de uma fábrica nas Filipinas, na Costa Rica, na Malásia ou na China. A memória de uma fábrica da Samsung da Coreia, de Taiwan, da Alemanha ou do Japão. A placa de vídeo teve origem na China. O ventilador de resfriamento foi remetido de uma indústria taiwanesa. A placa-mãe quem a remeteu foi uma companhia coreana em Xangai. Uma firma japonesa, em Tianjin, na China, embarcou o teclado. E por aí vai, o *notebook* de Thomas Friedman recebeu componentes do México, Indonésia, Tailândia, Índia, Israel e demais países.

Isso é para mostrar como a planificação do processo industrial está inferindo no estoque e este, por sua vez, no transporte cada vez mais estratégico, suportado por técnica de roteirização, periodicidades vantajosas e rastreamentos que influenciam a linha de produção.

O computador Dell de Thomas Friedman, para sua montagem final, dependeu de componentes de países situados em continentes diferentes, levando ao planejamento desenhar uma rede global de canais de suprimento envolvendo diversos modais de transporte. Os produtores situados na Ásia, ao escoarem suas peças para a Malásia, colocaram-nas em veículos terrestres munidos com dispositivos que permitissem a tecnologia AVL monitorá-los, objetivando a contínua linha de produção da Dell.

De solução para o modal rodoviário e muito utilizado dentro de blocos regionais e continentais – MERCOSUL, NAFTA, UE, ASEAN – em se tratando de fluxos nacionais e internacionais, o AVL pode garantir um estoque em movimento ou “ambulante”, assegurando às políticas das corporações em que o passivo é reduzido o suficiente para não causar ruptura no fluxo de suprimento. Algoritmos dos sistemas de controle analítico de estoque podem ser traduzidos em dias ou, até mesmo em horas, nos cálculos de renovação de itens, uma vez que a visibilidade, permitida pela tecnologia AVL, proporciona o acompanhamento do deslocamento dos insumos até as fábricas.

Friedman (2005) reforça o conceito de estoque “ambulante” relatando:

Quando nossos avós possuíam uma loja, o estoque era o que havia no quartinho dos fundos. Agora, é uma caixa a duas horas de distância, dentro de um veículo de entregas, ou centenas de outras que estão cruzando o país de trem ou via aérea, e os milhares que estão atravessando o oceano. Como a cadeia de fornecimento é visível para todos, podemos coordenar esse conjunto de meios de transporte na sua totalidade. (Friedman, 2005. p174)

A edição número 105, de agosto de 2004, da *Revista Tecnológica*, faz duas coberturas de reportagem mostrando a aplicabilidade da tecnologia de rastreamento com satélites geoestacionários. A primeira diz respeito à DM Transportes e Logística, utilizando-se da tecnologia Autotrak e, a segunda, a Volvo do Brasil com a instalação de GPS em seus caminhões recém-saídos da fábrica. Ambas as inovações trocam informações com a *Internet*, propiciando o monitoramento em rede e remotamente pela matriz e suas filiais.

O recurso do monitoramento de veículos encerra a polarização de área e ativam estratégias de fluxos cruzados no escoamento de material, transformando o lugar-local em lugar-global, conforme sugere Vieira & Vieira (2003).

Para concluir, pode-se dizer que a expectativa do beduíno do deserto, do mascate do velho oeste ou dos receptores das mercadorias oriundas de outras plagas é a mesma manifestada pelo gestor de material das empresas mundiais, hoje munido da tecnologia AVL, buscando soluções globais e competitivas.

3 - Containerização e Refrigeração

O comércio internacional começou a ter dimensões globais a partir da containerização. Os anos 50 estavam fadados a ficar na história do mercado mundial com o surgimento do contêiner.

O transporte de carga acondicionada em sacos, caixas de madeira, redes e cofres provocavam danos à mercadoria, exigia elevada quantidade de homens-hora, facilitava o seu desvio, era vulnerável às intempéries, enfim, provocava elevados prejuízos no comércio.

O surgimento do contêiner marítimo com dimensão de 20 ou 40 pés, construído de liga metálica (aço), metal (ferro ou alumínio) ou fibra e funcionando como um condicionador de carga uniformizada, esse panorama mudou.

Malcom McClean foi o idealizador desse dispositivo, mediante o aquecimento da economia norte-americana. Apesar de a sua invenção ter sido direcionada ao comércio marítimo, foi empregada, em um primeiro momento, para abastecer as tropas americanas na Coreia,

pois comportava um maior volume de carga, agilizando e minimizando a movimentação.

A experiência da guerra projetou o contêiner como um elemento facilitador das trocas internacionais. Após o impacto do navio a vapor no comércio, o contêiner complementou essa conquista com o surgimento do conceito de portos concentradores (*hub ports*), além de vantagens como a economia na embalagem, aumento na velocidade de transporte dada pelos navios e pelo manuseio mais rápido da carga nos portos e, ainda, o crescimento da quantidade movimentada de itens de alto valor agregado, como produtos acabados e semi-acabados, tudo em consequência da globalização da economia.

Se o contêiner em si foi uma revolução na logística global, tornou-se também elemento catalizador para os longos deslocamentos de cargas perecíveis com o surgimento da refrigeração, pois estava munido de sistema de frios alimentado por conexão elétrica com temperaturas constantes até 30°C abaixo de zero, transportando produtos como carne, frutas e vegetais para que os mesmos não sofram o processo de deterioração, preservando, desta forma, suas qualidades nutricionais e chegando ao destino final fresco e comercializável.

Peças da eletrônica sensível e da indústria farmacológica são, também, deslocadas para espaços geográficos distintos, sob temperaturas adequadas à criação de ambientes propiciadores à preservação daqueles produtos.

Segundo a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (ABRATEC) de uso público, hoje são mais de 13 milhões de unidades circulando no comércio internacional, sendo que a movimentação cresce em média 15% ao ano.

Dessa quantidade, um número significativo é de contêineres refrigerados, assegurando um maior raio de penetração de mercadorias oriundas de outras regiões planetárias, desmoronando as fronteiras do tempo-espaço.

É interessante mencionar que até as Guerras Napoleônicas, bem como no Conflito Franco-Prussiano, a logística militar adotava uma estratégia denominada “manada ou rebanho a pé”, em que bovinos eram conduzidos à retaguarda das tropas, a fim de subsistir os soldados com carne fresca. Com o advento do carro frigorífico, não só suprimento de carne fresca, mas verduras e cereais começaram a chegar bem próximo às áreas de combate, precisamente nas zonas administrativas.

Hoje, com a internacionalização do comércio, os produtos alcançam outras regiões. São as do livre negócio, quando a fluidez do capital se desloca em direção dos efeitos produzidos por uma tecnologia recorrente às atividades logísticas.

O incremento do consumo de alimentos congelados e resfriado pelo mundo, além das modernas estratégias da diminuição dos estoques reguladores, levaram ao surgimento de um novo santuário na gestão de material: o *armazém frigorificado*. Este passa a ter papel importante nesta mais recente cadeia.

A tecnologia proporciona temperaturas diferenciadas, empilhadeiras especiais suportam graus abaixo de zero e profissionais do setor cada vez mais necessitando agregar conhecimento sobre suas atuações em ambientes frios para estocagem, operar *hardwares* e *softwares* complexos, tornam esses armazéns pontos estratégicos na constante busca dos negócios competitivos em nível mundial.

O armazém frigorificado, aqui no Brasil, teve que mudar sua estrutura diante da estabilidade do real. Essa estabilização provocou na população um maior interesse por alimentos congelados. Junte-se, a isso, a estratégia da não adoção dos estoques reguladores para frios. A armazenagem estática encolheu, iniciando-se o ciclo da rotatividade de produtos frios e aumentando a velocidade de seus giros. A partir daí, a gestão dos estoques busca manter níveis mínimos de renovação, havendo o incremento da atividade de recebimento e expedição de itens congelados e seu respectivo acondicionamento em contêiner frigorífico, condizente com a condição térmica de cada produto a ser escoado.

Na exportação de fruta, é comum colhê-la com antecedência e, no período da viagem, ela amadurece e atinge o destino pronto para o consumo. Essa prática apresenta a desvantagem de chegar com qualidade inferior, perdendo mercado para aquelas da região ou dos países mais próximos.

O Sistema de Atmosfera Dinamicamente Controlada (*Dynamically Controlled Atmosphere – DCA*), a mais nova tecnologia do ramo dos frios, interrompe o processo de amadurecimento de frutas e vegetais, pondo, assim, o produto à mesa do importador, há quilômetros de distância, com o sabor original idêntico ao dos que são colhidos e consumidos imediatamente.

O equipamento mais eficiente nesta tecnologia, segundo comparações do mercado, é o The Rolf, da alemã atmo control. Um programa de seqüência algoritmo e unidade do ar necessários para que cada tipo de alimento perecível pare de envelhecer durante a viagem, entrando em estágio de "sono profundo", com baixa respiração, baixa emissão de etilênio e pouquíssima infestação de microorganismo. (Sales e De Souza, 2006, p. 48)

Esse tipo de sistema pode ser acoplado em qualquer contêiner refrigerado, mantendo a temperatura estável, durante o período da viagem, o que permite a entrega de hortigranjeiros com os valores nutricionais da sua origem preservados.

O Brasil, por ser um país tropical, cultiva espécies que, devido a sua alta qualidade, são competitivas internacionalmente como a manga, a maçã, a uva, o mamão, a papaia, o gengibre, o limão, entre outras. A cadeia logística de frios tem proporcionado ao nosso produtor, às vezes em Petrolina, a oferecer essas frutas já no café da manhã do europeu, como se tivesse sido colhida no dia anterior, isto é, fresca e saborosa. Os catorze dias de frete não são mais um problema para neutralizar a competitividade do produtor nordestino, graças à tecnologia do DCA. Essa estratégia é válida também para exportação de carne, em especial a carne de frango brasileiro que está revolucionando o mercado Europeu e do Oriente Médio.

Já no modal aéreo, contêineres menores refrigerados são disponibilizados às empresas aéreas, a fim de transportar vacinas, proteínas e material biotecnológico que necessitam ser deslocados sob temperaturas controladas, às vezes de pouco graus centígrados ou mesmo de acordo com a temperatura do corpo humano. A indústria farmacêutica tem colaborado com os fabricantes desse tipo de contêineres da aviação, no que tange às especificações necessárias diante dos projetos tecnológicos dos sistemas de refrigeração.

O que se percebe é que a pesquisa e desenvolvimento (P&D), no campo da tecnologia dos frios, estão aquecendo o mercado global. A nova geografia do poder empresarial rompe a fronteira do espaço mercadológico, aproximando fornecedor e consumidor. É a capacidade inovadora lastreando os meios operativos da logística, integrando o local e o espacial, e proporcionando condições de trocas para uma demanda justa e global.

IV - OPERADOR LOGÍSTICO: O NOVO ATOR GLOBAL

O aparato tecnológico, até agora apresentado, é muito usado pelo operador logístico. Graças a esse ator, o fluxo de mercadorias cruza o mundo, formando verdadeira malha comercial, em que a riqueza se alastra aos mais diversos rincões, estabelecendo fulcros competitivos nos pontos onde os operadores funcionam de forma enxuta e objetiva.

A caracterização da adequada utilização das ferramentas da tecnologia da informação e a racionalidade dos processos administrativos geram ganhos financeiros que se tornam multiplicadoras de conquistas empreendedoras na infraestrutura mundial.

O operador logístico, como facilitador da colocação dos produtos da pequena e média empresa em qualquer parte do mundo, possibilita a extrapolação do local para o global, dando ao empreendedor meios para a competição mundial.

Segundo dados do Centro de Estudos da Logística da COPPEAD, Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração de Empresas da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a atividade terceirizada com mais frequência é o transporte, seguida, em ordem decrescente, da gestão de estoques, armazenagem e administração. Como o nosso foco é a logística, com reflexo na globalização, os prestadores de serviço que impactam esse conceito são aqueles que desempenham atividades de distribuição e remessa de material.

Portanto, para que haja sucesso na parceria entre embarcador e terceiro, é indispensável o sinergismo de ambos, em que o embarcador deve ser o mais claro possível em suas expectativas, e o prestador de serviço, pró-ativo em soluções efetivas. Neste mundo cambiante, em configurações de diferentes cenários, há que retroalimentar instantaneamente o prestador de serviço, permitindo, assim, a alteração de suas estratégias de transportes, como também a possibilidade de colocar seu produto no local certo, no tempo exato e na quantidade adequada.

A COPPEAD, mais uma vez, indica o setores químico e petroquímico como os maiores usuários de prestadores de serviços. Vêm, em segundo plano, alimentos, principalmente os que necessitam veículos e contêineres frigoríficos para escoar laticínios, frangos, carnes diversas, frutas e outros comestíveis, principalmente neste momento em que o planeta começa a apresentar escassez de alimentos.

Logo, a figura do prestador de serviço vem se tornando algo primordial no mundo veloz dos negócios, em que as respostas têm que surgir de forma imediata, trazendo benefícios transacionais ao fornecedor e ao comprador.

O Operador Logístico passou a ser fator ambicionado por produtores e embarcadores, em consequência do *core business*, uma vez que a arena do comércio global é implacável em exigências de qualidade e de precisão do produto final, o que obriga a total concentração do fabricante no desenvolvimento do processo fabril dentro das especificações do projeto.

É o jogo do dispêndio financeiro com atividade secundária aos objetivos da empresa, em troca do esforço na concentração da manufatura, ajustada para atender às normas e selos internacionais, com o fim de obter ganhos cada vez maiores. O que se deve observar é a qualificação do produto, visando à consagração da marca no comércio transnacional, ficando a distribuição por conta do operador expressamente pontificado em valores profissionais que refletem a tranquilidade ao construtor dos arranjos produtivos.

A odisséia do Operador Logístico é considerada um postulado para uma nova economia, economia esta que coaduna com os desafios das tecnologias para refletir os maiores lucros. Esse refrão é perseguido por aquele que

está antenado com as mudanças impostas resultantes da velocidade dos negócios, coadjuvada com o avanço tecnológico, característica deste século que já se iniciou.

Na corrida pelo açambarcamento das operações logísticas, o terceirizado deve-se especializar e avocar para si o conhecimento necessário ao seu estabelecimento inédito no tipo de serviço para o qual se propôs.

A percepção e a busca de atitudes como estas são fatores que impelem os operadores de serviços logísticos, com foco no transporte, a se tornarem em verdadeiros agentes planetários de ativos rentáveis e, portanto, aquecedores da economia global.

V - A LOGÍSTICA ECOLÓGICA

A hipótese de Gaia é uma das mais recentes e realistas suposições sobre a Terra como um organismo vivo. O seu autor, o químico especializado em atmosfera, James Lovelock, alega que o planeta é um organismo vivo, auto-organizador e, portanto, sensível aos impactos provenientes da voracidade humana na busca do desenvolvimento econômico.

A obsolescência industrial propalada pelo Clube de Roma, nos anos 70, é um dos fatores desencadeadores da impactante Teoria de Lovelock. A estratégia da Logística Reversa, o mais novo ramo da logística convencional, ameniza essa volúpia irracional por parte da sociedade industrial.

A busca constante pelo crescimento do PIB, perpetrada por todos os países, vai confirmar as posições do *Clube de Roma*.

Em condições de crescimento rápido, novas ações e planos de atividades são impostos ao sistema, muito antes de se poderem avaliar devidamente os resultados de velhos planos de atividades e ações. A situação é pior quando o crescimento é exponencial, e o sistema está mudando cada vez mais rapidamente. (Meadows et al, 1972).

Percebe-se que é uma roda viva. Na busca por riqueza e pelo lucro rápido neutraliza-se a mais sensível visão de gestores que ficam indiferentes ao rastro de resíduos de todas as origens em um ambiente que se regule automaticamente, mas sem tempo para reagir à desordem.

Barnet e Müller (1974) já alertavam que a humanidade teria de descobrir uma escala apropriada para suas instituições políticas e econômicas, senão correria o risco de ser substituída pelos números ou afogada em seus próprios resíduos.

Esses autores profetizavam que haveria de surgir algo, dentro do contexto industrial e em especial inserido nos processos logísticos, como elemento redutor das ações dilapidadoras da produção.

A proposta da Logística Reversa, no ambiente global, é promover a reconciliação do homem com o mundo natural. Essa postura amistosa está nas bases do olhar sábio da destinação inteligente das sobras, bem como o reaproveitamento daquilo que seria dispensado e lançado nos ecossistemas.

A especialização e o progresso tecnológico são essenciais ao desenvolvimento dos meios, no entanto, não se pode permitir que determine os objetivos da humanidade (Schumacher, 1977).

O esgotamento das riquezas e o lamaçal de impurezas são trilhas de incompetência de uma raça que se atreve a dominar a natureza. A interdisciplinaridade dos saberes converge para um tipo de gestão, cuja proposta é amenizar o desperdício dos bens materiais e aplicá-los adequadamente em prol do crescimento harmonioso.

Os números são alarmantes. Na década de 90, o mundo despejou um bilhão de toneladas de lixo e resíduos, a cada ano, e a projeção em 2.090 é na ordem de três bilhões de toneladas/ano. Já no início deste milênio e, precisamente em 2008, somente o lixo eletrônico parametriza 50 milhões de toneladas e apenas 10% são reaproveitados, em consequência da inexistência de uma conscientização do desenvolvimento sustentável. Repensar o tratamento sadio de tais refugos, implementando redes e canais de retorno do mesmo, a fim do seu reaproveitamento, é desafio deste século.

O Conselho de Logística Reversa do Brasil (CLRB), através do seu diretor, o professor Paulo Roberto Leite, informa que o Brasil produz 11 milhões de toneladas de lixo eletrônico, 10 milhões de unidades de computadores, 120 milhões de unidades de celulares, 18 bilhões de garrafa pet, 14 bilhões de latas de alumínio, 80 milhões de lâmpadas, 9 bilhões de embalagens longa vida e 55 milhões de pneus. A cidade de São Paulo produz 16 mil toneladas/dia de lixo doméstico.

Esses números são assustadores, ainda mais quando se almeja inserir o País em empreendimentos globais na busca de um mundo limpo e sustentável.

A solução são os biodigestores, para dar destinação ao lixo doméstico lançado nos aterros sanitários, cujos espaços são geradores de graves problemas sociais.

Países da Europa e Ásia possuem 700 usinas, número também cabalístico para o mundo. Essas 700 usinas de reciclagem de lixo geram 12.500 Mw de energia elétrica, o equivalente à Usina de Itaipu.

Aqui no Brasil, as tentativas são diversas para reciclar o bagaço da cana e outros dejetos provenientes da industrialização. O que não se deve perder de vista é o desenho da malha de canais de retorno ou concentração, em pontos pré-estabelecidos, dos refugos. A Logística

Reversa vem elaborando estratégias competitivas com o fim de produzir resultados alvissareiros à sociedade, como o envolvimento de cientistas no projeto de minibiogestores, e a atração de mão-de-obra não especializada de catadores que passam a tirar seus sustentos dessa mais nova frente de trabalho.

Apesar do baixo potencial de energia elétrica produzida a partir do biogestor, em relação ao elevado volume de lixo processado, o que se busca, em última instância, é a eliminação de dejetos, de toda ordem, transformando um processo unidirecional e entrópico em algo cíclico e reciclável. É a produção da energia limpa, energia essa tão ambicionada nos tempos modernos, para a conquista de índices econômicos almejados por diversas nações, sem sujar ou impactar o meio ambiente.

O desafio a ser enfrentado pela Logística Reversa será vitorioso, se as *expertises* dos gestores envolvidos forem capazes de multifacetar operações distintas que envolvam o domínio do conhecimento plural e, portanto, restabeleça o equilíbrio da natureza modificado pelo homem.

Já o refugo de itens de valor tecnológico agregado sofre outro tipo de tratamento, como por exemplo, válvula, placa-mãe, diodo, chassi, monitor, cárter de motor e tantos outros. Moreira (2005) alega que, com o término da Segunda Guerra Mundial, houve um grande volume descartado de material, como armas danificadas, restos de munições, alimentos, embalagens, roupas velhas etc. A destinação desses itens era o grande desafio.

O início dos anos 50, com o pós-industrialismo, foi o marco da era do expurgo de material que não sofria deterioração pelo tempo. Peças e acessórios mecânicos teriam que ser trabalhados ou reprocessados visando o reaproveitamento em outros equipamentos. Nasce, assim, uma nova concepção para o destino desse tipo de material.

Arima e Battaglia (2003) elencam, na fase do pós-consumo, algumas atitudes a serem tomadas diante do descarte do material. São elas: mercado de segunda-mão, canibalização, reciclagem, remanufatura e ação institucional incentivando a população e as empresas a doarem seus bens em desuso.

O processo reverso, para itens de valor e que serão reaproveitados, conta, atualmente, com a contribuição da tecnologia. Coleta e transmissão automática de dados como código de barras, etiquetas inteligentes e radiofrequência que permitem capturar informações sobre o item em processo de retorno, de forma rápida e eficiente.

Os ferros-velhos e as sucatas são considerados verdadeiros santuários para técnicos focados em dar sobrevidas a equipamentos fora de linha de fabricação. Essa política, além de possibilitar a reutilização de materiais, incrementa um mercado que atende às classes de menor poder aquisitivo na continuidade da utilização de bens eletrodomésticos.

As Forças Armadas sempre deram atenção ao reaproveitamento de seus equipamentos operacionais, quer comprando os remanufaturados, quer canibalizando itens em proveito de outros componentes, ou, ainda, vendendo-os a tradicionais sucateiros e obtendo parte dos recursos financeiros para a compra de equipamentos mais modernos.

As aeronaves americanas, em estocagem no deserto de Tucson no Arizona, são visitadas por representantes de governos de várias partes do mundo, com o fim de serem reutilizadas ou aproveitadas parte das suas seções, como asas e trens de pouso, na disponibilidade de outras aeronaves da mesma linha de fabricação.

Todo um reaproveitamento de peças, tendo atividades logísticas por trás, em decorrência de processos decisórios amplos, torna-se global à medida que as transações de um mercado de usados envolvem países diversos.

Já nos pós-fornecimento, Arima e Battaglia (2003) enfatizam que a imagem do produto pode ser ameaçada em consequência do imperativo retorno do material por causa de erros no pedido, contaminação, excesso de estoque, linha de produção extinta, defeito e necessidade de manutenção corretiva. Esta última, principalmente quando está na garantia, não chega a ir para as oficinas autorizadas do fabricante. Este delega à própria transportadora, como por exemplo, a UPS, que dispõe de equipes de funcionários, devidamente treinados pelo próprio fabricante, para fazer pequenos reparos ou corrigir defeitos, na própria transportadora, eliminando, desta forma, desnecessárias idas e vindas do item aos reparadores. A esse processo Friedman (2005) denominou de *insourcing* (internalização), talvez um dos pertinentes à Logística Reversa direcionado à manutenção da imagem da empresa, diante de falhas e mau funcionamento de equipamentos novos e dentro da garantia.

Arima e Battaglia (2003) concluem o entendimento da Logística Reversa com as tarefas de processar a mercadoria retornada por razões como dano, sazonalidade, reposição, *recall* ou excesso de inventário; reciclar material de embalagem e reutilizar contêineres; recondicionar, remanufaturar e reformar produtos; dar disposição a equipamentos obsoletos; tratar materiais perigosos e, por fim, permitir a recuperação de ativos.

Para encerrar, aduz-se que, diante do clima de preocupação ambiental, disperso na sociedade planetária, a Logística, hoje, como uma atividade global tem como principal finalidade o desenvolvimento econômico sustentável e inteligente. A Logística Ecológica, denominação dada à Logística Reversa, é a conduta adequada praticada por empresas inseridas no contexto da responsabilidade social e, portanto, compromissadas com um progresso humano, buscando, em última análise, o bem comum.

VI - COLABORAÇÃO E CONFIANÇA NA LOGÍSTICA GLOBAL

O conceito de aldeia global recrudescer à medida que a tecnologia se agiganta, estreitando distâncias e encolhendo a noção do espaço-tempo. A aproximação de culturas, de pessoas e de propósitos torna o mundo uma comunidade em que os resultados serão promissores quando contemplam todas as criaturas.

A logística, como ferramenta indutiva aos possíveis êxitos econômicos, transpassa esse complexo jogo de interesses e de estratégias. A dinamização dos reflexos produz o desenho de conjuntura mutante que altera suas configurações, a cada instante, diante de fatores econômicos, por vezes exóticos, estabelecidos pelo homem.

Conflitos, falta de petróleo, escassez de alimentos, mudança do câmbio, terrorismo, e outros, são eventos emblemáticos que vão impactar desde o item que deve estar na prateleira até o insumo produtor da energia responsável pelo progresso.

Hoje, levar vantagem ou ganhar isoladamente não é o resultado de um bom jogo. A medida acertada é quando todos saem lucrando, mesmo que seja pouco. O *player* deve olhar os sintomas dessa sinfonia social de forma equânime e harmoniosa.

O motivo pelo qual as organizações induzem seus processos, tanto os internos como os externos, levando em conta os atributos da colaboração e da confiança, é a busca por ganhos globais e integrais.

Uma das práticas em uso por uma gestão mais humanizada é o “Planejamento Colaborativo de Demanda” (*Collaborative Planning, Forecasting and Replenishment – CPRF*), cujo objetivo estabelece atitudes gerenciais motivadoras para programas de cooperação e integração entre empresas.

Para Julianelli (2006), Planejamento Colaborativo de Demanda é uma forma diferente de cooperação interdepartamental e entre empresas de uma cadeia de suprimento, através da troca intensiva de informações e de mudanças organizacionais, estruturais e tecnológicas, para aumentar a eficiência do processo e das decisões relacionadas ao atendimento da demanda.

Supply Chain Management, Código de Barras, RFID só têm sentido, em termos de gestão colaborativa, quando todos os elos estão cumpliciados, mutuamente, na busca dos melhores índices produtivos.

Vejam que Japão e China, desde a Segunda Guerra Mundial, têm ressentimentos entre si, devido ao período da invasão japonesa no território chinês. O despontamento econômico dessas duas nações, nessa época global, deve-se, principalmente, às parcerias celebradas entre ambas. As

cadeias e os fluxos de materiais, financeiros e de informações entre Japão e China estão proporcionando uma gestão logística binacional de reflexo mundial.

Friedman (2005) sustenta que a simultaneidade de uma China e um Japão fortes é a “cadeia de suprimento, cuja colaboração entre empresários sustenta o sucesso organizacional”.

Mas a colaboração em todo movimento humano, e aí entra a gestão logística, só é possível mediante a confiança entre as partes.

James Hunter (2004), em sua obra *O Monge e o Executivo*, alerta que para a existência de um negócio saudável e próspero devem existir relacionamentos harmoniosos entre os responsáveis pelas organizações, sendo o ingrediente mais importante a confiança, que, segundo ele, “é a cola que gruda os relacionamentos”.

As parcerias entre conglomerados de empresas dependem de processos de suporte sincronizados e integrados, mesmo que os gestores possuam culturas idiossincráticas distintas. O alcance dessa meta só é possível diante da certeza mútua existente no profissional de logística.

Esse gestor deve atentar que a logística tornou-se um serviço com tentáculos amplos e ilimitados, que exige um processo decisório sobre ações que transcendem fronteiras geográficas. Portanto, a sua atuação não é mais local, mas sinérgica com outros atores, levando-o a tornar-se administrador mundial ao invés de um simples gerente de repartição ou empresa.

É, por isso, que está surgindo uma nova linha de estudo dentro da ciência administrativa. Está se falando da espiritualidade na empresa. Não se trata de religião, mas simplesmente de uma força relacional entre executivos, responsáveis por soluções promissoras com reflexos favoráveis nas direções das corporações envolvidas.

O consultor organizacional Tadeu Alvarenga (2007), em entrevista ao site www.rh.com.br, alega o seguinte:

“Entendo que as empresas são organismos vivos. Atesto que estas se submetem às mesmas leis gerais dos seres vivos. Posso dizer que o Capital Espiritual são os eventos e as escolhas que contribuíram para formar a identidade da empresa, e são também os valores que a empresa representa ou busca representar junto aos clientes internos e externos. É, portanto, o Capital Espiritual, não só o seu ativo mais importante, como também o principal responsável pela continuidade da organização ao longo do tempo”. (Alvarenga, 2007, p. 2)

Quando a Standard Logística e Distribuição e a América Latina Logística (ALL) fizeram uma parceria, com o fim de distribuir produtos refrigerados na região sul e para o exterior, levaram em consideração a sinergia das

empresas em que a ALL tem perícia no modal ferroviário e a Standard em armazenagem de carga frigorificada (Malinverni, 2007).

Mas as *expertises* não bastariam para o êxito do negócio, uma vez que houve desprendimento dos executivos, no sentido da colaboração e da sincera confiança na disponibilidade de informações operacionais e das estratégias aplicadas na interoperabilidade das duas corporações.

No momento em que o mundo se torna cada vez mais cambiante, com eventos que surgem inesperadamente impactando o comércio mundial, o binômio colaboração x confiança eclode como atitude indispensável à formação do caráter dos administradores logísticos. Colaboração e confiança são, portanto, os predicados que contrabalançam o caos mercadológico, procurando regular e ordenar as relações dos profissionais que lidam com uma atividade eminentemente de suporte e apoio como é a logística global.

VII - CONCLUSÃO

O epítome da logística global, apresentada neste artigo, dimensiona a grandiosidade do assunto. Logo, infere-se que a visão multidisciplinar é imperativa à compreensão dos diversos aspectos do tema.

Sales (2007) alega que o talento do profissional em Logística deve reunir profundo conhecimento técnico aplicado à prática, sólida base teórica, visão abrangente do negócio, foco no cliente, capacidade de negociação, experiência na área comercial, habilidade para liderar e motivar pessoas, noções financeiras, inglês fluente e domínio matemático voltado para a pesquisa operacional e a estatística.

Porém, Sales (2007) não menciona a visão conjuntural, com foco na contextualização nacional e internacional, como é o caso do sistema da Escola Superior de Guerra/ Associação dos Diplomados da ESG, além dos Centros de Estudos Estratégicos, existentes em algumas Universidades, como, por exemplo, a Federal Fluminense, a Federal de São Carlos, a de Campinas, a Federal de Juiz de Fora, e outras, que irradiam esse conhecimento.

Dentro da conjuntura, as noções de desenvolvimento e segurança são imprescindíveis ao profissional de Logística, uma vez que não existe desenvolvimento em um ambiente inseguro, e para que haja segurança em um espaço global, há necessidade de que parte do lucro obtido com o desenvolvimento seja investido em segurança.

Portanto, o binômio Desenvolvimento x Segurança é preponderante como domínio de conhecimento do gestor global. Uma negociação, a implantação de módulos industriais, o escoamento de material para certa área geográfica são decisões que não podem ser tomadas se não levarem em consideração os aspectos desse binômio.

Por fim, e extremamente importante, o administrador globalizado do terceiro milênio compreender e introjetar o conceito da Responsabilidade Social. O cuidado com o meio ambiente, a relação saudável com seus parceiros pautada pela ética, utilizando os princípios do cooperativismo, são atitudes que proporcionarão reflexos positivos para a humanização da relação comercial em que todos se tornarão ganhadores.

Esta visão integral conectiva produz o esmorecimento da figura do ultrapassado capitão-de-indústria e faz surgir o *Chief Executive Office*, cujo olhar estratégico posiciona a Logística como elemento decisivo nas negociações do mercado internacional.

Com estas considerações, conclui-se o presente artigo deixando a seguinte reflexão:

“Os planos estratégicos estão para os planos táticos, assim como os planos econômicos estão para os planos logísticos. Em suma, a eficiente logística nacional é o braço operacional da economia mundial”.

Referências

Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (ABRATEC). *Terminais de contêineres: excelência portuária: US\$ 850 milhões em investimentos*. Disponível em <<http://www.abratec-terminais.org.br/novo/default.asp>>. Acesso em: 05 maio 2008.

ALVARENGA, Tadeu. *A força do líder espiritualizado*. Entrevistador: Patrícia Bispo. Entrevista. Disponível em <<http://www.rh.com.br>>. Acesso em 18 Ago. 2007.

ARIMA, Seiso; BATTAGLIA, André. *Logística reversa - da terra para a terra*. In *Tecnológica*. São Paulo, p. 60-141, abr./jun. 2003.

BALLOU, Ronald H. *Gerenciamento de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BARNET, Richard J.; MÜLLER, Ronald. *Poder global: a força incontrolável das multinacionais*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

BENZI, Liliam. *Especialistas discutem o potencial do RFID*. In *Tecnológica*, São Paulo, n. 121, p. 68-70, dez. 2005.

BIODIGESTOR gera energia a partir de lixo “in natura”. 2004. Disponível em: <<http://www.inovacaotecnologica.com.br>>. Acesso em: 06 Jun. 2008.

BRANDÃO, Túlio. *A energia limpa que vem das usinas térmicas* in *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 08 jun. 2008.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, Fátima. *Como o frio pode aquecer os seus negócios*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 104, p. 62-71, jul. 2004.

DM lança rastreamento on-line e investe em logística in *Tecnológica*. São Paulo, p. 105, ago. 2004.

FLEURY, Paulo Fernando. *A indústria de provedores logísticos no Brasil: analisando oferta e demanda de serviços*. 2004. Disponível em: <<http://www.ilos.com.br>>. Acesso em: 5 maio 2008.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati (org.). *Supply chain management. In Logística empresarial: perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 2007.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HUNTER, James C. *O monge e o executivo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

JULIANELLI, Leonardo. *Motivadores para implementação de iniciativas de colaboração de processo de planejamento de demanda*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 124, p. 82-88, mar. 2006.

LEITE, Paulo Roberto. *Setor de logística reversa já tem sua entidade*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 149, p. 42-43, abr. 2008.

MALINVERNI, Cláudia. *All e Standard ampliam operação de trem expresso*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 136, p. 60-67, mar. 2007.

_____, Cláudia. *Interatividade e inteligência*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 115, p. 70-83, jun. 2005.

_____, Cláudia. *Mercado em dois atos*, in *Tecnológica*. São Paulo, n. 116, p. 56-68, jul. 2005.

MARINO, Sílvia. *Lições do RFID*, in *Tecnológica*. São Paulo, n.123, p. 48-55, fev. 2006.

MEADOWS, Donella et al. *Limite do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MENDONÇA, José Carlos V. de . *Cargas perecíveis em contêineres*. Disponível em: <<http://www.pratesmendonca.com.br...>>. Acesso em: 05 maio 2008.

MOREIRA, Pedro Francisco. *A qualidade começa em casa, in Tecnológica*. São Paulo, n. 119, p. 93, out. 2005.

MOREIRA, Pedro Francisco. *RFID Por Quem Entende de RFID, in Tecnológica*. São Paulo, n. 120, p. 96-97, Dez. 2005.

ORDOÑEZ, Ramona. *Energia que vem do lixo*, in *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 fev. 2007.

RODRIGUES, Marcos. *AVL: enfim, mais recursos e custos menores, in Tecnológica*. São Paulo, n.97, p. 74-79, dez. 2003.

SALES, André. *A logística agrega valor ao produto brasileiro, in Tecnológica*. São Paulo, n. 131, p. 64-68, out. 2006.

SALES, André; SOUZA, Victor de. *Frutas hibernam durante a exportação, in Tecnológica*. São Paulo, n. 132, p. 48, nov. 2007.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar 1977.

TECNOLOGÍSTICA. *Lufthansa cargo lança contêiner com temperatura variável*. São Paulo, n. 115, p. 10, jun. 2005.

_____. *Rastreamento desde a fábrica*. São Paulo, n. 105, p. 22, ago. 2004.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

A Criação do Sistema Nacional de Mobilização

João Fernando Guerreschi

Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha do Brasil, Gerente do Programa de Mobilização para Defesa Nacional do Ministério da Defesa

Resumo

Este artigo apresenta uma sucinta explanação das atividades de mobilização no Brasil ao longo do tempo e como as ações desencadeadas de seu planejamento podem contribuir com o desenvolvimento e a integração nacionais. O marco regulamentar definido pela publicação da Lei de Mobilização de 2007 que criou, de fato, o Sistema de Mobilização Nacional e a sua respectiva regulamentação em 2008, contando com o estabelecimento de um comitê ministerial para o trato do tema, respaldam a base legal para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional. O conceito de mobilização como complemento da Logística Nacional estabelecido na Lei de Mobilização traça os caminhos iniciais para o planejamento decorrente, subordinado às premissas constitucionais de decretação da mobilização: agressão estrangeira e autorização legislativa. Outro aspecto abordado refere-se às ações de execução da mobilização, notadamente a requisição de bens e serviços, cuja regulamentação é complexa e demanda estudos mais profundos. No campo militar, os Sistemas de Mobilização das Forças Armadas contribuem com a dissuasão estratégica, suporte de planejamento e política de Defesa Nacional.

Palavras-chave: Defesa. Política. Economia. Logística. Mobilização Nacional.

Abstract

This article presents a brief explanation of the mobilization activities in Brazil over time and how the actions taken in their planning can contribute to the national development and integration. The regulations references set by the publication of the Mobilization Law, in 2007, which established, in fact, the National Mobilization System and its regulation in 2008, with the establishment of a ministerial committee to handle the issue, support the legal basis for the National Mobilization System implementation. The concept of mobilization as a complement the National Logistics established in the Law of Mobilization

traces the initial paths for the continued planning, subject to the constitutional basis of the mobilization proclamation: foreign aggression and legislative authorization. Another point raised relates to actions for the implementation of mobilization, notably the requisition of goods and services, whose rules are complex and demand more thorough studies. In the military field, the Armed Forces Mobilization Systems contribute to the strategic deterrence, support the planning and the National Defense policy.

Keywords: Defense. Politics. Economics. Logistics. National Mobilization.

I - INTRODUÇÃO

Para a manutenção e alcance de interesses, os povos antigos preparavam armas, estocavam alimentos e recrutavam homens. Essas práticas confundem-se com uma logística distante, efetuada nos primórdios das artes militares e que alguns autores definem como mobilização. Ainda no início do século passado, as nações atentaram para a importância das atividades de mobilização resultantes dos reveses sofridos por um conflito armado de longa duração, identificando as fragilidades dos sistemas de segurança e da ausência de políticas de defesa adequadas.

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, os países aprenderam com os ensinamentos do conflito anterior e, assim, puderam edificar as principais diretrizes para o trato da mobilização.

Atualmente, mesmo sem a declaração formal de guerra, as nações com expressivo Poder Nacional beneficiam-se desse privilégio para atuar, dissuasoriamente, no gerenciamento de crises.

As relações internacionais, notadamente, no campo da Defesa, modificaram-se a partir do término da bipolaridade mundial e da inclusão de ameaças difusas marcadas pelo 11 de setembro de 2001. O panorama, vivenciado pela globalização e pela planificação do mundo, tornou anacrônicos alguns princípios oriundos da primeira metade do século XX. Aliado a esse ambiente, as revoluções tecnológica e da informação demandam ações de preparo que, na eventual concretização de uma hipótese emergencial, possibilitem a resposta certa de modo a minimizar os efeitos negativos na sociedade.

Neste contexto, o caso brasileiro pauta-se num olhar para o futuro e condicionado à sua atual conjuntura. A base legal e as orientações atuais estão consoantes com a aspiração política de inserção no cenário internacional de um Estado com um potencial capaz de alcançar patamares de desenvolvimento econômico e social vividos, atualmente, pelas grandes potências. A Mobilização Nacional, intimamente relacionada com a Defesa

Nacional, apresenta as características oriundas de lições aprendidas e da realidade brasileira e contemporânea.

Assim, em dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.631, Lei de Mobilização Nacional, que criou o Sistema Nacional de Mobilização, preenchendo uma lacuna jurídica vivenciada por mais de cinco décadas.

II - DADOS HISTÓRICOS

Com os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial, especificamente no campo da mobilização de recursos humanos, o Brasil adotou o conceito das Polícias Militares funcionarem como Reserva do Exército e instituiu o Serviço Militar Obrigatório. Em 22 de abril de 1927, foi criado o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, com a visão de formar um contingente de oficiais para o Exército valendo-se de universitários e com funcionamento durante os recessos escolares e nos finais de semana. Anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, metade dos tenentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateram na Europa, era constituída de Oficiais da Reserva (R/2).

As experiências mais significativas remontam à Revolução Constitucionalista de 1932 e, notadamente, àquelas decorrentes da decretação da mobilização nacional, por ocasião da Segunda Grande Guerra, quando foi ordenada a Mobilização Geral, por meio do Decreto nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, face ao estado de beligerância declarado pelo Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.



Fig. 1 – Capa do Jornal O GLOBO de 16 de setembro de 1942.

Em 28 de setembro de 1942, por meio do Decreto nº 4.750, foi criada a Coordenadoria da Mobilização Econômica, subordinada diretamente ao Presidente da República, a qual implementou diversas medidas direcionadas a este objetivo. Nesse cenário, foram tabelados preços de produtos e serviços, criado o “pão de guerra” (que se assemelhava ao pão integral de hoje), requisitadas mercadorias e serviços, constituídos estoques reguladores e conduzida a interferência do Estado nas indústrias, notadamente na têxtil paulista. Dentre as atividades de pesquisa, face à dificuldade de importação de combustíveis, desenvolveram-se motores movidos a gasogênio.



Fig. 2 – Presidente Getúlio Vargas ao lado de veículo adaptado com motor a gasogênio.

Esse órgão controlou e supervisionou diversas empresas privadas e públicas consoante a prática dominante na sua época de intervenção estatal na economia de mercado. Foi extinto em dezembro de 1945 e quase a totalidade de seus 83 órgãos componentes absorvido pelo Estado, como no caso do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, que viria a se transformar na Defesa Civil brasileira.



Fig. 3 – Panfleto distribuído em Natal-RN, durante a Segunda Guerra Mundial

Além das forças combatentes, vale mencionar a constituição de um grupo de 73 enfermeiras brasileiras enviadas à Itália, em 1944, junto à Força Expedicionária Brasileira e à Força Aérea Brasileira (FAB), como exemplo de mobilização de civis. Essa ação proporcionou a ampliação de perspectivas de trabalho à mulher brasileira.

A partir da desmobilização ocorrida ao término da Segunda Guerra Mundial, o tema passou a ser tratado em diferentes setores do Governo Federal:

- de 1946 até 1988: Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN);

- de 1988 até 1990: Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN);

- de 1990 até 01 de janeiro de 1999: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR);

- de 01 de janeiro até 10 de junho de 1999: Ministério Extraordinário de Projetos Especiais (MEPE); e

- a partir de 10 de junho de 1999: Ministério da Defesa (MD), conforme estabelecido no Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999, responsável tanto pela Mobilização Militar (adquirida do EMFA) como pela Mobilização Nacional (adquirida do MEPE).

Durante o período em que permaneceu nesses órgãos, foram expedidos alguns documentos orientadores:

- Política Governamental de Mobilização Nacional e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional (RES), da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1989);

- Doutrina Básica de Mobilização Nacional, da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1987); e
- Manual Básico de Mobilização Nacional (RES), da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (1988).

Em que pese a Mobilização Nacional possuir previsão legal desde a Carta Magna de 1934, somente com a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que se dispôs sobre a matéria, inclusive com a criação (de direito) de um sistema pátrio para planejar e realizar todas as fases da Mobilização e da Desmobilização Nacionais.

III - A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

É comum referir-se à mobilização, no sentido popular, ao se qualificar a movimentação, especificamente, de pessoas na busca de um objetivo comum transpassando a ideia de mutirão ou de ações reivindicatórias. Torna-se corriqueiro o emprego do vernáculo. Apenas como ilustração, há cerca de três milhões de resultados nos mecanismos de busca na *Internet*, dos quais 10%, aproximadamente, referem-se à medidas governamentais de complemento à logística.



Fig. 4 – Manifestação de Auditores Fiscais em 2008.

Assim, define-se **mobilização nacional** como: o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o país a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira, conforme previsão constitucional:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

*XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e **mobilização nacional**;*

É possível imaginar a insegurança política e econômica caso não houvesse a previsão legal de competência exclusiva da União no trato dessa matéria. Ainda:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

*XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a **mobilização nacional**;*

Deve-se observar que a Constituinte de 1988 condicionou a decretação da mobilização (fase de **Execução**) a duas circunstâncias:

a) Ato exclusivo do Presidente da República, mediante autorização do Congresso Nacional (ou referendado por este, em caso de sua ocorrência durante intervalo das sessões); e

b) Mediante **agressão estrangeira**.

É evidente que o ato de exceção deva ser conduzido pelo Poder Executivo, porém autorizado pelos representantes do povo, uma vez que a interferência do Poder Público sobre a vida da nação será revestida de ações compulsórias e que incidirão sobre alguns princípios de liberdade consagrados caracterizando a supremacia do interesse público sobre o privado. Não basta a legalidade do ato, é imprescindível a sua legitimação. Essa fase da Execução é marcada pela celeridade e compulsoriedade, com o objetivo de alcançar os recursos necessários e não disponíveis.

Já a **agressão estrangeira** constitui termo amplo e indefinido. Não se restringe às situações que envolvam conflito armado e apresenta a possibilidade de ocorrência fora do território nacional. Parece que o legislador resolveu alinhá-lo aos atos que ferem os objetivos fundamentais, princípios constitucionais e interesses nacionais, demonstrando que os problemas derivados não são, exclusivamente, militares ou para o emprego do Poder Militar.

Por meio da decretação da mobilização, parcial ou total, será definida a sua abrangência territorial e os campos do Poder Nacional no qual ocorrerá sua incidência.

A Lei de Mobilização estabeleceu um rol de medidas que poderá ser adotada para a sua consecução:

Art. 4º A **execução** da Mobilização Nacional, caracterizada pela celeridade e compulsoriedade das ações a serem implementadas, com vistas em propiciar ao País condições para enfrentar o fato que a motivou, será decretada por ato do Poder Executivo autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando no intervalo das sessões legislativas.

Parágrafo único. Na decretação da Mobilização Nacional, o Poder Executivo especificará o espaço geográfico do território nacional em que será realizada e as medidas necessárias à sua execução, dentre elas:

I - a convocação dos entes federados para integrar o esforço da Mobilização Nacional;

II - a reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e da utilização de serviços;

III - a intervenção nos fatores de produção públicos e privados;

IV - a **requisição** e a **ocupação de bens e serviços**; e

V - a convocação de civis e militares.

Apesar de considerar-se a requisição como previsão legal de medida a ser empregada na execução da mobilização, é preciso breve esclarecimento. O conceito de requisição detém, também, particularidades presentes na mobilização: compulsoriedade, prevalência do interesse público sobre o privado e constitui-se ato de exceção. Verifique-se o que a Lei Fundamental estabelece:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXV - no caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de **propriedade particular**, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

...

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

III - **requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra**;

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e **mobilização nacional**;

...

Art. 139. Na vigência do **estado de sítio** decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

VII - requisição de bens.

Porém, cabe mencionar que a requisição aludida à mobilização, somente, será de possível adoção no caso da respectiva decretação, subordinada às condicionantes: ocorrência de agressão estrangeira, aprovação pelo Congresso Nacional e pertinente regulamentação. A Lei de Mobilização Nacional, por si, não regulamenta a requisição aludida.

O inciso III do art. 22 da Constituição de 1988 demanda difícil interpretação. As propostas apresentadas à Assembléia Constituinte pareciam mais objetivas, porém restritas:

Art. 8º - Compete à União:

XIX - legislar sobre:

c) requisição de bens e serviços civis, em caso de perigo iminente, e militares, em tempo de guerra.

ou:

c) requisição de bens e serviços civis e militares em caso de perigo iminente ou em tempo de guerra.

Assim, uma interpretação possível é baseada na vontade do legislador que demonstra diferentes finalidades para a requisição: com fins civis e militares (pensamento adotado, atualmente, na União Européia). Para o primeiro, é necessário o iminente perigo (também não definido), mas que podemos inferir presentes nas calamidades, vastos danos ambientais, epidemias, acidentes radiológicos de grandes proporções e, obviamente, em conflitos armados; no segundo, exclusivamente, em tempo de guerra.

Outros entendimentos consideram as requisições efetuadas por órgãos civis ou militares. As condicionantes para a aplicação podem, também, alternarem-se em situações complementares: iminente perigo e em tempo de guerra; ou singulares: iminente perigo ou em tempo de guerra. Alia-se a essa imprecisão, a inexistência atual de declarações formais de guerra caracterizadas pelo estado de beligerância.

A solução não é de fácil elucidação, cuja regulamentação poderá ensejar questionamentos de inconstitucionalidade e demandas judiciais.

Observe como a Constituinte rascunhou sobre o direito à propriedade privada:

Art. 2º. É garantido o direito de propriedade.

I - A propriedade é pública ou privada.

§3º O Poder Público assegura a livre apropriação dos bens necessários à manutenção de uma vida digna e sóbria, para os indivíduos e os familiares que dele dependem; a desapropriação desses bens somente poderá fazer-se em caso de evidente necessidade pública reconhecida em juízo, e mediante integral e prévia indenização em dinheiro, vedada a imissão liminar de posse; a requisição destes mesmos bens pelo Poder Público é admitida apenas em razão de guerra ou calamidade pública, assegurada, em qualquer caso, a integral indenização dos prejuízos sofridos pelo proprietário; a liberdade assegurada neste item não se suspende durante vigência do estado de sítio.

Além disso, parece que as requisições estão mais próximas às atividades logísticas, face à disponibilidade dos bens ou serviços visados, criando uma Logística Compulsória, cuja forma de obtenção é diferenciada, e a contrapartida, o ressarcimento, de difícil composição (por precatórios, bônus de guerra, ou outros).

Não será por meio da decretação da mobilização ou com o emprego de requisições que de todas as carências logísticas serão solucionadas. É preciso fortalecer a Logística Nacional concomitantemente com o preparo da mobilização.

A Logística Nacional, por sua vez, compreende o conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e meios indispensáveis à realização das ações decorrentes da Estratégia Nacional. De forma simplificada, a logística apresenta as seguintes fases:

- Identificação das necessidades;
- Obtenção; e
- Distribuição, no tempo oportuno.

Caso não sejam atendidas as necessidades requeridas diante das disponibilidades contempladas pela Logística Nacional, tomando-se, inclusive, o princípio da oportunidade, estas se tornarão objetos de estudos da mobilização passando a ser consideradas como carências logísticas.

Fora do âmbito da Defesa, alguns problemas regionais brasileiros atuais podem indicar a presença de privação em alguns setores, tais como o emprego de hospitais de campanha no combate à dengue no Rio de Janeiro; de recursos militares durante a seca da Amazônia, em 2006, e nas inundações no Nordeste, em 2008.

Com base nas carências logísticas, desenvolvem-se os estudos e planejamentos de mobilização em todos os campos do Poder Nacional, com o propósito de identificar ações que venham transformar o potencial existente em Poder, com vista ao empregado no caso de agressão estrangeira. A

implementação de ações, devidamente planejadas, promoverá o incremento da Logística Nacional e a consequente redução do hiato econômico e social.

Quando as atividades são desenvolvidas durante a situação de normalidade, ou seja, na fase de Preparo da mobilização, é possível alinhar as políticas de desenvolvimento e as de defesa de maneira a minimizar os impactos na sociedade por ocasião da sua execução. Cita-se aqui alguns pensamentos pertinentes:

Nas palavras de Geraldo Magela da Cruz Quintão, em 2002, como Ministro de Estado da Defesa:

“Como instrumento constitucional (a Mobilização), serve ao País para, por meio do investimento nas áreas econômicas e sociais, garantir o desenvolvimento e a soberania nacionais.”

Tal como externado pelo Ministro de Estado, Mangabeira Unger, em 2008:

“Não há Estratégia de Desenvolvimento Nacional sem Estratégia Nacional de Defesa.”

Conforme reiteradas manifestações do Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, referindo-se à inclusão da defesa na agenda nacional e aos estudos desenvolvidos na elaboração do Plano Estratégico de Defesa Nacional:

“Temos que pensar grande.”

Nesse sentido, pode-se afirmar que os EUA procuram conduzir suas ações de Estado em consonância com o desenvolvimento da defesa. Face ao elevado nível do seu Poder Nacional, reflete uma logística da qual, raramente, são identificadas carências. Assim, as necessidades da defesa são prontamente atendidas pela logística que a apoia, inclusive, as deficiências de seus parceiros em organizações internacionais como no caso das necessidades de transporte aéreo estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Em alguns países, as ações estratégicas para o desenvolvimento e integração estiveram perfeitamente alinhadas com as de mobilização. Na área de transportes, pode-se citar as *autobahn* alemãs e as *freeways* norte-americanas, concebidas para proporcionar maior mobilidade interna às tropas e melhorias logísticas que contribuem com a integração nacional e promovem o crescimento. Da mesma forma, mencionam-se as grandes ferrovias tal como a transiberiana que hoje suporta 30% do transporte de carga das exportações

russas. No Brasil, um bom exemplo é o complexo ferroviário gaúcho instalado a partir do início do século passado, pela Missão Francesa, de mesma concepção.

Portanto, a mobilização atua sobre a Logística Nacional e contribui com a formulação de bases normativas para a consecução de seus planos de forma eficaz.

Essa visão está inserida em todos os campos do Poder Nacional. Como referência, pode-se elencar as necessidades da mobilização no estabelecimento de uma Indústria de Defesa pautada em aumento de tecnologia autóctone, mediante critérios claros de catalogação e, especialmente, de certificação de modo a propiciar o crescimento desse setor com possibilidades de expansão regional e mundial.

Outro aspecto relevante é a identificação de produtos estratégicos e de defesa que, ao serem nomeados, contribuirão na formação de dados de interesse tanto à logística quanto à mobilização. Neste ponto, convém salientar que o sistema mobilização deverá possuir uma ferramenta capaz de gerenciar informações estratégicas de bens e serviços para auxílio ao planejamento e decisão.

No aspecto recursos humanos, ainda há grandes discussões quanto à convocação de civis, especialmente, em relação às condições dos recursos disponíveis. No campo militar, o serviço militar é a ferramenta adequada para a formação de uma reserva, cuja qualidade é objeto de estudos atuais. Alguns estudiosos consideram as atividades desse serviço ligadas à logística. Independentemente de posicionamentos radicais, deve-se mencionar que a logística e a mobilização interagem constantemente, ora decorrentes dos resultados dos processos desenvolvidos pela mobilização durante a situação de normalidade, ora nas de execução.

No cenário atual, as relações políticas, econômicas e sociais tornam-se cada vez mais complexas e enredadas.

Enfim, nas palavras do General-de-Divisão Luiz Adolfo Sodré de Castro:

“A grande vantagem no preparo da mobilização dos recursos nacionais disponíveis, é a de proporcionar ao Estado a prontidão necessária para preservar a sociedade nas melhores condições, não só em guerras, mas em qualquer situação de crise ou emergência”.

IV - A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

Os primeiros estudos para a criação de uma lei sobre o tema remontam à década de 1960.

O afastamento da sociedade na discussão da Defesa Nacional, na qual a mobilização está inserida, vem desde as falhas cometidas durante a mobilização brasileira ocorrida na Segunda Guerra Mundial e, também, no período de 1970 até meados de 1990.

A falta de um sistema nacional dedicado ao preparo dessas ações implica perda de poder dissuasório.

Contudo, o Poder Militar nunca deixou de atribuir importância ao assunto, em face de seus pressupostos, e fornecer orientações com vista a identificar possíveis soluções ao complemento de sua logística. É com esta visão que foram conduzidas atividades no âmbito das Forças Singulares e adotado um sistema, ainda que com maior ênfase à sua forma doutrinária.

Não obstante, a Lei no 11.631/07 começou a ganhar molde em 1999 e sua minuta ficou concluída em 2001. Diversas organizações participaram dos debates ocorridos no âmbito do Ministério da Defesa. As Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra (ESG) colaboraram significativamente. Os ensinamentos colhidos nos Simpósios de Mobilização Nacional e de Mobilização Militar renderam, também, boas ideias. Entre 2001 e 2003, o assunto foi discutido com os demais órgãos que viriam a compor o referido sistema.

Pela Exposição de Motivos Interministerial (EMI) no 472, de 2 de outubro de 2003, foi encaminhada a proposta, na forma de Projeto de Lei, ao Presidente da República. Em 6 de outubro, por meio da Mensagem no 507, o Projeto de Lei (PL) foi encaminhado ao Congresso Nacional.

A tramitação do PL na Câmara dos Deputados iniciou-se em 9 de outubro, recebendo a denominação PL no 2.272/2003, tendo sido encaminhado ao Senado Federal em 29 de março de 2007. Durante as apreciações nas Comissões daquela casa legislativa não sofreu qualquer alteração e as aprovações transcorreram de forma unânime.

Em 1º de agosto de 2007, foi recebido no Senado Federal, e, com o texto, nomeado Projeto de Lei Complementar nº 25/2007, foi aprovado em 5 de dezembro. Em 27 de dezembro, o Presidente da República sancionou a Lei de Mobilização, publicada no Diário Oficial no dia seguinte.

Na época de tramitação do PL, as discussões eram em torno do crescimento das ações terroristas no mundo, notadamente, as de 11 de setembro de 2001, e as investigações decorrentes, tais como na região da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Além disso, as atividades de grupos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e as tecnologias empregadas pelos cartéis colombianos no transporte de drogas contribuíram para despertar, no Parlamento, a necessidade de fortalecimento de bases legais relacionadas à defesa.

Dessa época, ocorreu a atualização da Política de Defesa Nacional de 2005, que consigna a necessidade de constituir um sistema de mobilização, a fim de construir um poder dissuasório pautado em capacitações e potencialidades, Poder e Mobilização:

Política de Defesa Nacional

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

6.2 A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório.

Baseia-se, para tanto, nos seguintes pressupostos básicos:

VII - capacidade de mobilização nacional.

6.6 A expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis.

6.9 O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

7. DIRETRIZES

7.1 As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

IX - implantar o Sistema Nacional de Mobilização e aprimorar a logística militar.

A Lei de Mobilização criou, de direito, o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) que compreende um conjunto de órgãos federais, representantes do Poder Nacional na forma de sistema, cujo órgão central é o Ministério da Defesa, no qual seus componentes atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da Mobilização e da Desmobilização Nacionais.

Fazem parte do SINAMOB:

ÓRGÃO DE DIREÇÃO	SUBSISTEMA SETORIAL	OUTROS ÓRGÃOS COMPONENTES (A SER REGULAMENTADO)
Ministério da Defesa	MILITAR	
Ministério da Justiça	SEGURANÇA	
Ministério das Relações Exteriores	POLÍTICA EXTERNA	
Casa Civil da PR	POLÍTICA INTERNA	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	SOCIAL	a) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; b) Ministério das Cidades; c) Ministério da Cultura; d) Ministério da Educação; e) Ministério do Esporte; f) Ministério do Meio Ambiente; g) Ministério da Previdência Social; h) Ministério da Saúde; i) Ministério do Trabalho e Emprego; e j) Ministério do Turismo.
Ministério da Ciência e Tecnologia	CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO	
Ministério da Fazenda	ECONÔMICO	a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; b) Ministério das Comunicações; c) Ministério do Desenvolvimento Agrário; d) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e) Ministério de Minas e Energia ; e f) Ministério dos Transportes.
Ministério da Integração Nacional	DEFESA CIVIL	
Gabinete de Segurança Institucional da PR	INTELIGÊNCIA	
Secretaria de Comunicação de Social da PR	PSICOLÓGICO	

A referida Lei estabeleceu, ainda, competências para o SINAMOB, conforme abaixo:

Art. 7º Compete ao Sinamob:

I - prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na definição das medidas necessárias à Mobilização Nacional, bem como aquelas relativas à Desmobilização Nacional;

II - formular a Política de Mobilização Nacional;

III - elaborar o Plano Nacional de Mobilização e os demais documentos relacionados com a Mobilização Nacional;

IV - elaborar propostas de atos normativos e conduzir a atividade de Mobilização Nacional;

V - consolidar os planos setoriais de Mobilização Nacional;

VI - articular o esforço de Mobilização Nacional com as demais atividades essenciais à vida da Nação; e

VII - exercer outras competências e atribuições que lhe forem cometidas por regulamento.

No campo militar, o Ministério da Defesa emitiu suas diretrizes setoriais, mas é preciso formular os caminhos dos demais subsistemas.

O Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) está inserido no SINAMOB e é composto pelos respectivos sistemas das Forças Singulares em conformidade com as normas constantes na Lei Complementar nº 97/99:

Lei Complementar nº 97

Art. 8º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e dos meios orgânicos necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias.

Parágrafo único. Constituem reserva das Forças Armadas o pessoal sujeito a incorporação, mediante mobilização ou convocação, pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as organizações assim definidas em lei.

Art. 13. Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa.

§ 1º O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização.

Art. 14. O preparo das Forças Armadas é orientado pelos seguintes parâmetros básicos:

III - correta utilização do potencial nacional, mediante mobilização criteriosamente planejada.

As Forças Armadas dispõem dos seus sistemas da seguinte maneira:

a) Na Marinha do Brasil (MB):

O Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR), abordando o Poder Marítimo, no qual o Poder Naval (militar) está inserido.

O Manual de Mobilização Marítima, do Estado-Maior da Armada (EMA), foi revisto em 2004. Atualmente, a MB dedica-se à criação de estrutura organizacional necessária para o aprimoramento do trato ao assunto.

b) No Exército Brasileiro (EB):

O Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE) está relacionado às atividades de mobilização para a Força Terrestre e apresenta a documentação básica:

A Política de Mobilização do Exército, elaborada, em 1974, pelo Estado-Maior do Exército (EME), estabeleceu como um dos seus objetivos a implantação do SIMOBE. O sistema foi implantado em 1976, reformulado em 1980, e encontra-se em fase final de reestruturação, com instruções gerais e reguladoras em vigor, com base numa visão sistêmica, abordando duas áreas: recursos humanos e material.

É o mais desenvolvido face às peculiaridades das funções da Força e ao baixo custo das ações de implementação.

c) Na Força Aérea Brasileira (FAB):

O Sistema de Mobilização Aeroespacial (SISMAERO) foi criado em 1985 e sua documentação revista em 2002.

No Ministério da Defesa, além dos estudos e da elaboração de propostas de normas relacionadas ao assunto, são conduzidas atividades mediante planejamento estabelecido no Plano de Gestão da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM), suportadas pelo Programa 8026 - Mobilização para a Defesa Nacional, do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Este Programa comporta três ações governamentais utilizando recursos do Tesouro Nacional e do Fundo do Serviço Militar:

Ação 4427 - Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional – os recursos disponibilizados nesta ação permitem a divulgação do tema à sociedade brasileira e capacitação de pessoal dos órgãos componentes mediante a realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional (EIMN), ocorridos de 2001 a 2007, e dos Estágios de Mobilização Nacional - Práticos, envolvendo parceria com instituição notoriamente reconhecida na área de capacitação de recursos humanos.

Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização – nesta ação está prevista a reestruturação da Divisão de Coordenação da Mobilização Nacional, subordinada ao Departamento de Mobilização (DM), com a finalidade de atuar como Secretaria-Executiva do Comitê do SINAMOB para aquisição de equipamentos adequados à implantação de uma rede de

comunicação no âmbito dos Comandos Militares e desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de informações da mobilização nacional.

Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar obrigatório – os recursos desta ação destinam-se ao desenvolvimento das atividades ligadas ao serviço militar, tais como: alistamento, seleção, incorporação e apresentação de reservistas.

Em relação aos demais Ministérios, cada órgão do SINAMOB deverá considerar previsões orçamentárias próprias.

V - PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

Como início das atividades do SINAMOB, devidamente regulamentadas, vislumbra-se que os demais órgãos componentes comecem a adquirir capacidade de execução e planejamento, necessidade fundamental para o perfeito funcionamento do sistema.

A proposta de regulamento da Lei de Mobilização foi elaborada em 2007 e contou com assessoria das Forças Singulares e da ESG. Atualmente, encontra-se em apreciação na Casa Civil da Presidência da República.

O regulamento prevê a formação de um comitê para o sistema, a fim de legitimar e viabilizar a execução das atividades do seu funcionamento. Esse comitê contará com um plenário composto pelos Ministros de Estado dos órgãos de direção dos respectivos subsistemas, com câmaras técnicas e grupos de trabalho para assessoria especializada. Espera-se que, ainda este ano, ocorra a realização da 1ª reunião do comitê do SINAMOB.

Em curto prazo, é preciso a atualização da documentação existente: Política de Mobilização Nacional, Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional, Doutrina de Mobilização Nacional e Manual Básico de Mobilização Nacional, que deverá conter orientações para a padronização do seu respectivo planejamento.

Os trabalhos realizados e o material produzido não podem ser desprezados, mas adaptados à base legal ora em formação. É o caminho natural haja vista que alguns conceitos existentes se encontram em evolução e devem seguir as modificações impostas pelas relações entre os diversos atores.

A mobilização existe para a guerra. Durante o planejamento com a finalidade de atender a essa situação crítica, são considerados potenciais, estruturas e capacidades nacionais que deverão identificar soluções para conjunturas de menor complexidade. A estrutura do sistema poderá ser empregada para apoio às atividades decorrentes do gerenciamento dessas crises de menor intensidade.

Resumidamente, conforme a visão do General-de-Divisão Luiz Adolfo Sodré de Castro: “Quem pode mais, pode menos”.

VI - CONCLUSÃO

Identificou-se, na criação do SINAMOB e na conseqüente implantação do sistema, uma ferramenta robusta que, devidamente trabalhada, irá contribuir para a elevação das capacitações militares e o crescimento econômico-social. O investimento em Defesa acarreta, invariavelmente, avanço científico e tecnológico.

A estrutura do SINAMOB, voltada para o conflito armado, poderá atender a situações de menor complexidade, como nos casos de epidemias e calamidades, face à composição e natureza do sistema.

As atividades de Preparo da Mobilização Nacional, na condição de complemento da logística e na execução de ações conjuntas, também exercem estreita cooperação com a integração nacional.

O preparo da mobilização e as ações necessárias para a sua implantação e funcionamento não demandam significativo volume de recursos, bastando apenas vontade e empenho dos setores responsáveis em cada área de atuação.

Eis o grande desafio para que a Lei de Mobilização adquira eficácia. É preciso continuadas discussões e entendimentos que compatibilizem as inúmeras e intrincadas interações nacionais e internacionais, mediante uma visão prospectiva.

Entretanto, na eventualidade da decretação da mobilização nacional, condicionada às premissas constitucionais, ou seja, agressão estrangeira e aprovação do Parlamento, as requisições militares não serão suficientes para sanarem todas as carências logísticas vislumbradas no tempo oportuno.

Referências:

AMARANTE, José Albano. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país, in Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança*. v. 3. Brasília: 2005.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: 2005.

_____. Lei nº 11.653, de 7 de abr. 2008. *Plano Plurianual para o período de 2008/2011*. Brasília: 2008.

_____. Lei nº 11.631, de 27 dez. 2007. *Lei de Mobilização Nacional e SINAMOB*. Brasília: 2007.

_____. Decreto n. 6.223, de 4 de out. 2007. *Regimento Interno do Ministério da Defesa*. Brasília: 2007.

_____. Presidência da República. *Projeto Brasil 3 tempos: 2007, 2015 e 2022 in Cadernos do Núcleo de Assuntos Estratégicos*. n. 1. Brasília: jul. 2004.

_____. Ministério da Defesa. *Exposição de Motivos nº 264/MD, de 16 de jun. 2008: encaminha a proposta de regulamentação da Lei n. 11.631/07*. Brasília: 2008.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual básico: assuntos específicos*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

_____. Escola Superior de Guerra. *Manual básico: elementos doutrinários*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

_____. Escola Superior de Guerra. *Cadernos de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacionais*. Rio de Janeiro: ESG, 2007.

CASTRO, Luiz Adolfo Sodré de. *A Lei de mobilização nacional e suas implicações*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

COSTA, Nadin Ferreira da. *A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices in Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 37, pp. 160-201. Rio de Janeiro: ESG, 1998.

COSTA, Soraia. *Governo tenta se precaver contra ameaça estrangeira: preparando-se para guerra in Jornal Congresso em Foco*. Brasília: jan. 2008.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Efeitos e imagens da mobilização civil na cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: < http://tau.ac.il/eial/XII_1/cytry.html >. Acesso em: 11 jun. 2008.

_____. *A serviço da Pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: < <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=610918> >. Acesso em: 11 jun. 2008.

FEROLLA, Sérgio Xavier. *O fomento da indústria de Defesa como fator de preparo da mobilização nacional in Revista Idéias em Destaque do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica* n. 20, jan./abr. Rio de Janeiro: 2006.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Diretrizes do Estado-Novo (1937-1945): O Brasil na Guerra*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_brnaguerra001.htm>. Acesso em: 11 de jun. 2007.

_____. *Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). O Brasil na guerra: cotidiano da guerra*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_guerranobr_cotidiano.htm>. Acesso em 10 abr. 2008.

GOBATA, Marsiléia. *Estratégia: plano devolve soberania ao Brasil in Jornal do Brasil*, 25 fev. 2008.

GOMES, Gerson Pinheiro. *A logística aplicada ao programa federal de segurança alimentar "Fome Zero" in Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 20, n. 42 (jan./dez. 2003). Rio de Janeiro: ESG, 2003.

JOBIM, Nelson. *A Defesa na Agenda Nacional: o Plano Estratégico de Defesa, in Revista Interesse Nacional*, jul./set. 2008.

_____. Discurso em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 9 de abril de 2008. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/index.php?page=pronunciamento_disursos>. Acesso em 11 de junho de 2008.

LUZ, Sérgio Porto de. *Sobre a mobilização de interesse da Marinha: breve in Revista Marítima Brasileira*, v. 105, n. 1-3 jan./mar. 1985.

MATOS, Marcos Oliveira. *Ingresso do Brasil in Revista da Escola de Guerra Naval*, n. 10, p. 1-80, dez.. Rio de Janeiro: EGN, 2007.

MERGULHÃO. Aniversário do CPOR/RJ. Disponível em: <http://www.sangueverdeoliva.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=277&Itemid=29>. Acesso em 11 de junho de 2008.

OSTROWIECKI, Alexandre; FEDER, Renato. *Carregando o elefante: Como transformar o Brasil no país mais rico do mundo*. 2. ed. São Paulo: Ed. HEMUS, 2007.

QUINTÃO, Geraldo Magela da Cruz. *A Política de Mobilização Nacional*. Brasília: 2002. (Discurso proferido na sessão de abertura do III Simpósio de

Mobilização Nacional no Colégio Militar de Brasília em 17 de setembro de 2002).

SAMPAIO, Consuelo Novais. *A Bahia na Segunda Guerra Mundial in Olho da História*. n. 1. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/sumario1.html>>. Acesso em 11 de junho de 2008.

SARDEMBERG, Ronaldo. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país in Pensamento brasileiro sobre Defesa e Segurança*. v. 3. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

SILVA, Benedicto. *A administração civil na mobilização bélica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1958.

SIQUEIRA, Cláudio Dantas. Superpoderes aos militares in *Jornal Correio Braziliense*, p. 10, Brasília fev. 2006.

UNGER, Mangabeira. Entrevista no programa Conexão Roberto d'Ávilla. *TVE Brasil*, abr. 2008.

VIDEIRA, Antonio Celente. *Simulação de transporte de carga: um olhar*, in *Revista Idéias em Destaque do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica*, nº 22, set./dez. 2006.

_____. *A função logística engenharia e a mobilização nacional*, in *Revista Idéias em Destaque do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica*, nº 25, set./dez. 2007.

VIDIGAL, Armando Amorim. *Mobilização industrial e economia de guerra in Revista da Escola Superior de Guerra*, v.1, dez. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

_____. *A importância da indústria bélica para a Segurança Nacional in Revista Marítima Brasileira*, v. 108, nº 10/12, p. 25-44. Rio de Janeiro: out./dez. 1988.

_____. *Desafios na atuação das Forças Armadas in Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança*, v. 4. Brasília: Ministério da defesa, 2005.

Tecnologias Sensíveis

Simon Rosental

Engenheiro Químico/Universidade do Brasil (atual UFRJ); Ex-Diretor Industrial da NUCLEMON; Ex-Consultor das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); Adjunto da Divisão de Assuntos Científicos e Tecnológicos da Escola Superior de Guerra.

Resumo

Este trabalho analisa a influência da tecnologia como o elemento determinante para a classificação dos países em desenvolvidos, em desenvolvimento e pobres. Registra a importância das tecnologias sensíveis, que são aquelas que podem ser aplicadas “para o bem” ou “para o mal”, tais como a aeroespacial, a nuclear, a química e a biológica. Ressalta, ainda, que os países desenvolvidos não transferem conhecimento, o que faz aumentar cada vez mais o hiato entre as nações, cabendo, portanto, aos países em desenvolvimento o empenho no avanço científico e tecnológico autônomo, assim como aproveitar as raras oportunidades de transferência que possam ocorrer. O Brasil, em face dos seus centros de excelência, é considerado um país viável, embora ainda esteja muito aquém das nações centrais em termos de desenvolvimento tecnológico. É fundamental, portanto, que o governo esteja atento as oportunidades para não desperdiçá-las, como foi o caso da produção das terras raras, relatado neste artigo.

Palavras-chave: Tecnologia Sensível. Transferência de Tecnologia. Desenvolvimento Autônomo. Hiato Tecnológico. Terras Raras. Centros de Excelência.

Abstract

This work makes the analysis of the importance of technology in our days, as a factor of difference among the developed countries, the countries in development and the poor countries. It highlights the sensitive technologies such as the aerospace, the nuclear, the chemical and the biological technology, that can be used both “for good” as “for evil”. The developed countries do not transfer those technologies to the others, increasing the technological gap between these two groups of countries which becomes such greater. It is up to the countries in development to make strong efforts toward autonomous research in science and

technology as well to take advantage of rare opportunities that occurs to transfer technology from the developed countries. Brazil becomes to be lacking of high technologies. But losing a technology is worse than never having it. As an example of this, it is reported what have occurred with the technology of rare earths in Brazil. As a prospective vision it has been concluded that Brazil is a viable country in face of its centers of excellence, but must be enforced to multiply them.

Key words: Sensitive Technologies. Technology Transfer. Autonomous Research. Technological Gap. Rare Earths. Center of Excellence.

I - A TECNOLOGIA E O BRASIL

Analisando-se os índices econômicos e sociais de todos os países do mundo, pode-se classificá-los em três grandes grupos: desenvolvidos, em desenvolvimento e pobres.

Nos países desenvolvidos, verificam-se condições equilibradas nas áreas política, econômica e militar, o que acarreta progresso, distribuição de renda e justiça social. Como consequência, constata-se que os níveis de criminalidade são baixos, existe ordem e os cidadãos vivem em clima de segurança. A maioria da população é de classe média.

Já nos Estados em desenvolvimento, essas relações, embora possam ser classificadas como razoáveis, são instáveis, ocorrendo um descontentamento por uma parte numerosa da população, decorrente da injustiça social, e onde o trabalho informal é expressivo e a criminalidade significativa.

Os países pobres, por sua vez, caracterizam-se pela ausência de um sistema econômico estruturado, pela falta de representação de uma classe média e por fatores preponderantes como a miséria, as doenças e o desemprego, que geram o desequilíbrio permanente.

A diferença entre essas três classes de países está na sua capacidade tecnológica. As nações pobres não dispõem de qualquer recurso nesse sentido, nas em desenvolvimento predominam as práticas simples e convencionais, como é o caso do Brasil, e as desenvolvidas detêm inclusive as chamadas tecnologias de ponta.

Nos Estados hegemônicos, as questões estruturais, como educação, saúde, saneamento básico, entre outras, estão resolvidas, apenas a conjunturais chamam a atenção da população. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as questões estruturais ainda não foram implementadas e o início do fio da meada é a tecnologia.

II - TECNOLOGIA/REFLEXÕES

O que é Ciência e o que é Tecnologia?

Tecnologia e ciência estão intimamente ligadas. A grande diferença é que o cientista trabalha em busca de esclarecimentos para atender suas curiosidades, dúvidas e anseios, independentemente de uma aplicação prática futura. Já a tecnologia persegue um objetivo para aplicação específica. Na atualidade são raros aqueles que estão dispostos a aplicar recursos financeiros em ciência, ao contrário da tecnologia.

1 - Relação entre Grande Potência e Tecnologia

Ao longo do tempo, vários foram os fatores determinantes para que uma nação fosse considerada uma grande potência, podendo-se mencionar, entre estes, a extensão geográfica; a população, uma vez que um território com maior número de pessoas poderia, em princípio, constituir uma Força Armada superior a dos seus vizinhos, podendo melhor se defender e mesmo conquistar outros territórios; além de suas reservas em ouro, carvão e petróleo.

Atualmente, o que distingue o grau de desenvolvimento é o avanço tecnológico.

Um bom exemplo, para comprovar a correlação direta entre tecnologia e país desenvolvido, é o Japão. Praticamente não dispõe de recursos naturais, tem uma elevadíssima densidade demográfica, nele ocorrem frequentes terremotos, e foi destruído pela guerra, inclusive tendo sido atingido por duas bombas atômicas, em Hiroshima e Nagasaki. Porém, transcorridos apenas sessenta anos, transformou-se na segunda maior economia do planeta. O fator determinante dessa transformação foi a tecnologia.

2 - Graus de Sofisticação da Tecnologia

Pelo patamar alcançado, as tecnologias podem ser ordenadas em três categorias: simples, convencionais e de ponta. Os países pobres praticamente não dispõem de tecnologia. Naqueles considerados em desenvolvimento predominam as simples e algumas convencionais, e nos desenvolvidos, destacam-se as de ponta.

Na tentativa de explicar os graus de sofisticação toma-se o exemplo das cerâmicas: em tecnologias simples empregam-se tijolos e telhas cerâmicas para construção civil; nas convencionais, são utilizadas cerâmicas refratárias em indústrias que operam com elevadas temperaturas, como as siderurgias e fábricas de vidro; e nas de ponta aplicam-se as cerâmicas

supercondutoras em indústrias eletro-eletrônicas, sensores, capacitores, varistores, membranas estabilizadas para produção de hidrogênio, e catalisadores automotivos.

3 - Evolução da Tecnologia

As tecnologias de ponta mudam ao longo do tempo, perdendo gradativamente a sua importância à medida que surgem outras novas, embora, à época, tenham sido da maior relevância para a humanidade, trazendo imensas transformações e avanços fantásticos. Para exemplificar, citam-se algumas, como domínio do fogo; a invenção da roda; o papel; a imprensa; o microscópio; a máquina a vapor (revolução industrial); a eletricidade; as vacinas; os antibióticos; a lâmpada; o rádio; e, finalmente, o avião.

O progresso tecnológico tem se acentuado em velocidade cada vez maior ao longo do tempo. Da roda à máquina a vapor, foram percorridos milhares de anos, no entanto, esse progresso é agora vertiginoso.

4 - Tecnologia - Recursos Financeiros e Recursos Humanos

É do conhecimento geral que os avanços tecnológicos dependem diretamente do aporte adequado de contingentes financeiros, sendo um dos motivos pelo qual está restrito aos países ricos. Todavia, não minimizando a importância desse apoio, são conhecidos casos em que foram atingidas metas interessantes com poucas verbas, embora isto seja exceção. Dessa forma, pode-se afirmar que é possível desenvolver tecnologia com poucos recursos financeiros, mas é impossível desenvolver tecnologia sem recursos humanos.

5 - Tecnologia é Panacéia? Elo da Corrente

A tecnologia é um elo de uma corrente, certamente o mais importante. Mas não é o único. Não é possível o seu desenvolvimento sem educação, saúde, comida, água limpa e esgoto e assim por diante. São necessários ainda para sua implementação a existência de moradia, trabalho, indústria, comércio, energia, recursos financeiros e planejamento.

6 - Aplicação dual da Tecnologia

Cabe ressaltar também a importância do desenvolvimento tecnológico militar com a consequente aplicação subsidiária na área civil. Podem-se mencionar inúmeras situações desse porte, mas segue um exemplo.

No programa aeroespacial, na construção de foguetes, surgiu um grande óbice. Um foguete necessita de centenas de motores elétricos, só que os convencionais da época eram demasiadamente grandes e pesados. Estava lançado o desafio. Seria necessário inventar motores miniaturizados, de capacidades similares aos convencionais, porém do tamanho de um relógio de pulso. A base tecnológica foi os ímãs permanentes produzidos com novos materiais, os elementos de “terras raras”. O desafio foi alcançado. Este problema dos foguetes estava resolvido. Essa tecnologia encontrou também aplicações em atividades civis, dentre as quais, um dos modelos de trem bala; a ultracentrífuga para enriquecimento isotópico de urânio; em aparelhos de ressonância magnética nuclear, na medicina; e um bem simples, a título de curiosidade, o crachá usado na Escola Superior de Guerra (ESG).

7 - A Face Negativa da Tecnologia

É assunto mundialmente discutido a preocupação dos povos quanto a um fator considerado negativo da tecnologia, a substituição da mão-de-obra, causando o desemprego no mundo contemporâneo. Embora não se possa contestar esse fato, cabe aqui a reflexão quanto ao impacto dessa realidade comparando-se com o que ocorre em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tome-se o caso da robotização.

Em um país desenvolvido constata-se a demissão de um contingente de empregados denominados de “apertadores de parafusos”, de baixa escolaridade. Este é o ônus que os governos procuraram sanar mediante redistribuição, readaptação ou mesmo proteção por meio de subsídios. Todavia, em compensação verifica-se o surgimento de empresas projetistas, fabricantes e fornecedoras de assistência técnica de robôs. Cria-se uma nova classe de empregados de elevadíssimo nível. Este é o bônus. Já nos Estados em desenvolvimento ocorre o afastamento dos “apertadores de parafusos”, restando apenas o ônus.

Quanto aos aspectos ambientais, é, paradoxalmente, com tecnologia que será possível minimizar os prejuízos ecológicos causados pelos inevitáveis avanços tecnológicos.

III - TECNOLOGIAS SENSÍVEIS

Em outubro de 1996, realizou-se, no Rio de Janeiro, um Congresso Internacional denominado “A Transferência de Tecnologias Sensíveis e o Futuro dos Regimes de Controle”, patrocinado pelo Instituto para Pesquisas de Desarmamento das Nações Unidas (UNIDIR) em cooperação com a Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República.

Tecnologias sensíveis são algumas denominadas de ponta que os países desenvolvidos dominam e que limitam ou impedem a transferência para aqueles em desenvolvimento, pois consideram que as mesmas têm aplicações em objetivos classificados como “do bem” ou “do mal”. Entre estas, citam-se como exemplos:

- a aeroespacial, que pode ser usada no lançamento de foguetes para fins de comunicação ou estudos meteorológicos (do bem), como também para lançamento de artefatos nucleares (do mal);

- a nuclear, com emprego na geração de energia elétrica, conservação de alimentos, radioisótopos para tratamento de doenças em diagnósticos e terapias (do bem), ou na fabricação de artefatos nucleares (do mal); e

- a química e biológica, em um sem número de aplicações (do bem), ou como venenos poderosos (do mal).

Os países em desenvolvimento são impedidos de ter acesso às mesmas, como também às inúmeras tecnologias complementares, de componentes e materiais, tais como sensores óticos, ciência da computação, robótica, matérias da terceira onda, entre outras.

Trata-se de um bloqueio, exaustivamente discutido no Congresso, ficando claro que, desta forma, cada vez aumenta mais o hiato tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com as consequências ora abordadas no presente trabalho.

1 - Componentes para as Tecnologias Sensíveis

Para a fabricação de móveis são necessários componentes, tais como madeira, pregos, parafusos, colas, tintas, vernizes, além de ferramentas simples. Na fabricação de eletrodomésticos, a essa lista já se torna mais complexa. Quando se chega, então, às tecnologias sensíveis, a especialização é inevitável. Seguem alguns poucos exemplos: motores miniaturizados de ímãs permanentes; satélites; fontes geradoras de *laser*; supercondutores; catalisadores; supercomputadores; vidros especiais; ligas metálicas especiais; radares; sensores; capacitores; cerâmicas especiais; tintas especiais (inclusive para os aviões invisíveis); fibras óticas; micro e nanocomponentes; e absorvedores de hidrogênio.

2 - Materiais para as Tecnologias Sensíveis

Com o desenvolvimento das tecnologias sensíveis e seus componentes, os materiais disponíveis não eram adequados para atender às necessidades. Tornou-se fundamental a utilização de elementos químicos na fabricação de novos materiais que passaram a se chamar de

“materiais da terceira onda”, tais como nióbio, tântalo, zircônio, molibidênio, titânio, e as Terras Raras.

“Terras raras” é a denominação dada ao conjunto de 15 elementos químicos constituídos pela família dos lantanídeos mais o ítrio. São eles: lantânio, cério, praseodímio, neodímio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, túlio, itérbio, lutécio e ítrio.

As Terras Raras não são nem “terras” e muito menos “raras”. Pelo contrário, atualmente as reservas são bastante abundantes. A título de exemplo, o túlio, o elemento menos abundante, é tão comum como o bismuto e mais do que arsênio, cádmio, mercúrio e selênio.

A sua evolução tecnológica, no que se refere ao conteúdo tecnológico e valor agregado, é a seguinte: mineral; concentrados químicos; óxidos individuais em elevados graus de pureza; e metais e ligas metálicas.

Encontra-se em uma quantidade apreciável de minerais, sendo os mais importantes, no mundo, a bastnaesita, *ion adsorption clays*, monazita, xenotima e a apatita.

A monazita, mineral de Terras Raras e que contém pequenas quantidades de tório e urânio, foi muito importante, no final do século 19 e início do século 20, por ser matéria-prima para a obtenção do nitrato de tório, usado em diversos países para iluminação pública, gerada, nessa época, a gás. Com o início da utilização de eletricidade, a monazita perdeu importância e, com o advento da Segunda Guerra Mundial, voltou a ser elemento de destaque, devido à adoção do urânio para fins bélicos. Ao longo de décadas, desde o início do século 20, eram usadas na forma de *mischmetal*, obtido a partir da eletrólise de sais fundidos do cloreto de terras raras cristalizado, servindo como liga pirofórica (pedra de isqueiro), e, na siderurgia, como agente dessulfurante. Todavia, após a guerra, a importância do mineral passou a recair sobre os elementos de terras raras, em forma cada vez mais pura. Elas são utilizadas em inúmeras atividades industriais.

A título de exemplo, seguem algumas aplicações, como em: “fósforos” para tubos catódicos de aparelhos de televisão em cores; ímãs permanentes para motores miniaturizados; levitação magnética (trem-bala); ressonância magnética nuclear; cristais geradores de raios “laser”; supercondutores; absorvedores de hidrogênio (baterias de telefones celulares, carros elétricos etc); catalisadores para craqueamento de petróleo, em refinarias; catalisadores para indústria automotiva (redução de poluição); ligas pirofóricas; cerâmicas especiais para indústria eletrônica; composição e polimento de vidros especiais; moderador de neutrons (área nuclear); e avião invisível.

O Brasil é detentor de mais que 90% das reservas mundiais de nióbio.

IV - AS TERRAS RARAS NO BRASIL

A cronologia dos eventos relacionados à história da produção de Terras Raras no Brasil pode ser dividida em quatro fases:

1ª Fase: Década de 1950

APOGEU

O início da produção de terras raras e a de seus compostos no Brasil ocorreu no final da década de 1940 com a Usina Santo Amaro (USAM), de propriedade da ORQUÍMA, localizada na cidade de São Paulo, a partir da monazita, gerada na Usina de Praia (UPRA), pertencente à SULBA, localizada em Buena, no município de São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, ambas empresas privadas. A ORQUÍMA foi fundada por cientistas alemães e austríacos fugidos do regime nazista.

As características das unidades no período foram: a implantação e operação do Tratamento Químico da Monazita (TQM) dentro dos melhores padrões tecnológicos, em nível mundial, tanto em operações quanto em processos unitários da indústria química; a fabricação de produtos de alta qualidade e com reprodutibilidade; a grande ênfase na área de pesquisa e desenvolvimento, apresentando resultados práticos importantes, com a colocação no mercado de novos produtos; e a pesquisa e desenvolvimento para urânio e tório. Somam-se, a essas, a projeção nacional e internacional com uma equipe técnica que gozava de grande prestígio, tanto no meio industrial quanto no científico além da formação de vários profissionais que lá estagiaram, inclusive da Rhône-Poulenc (Rhodia – França), atualmente uma das mais importantes produtoras de terras raras do mundo. Estes profissionais tornaram-se técnicos de elevada formação em operação, desenvolvimento de processos e controle analítico. A maioria prestou, ou vem prestando, relevantes serviços em outras empresas e centros de pesquisa.

2ª Fase: Décadas de 1960, 1970 e 1980.

ESTAGNAÇÃO

Em 1960, devido à presença de urânio e tório na monazita, elementos considerados estratégicos, ocorreu a estatização da ORQUÍMA e da SULBA, sendo suas atividades assumidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Em 1974, foi fundada a NUCLEBRÁS e, em 1976, criada a NUCLEMON, subsidiária que passa a ser responsável pela atividade.

Em 1988, a NUCLEBRÁS é extinta e sucedida pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Nesse período, ocorreram poucas evoluções tecnológicas e raros investimentos e, quando aconteciam, eram de forma tardia. Houve também uma estagnação das atividades de pesquisa e desenvolvimento, em descompasso com os países que, atualmente, são os detentores de tecnologia. Simultaneamente, foram suspensas as atividades de prospecção e pesquisa mineral em Buena. Essa época foi marcada pela falta de formação, atualização e treinamento das equipes técnicas; pela deficiência em engenharia; e por unidades cada vez mais obsoletas, com o passar do tempo.

3ª Fase: Década de 1990

TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO

No final de 1990 foi iniciado o salto tecnológico com o desenvolvimento do processo para obtenção dos óxidos individuais de terras raras em elevados graus de pureza, a partir de concentrados de terras raras, em conjunto com o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN).

Em julho de 1992, a NUCLEMON paralisa suas atividades industriais em São Paulo e, como consequência, também em Buena. O crescimento da cidade de São Paulo envolveu a USAM por uma vizinhança ativa de centros residenciais, comerciais e bancários, o que a isolou em local de alto valor imobiliário (Brooklin Paulista), tornando incompatível a presença de uma unidade industrial naquela região, notadamente pela existência de subprodutos radioativos. Todavia, mantém o desenvolvimento do processo para obtenção dos óxidos individuais de terras raras e inicia a implantação da Unidade de Demonstração de Extração por Solventes (UDES), em Buena.

Em novembro de 1993 começa a operação da UDES, utilizando matérias primas estocadas, que vai até outubro de 1996, encerrando-se os trabalhos, uma vez que a tecnologia estava consolidada.

Finalmente, em março de 1994, foi extinta a NUCLEMON e suas atividades assumidas pela *holding* INB.

No período compreendido entre 1994 e 1998, efetuam-se estudos objetivando a retomada das atividades de tratamento físico e químico de minérios, com melhorias e otimizações, e as decisões, quanto às reativações, tomadas com base em estudos de viabilidade. Buena voltou a produzir em 1996. O novo TQM foi implantado nas instalações desativadas da usina de concentrado de urânio em Caldas, sul de Minas Gerais, em 1998/1999.

Entre as características das unidades nesse período, estão: o êxito no salto tecnológico com o desenvolvimento do processo para obtenção dos óxidos individuais de terras raras em elevados graus de pureza, a partir de concentrados, em conjunto com o Instituto de Engenharia Nuclear; a decisão de reativar o TQM com base em estudo de viabilidade, da mesma forma como ocorreu em Buena; o desenvolvimento de tecnologia alternativa; e a seleção apropriada do novo sítio, aproveitando as instalações e a infraestrutura da INB, Caldas.

Além destas: a conjugação da escolha do sítio e a nova tecnologia, que resultou na redução do investimento de R\$ 16 milhões para cerca de R\$ 2 milhões; a definição dos produtos a serem fabricados, em uma primeira etapa, em função do mercado nacional e da promoção de Programa de Qualidade, visando a garantia das especificações dos produtos, bem como sua reprodutibilidade. A implantação da unidade ocorreu conforme o cronograma físico e financeiro previsto e de acordo com o estudo de viabilidade, a previsão de resultado econômico-financeiro apontou uma taxa interna de retorno atrativa.

4ª Fase: Década de 2000

FRUSTRAÇÃO

O TQM estava pronto para operar em janeiro de 1999. Lamentavelmente, isto só ocorreu em julho de 2004, ou seja, com atraso de quase cinco anos e meio, por falta de autorização dos órgãos ambientais.

Em dezembro de 2005, as atividades foram novamente paralisadas, já que a equipe técnica remanescente não conseguiu êxito na pré-operação. Vários técnicos, que participaram de toda a jornada, estavam afastados do projeto, seja por aposentadoria, mudança de atividade e, mesmo, mudança de emprego. Quanto ao futuro, fica a dúvida em relação à continuidade do projeto. Cabe lembrar que todo empenho em alcançar a tecnologia consolidada na UDES (materiais para as tecnologias sensíveis) tornou-se incerto.

Mais uma vez o País perdeu o “bonde da história”.

Tecnologia não está em software, desenhos ou manuais. Está nas cabeças das pessoas.

É fato conhecido que o Brasil é um país dependente de tecnologia. O presente caso é muito mais grave, pois não se trata de “não ter”, mas, sim, de “perder”, o que é muito pior.

V - SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL

O Brasil exporta bens de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado. No caso de minérios e seus derivados pode-se afirmar que exporta produtos a US\$/tonelada ou, na melhor das hipóteses, a US\$/Kg. Importa produtos

a US\$/grama, muitas vezes fabricados com matérias primas de origem brasileira.

VI - VISÃO PROSPECTIVA

O Brasil, pelo seu imenso potencial em recursos naturais e humanos, é um dos poucos países (senão, o único) com capacidade de se tornar uma grande potência em algumas poucas décadas, dependendo do seu avanço tecnológico. Evidentemente, não é do interesse dos Estados ora detentores de tecnologia, a concorrência de outro, ainda mais com o nosso potencial. Dessa forma, esses países negam-se a transferi-la para empresas nacionais. No máximo, fornecem *know-how*.

Bases para alcançar os objetivos

Para uma nação progredir, é fundamental que se organize e trace metas claras e objetivas de curto/médio/longo prazos. O caminho é árduo, demorado, sendo necessário um empenho nacional, como propósito a ser perseguido e alcançado. É difícil? Sim. Mas com determinação é possível.

Analisando-se a situação atual do país, podemos estabelecer os seguintes cenários:

Pessimista:

Perda de valores já adquiridos.

No capítulo “As Terras Raras no Brasil” ficou constatada a perda de um projeto de elevado conteúdo tecnológico e valor agregado.

Há poucas décadas, adquiriu-se uma importante capacidade em engenharia de projetos, que foi desperdiçada.

E os exemplos são vários.

Há também danos de ordem social: a constatação de uma crescente onda de violência, crimes e contravenções além de prostituição, tráfico de drogas, armas, mulheres, crianças e órgãos para transplante. A saúde e a educação tornaram-se comércio. Os valores éticos e morais estão passando para um segundo plano no campo das prioridades. Cada vez mais prevalece o “jeitinho”, “o se dar bem”, “todo mundo faz”, “eu também posso”.

Paralelamente, a desordem aumenta em níveis dramáticos.

Intermediário:

Permanece o ritmo atual. Crescimento insignificante, comparando com o restante do mundo. Subsídios em vez de trabalho.

“O país do futuro, deitado eternamente em berço esplêndido”.

Otimista:

Há a conscientização da importância da tecnologia no mundo contemporâneo como fator fundamental de diferenciação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Porém, a tecnologia está presente nas diversas atividades e projetos de uma nação: na indústria, na saúde, nas comunicações, no transporte, na agricultura, nas minas, na energia, na educação, nas Forças Armadas etc., onde seriam alocados recursos financeiros. O planejamento funcionaria como o maestro dessa orquestra, compatibilizando as diversas áreas de atuação e sugerindo prioridades. Após a elaboração de um programa de trabalho pelas instâncias superiores, caberia ao planejamento o acompanhamento dos projetos e atividades, tornando possíveis as devidas correções de rumo.

No Brasil há casos de pleno êxito que devem ser seguidos. Alguns exemplos:

- Na área de petróleo. Prospecção e pesquisa mineral, lavra, refino e petroquímica – Petrobrás;
- Na área mínero-química – Vale S.A;
- Na fabricação de aviões – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer);
- Na agricultura – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ;e
- Na área nuclear, apesar das dificuldades, com destaque para o enriquecimento isotópico de urânio, nas instalações das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com tecnologia da Marinha do Brasil.

Donde se conclui que é possível.

Trata-se de dar atenção e promover a criação e multiplicação de polos de excelência, de acordo com as potencialidades do país, bem como com a demanda do mercado, nacional e internacional.

VII - CONCLUSÃO

Na atualidade, a tecnologia vem avançando a uma velocidade vertiginosa. Há inventos que nem são patenteados, já que em pouco tempo tornar-se-ão obsoletos.

O Brasil produz e exporta bens de baixo ou médio conteúdo tecnológico e valor agregado. Se fabricar algo de elevado conteúdo, não há mercado no país capaz de absorvê-lo. Restaria tentar a exportação, enfrentando a concorrência dos poderosos, o que não é tarefa fácil. Em relação à qualidade de um produto, não basta alcançar a especificação, mas, também, a sua reprodutibilidade.

Cada vez mais ficamos longe dos países desenvolvidos. As possibilidades de transferência, com a conseqüente absorção de tecnologia são quase nulas.

Portanto, é preciso aproveitar as raras oportunidades de absorção, se ocorrerem. O caminho é o empenho em desenvolvimento autônomo da tecnologia, tanto na área militar quanto na área civil.

Para tanto, é fundamental o aporte adequado de recursos financeiros, além da formação de um contingente humano, condição indispensável para tal empreitada.

Um modelo passível de análise seria a interação entre o governo, a indústria e Universidades/Centros de Pesquisa, o que demandaria o empenho das partes envolvidas. Caso contrário, será mais uma frustração.

A participação do governo pode ser decisiva para o êxito do empreendimento. Tome-se, como exemplo, o caso do programa nuclear na França: na década de 1970, já possuíam em operação algumas usinas nucleares, de tipos e capacidades diferentes. O Governo tomou a decisão de investir em energia nuclear para a geração de energia elétrica diante da inexistência no país de potencial hidroelétrico, carvão, petróleo, ou alternativa mais viável.

Dessa forma, juntou-se à líder do mercado americano e projetou a melhor usina possível para a época, implantando várias similares, de forma modular. Com isto, o projeto básico era o mesmo para todas e o detalhamento apenas foi adaptado às peculiaridades de cada uma. Quanto aos equipamentos, que constituem cerca de 50% do custo de uma usina, eram fabricados de forma contínua, o que acarretava ganhos pela economia de escala.

Resultado: A França é o país com o maior êxito em energia nuclear para geração de energia elétrica no mundo. Mais de 80% da energia consumida no país são de origem nuclear, e, ainda, possui um excedente que exporta para nações vizinhas.

A França implanta uma usina do porte de Angra 2 por US\$ 630,00/KW, ou seja, por menos que US\$ 900 milhões.

É fundamental ressaltar que o projeto não sofreu problemas de continuidade nem mesmo com alternâncias significativas de poder entre governos socialistas e conservadores.

Trata-se de um projeto de Estado e não de governo.

ANEXO

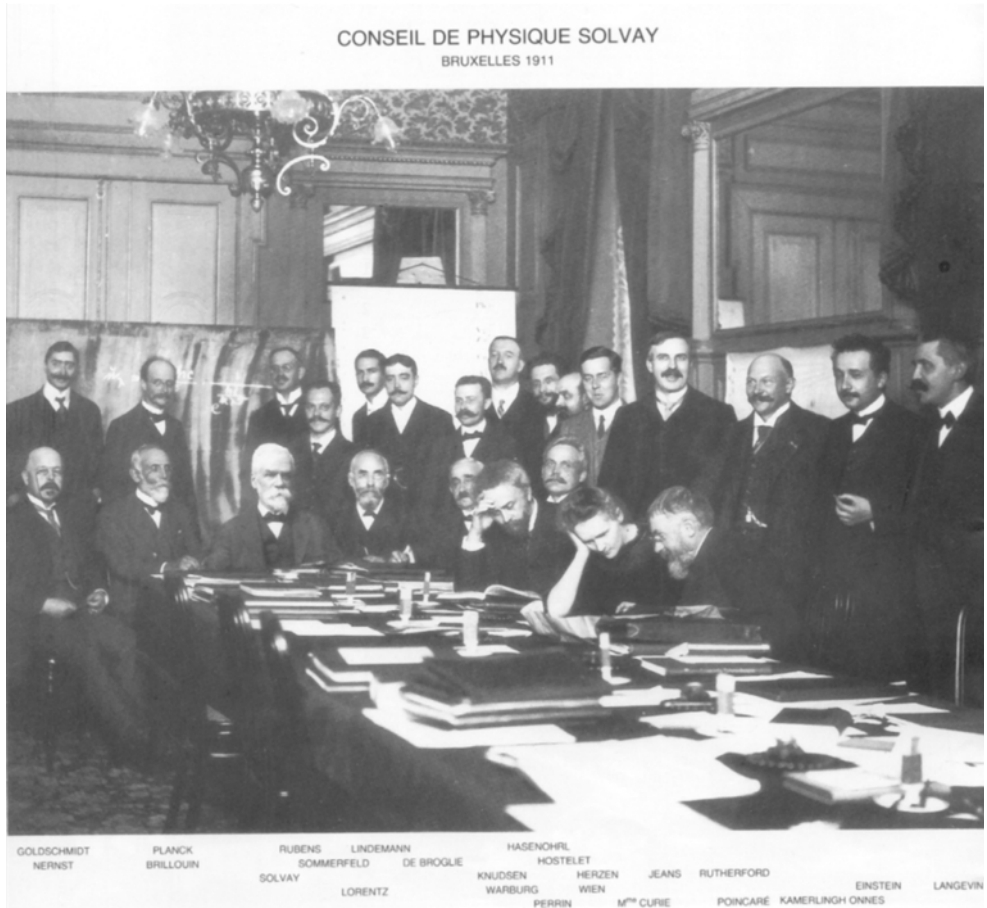
Em 1911, a empresa belga Solvay era fabricante apenas de carbonato de sódio. Neste mesmo ano, o Sr. Solvay, empresário e, também cientista de renome, tomou a decisão de promover um congresso científico e tecnológico que ficou conhecido como “Conseil de Physique Solvay”, com a participação, como pode ser visto na foto abaixo, de 12 ganhadores de prêmios Nobel. Para aqueles familiarizados com os estudos de Química e Física, nomes como Max Planck, Sommerfeld, De Broglie, Rutherford, Poincaré, são bastante conhecidos. Porém, até os leigos conhecem a madame Curie (sentada, segunda, da direita para esquerda) e o jovem Albert Einstein (em pé, segundo, da direita para esquerda).

Num ambiente com esta mentalidade, a Solvay evoluiu e tornou-se uma das mais importantes indústrias de química fina do mundo.

O Congresso teve tanto êxito e contribuiu de tal forma para o desenvolvimento científico e tecnológico no mundo, que, periodicamente, se repete. O mais recente ocorreu em 2007.

No Brasil, nomes ilustres na área científico-tecnológica desenvolvem seus trabalhos individualmente. É da maior importância que esses pesquisadores se unam, somando esforços. Se isto ocorrer, os resultados serão altamente favoráveis ao país, tal qual no exemplo da Solvay.

Alguns nomes: Almirante Álvaro Alberto, Almirante Othon Pinheiro da Silva, Cezar Lattes, Leite Lopes, Jaime Tiomno, Hervásio Guimarães de Carvalho, Rex Nazaré, Osvaldo Cruz, Eloiza Biazotto Mano, Raimundo Muniz de Aragão, Augusto Zamith, Fritz Feigl, Paul Krumholtz, Alcídio Abrão, Expedito Parente, José Waldemar da Cunha, Ernesto Tolmasquim, Hebe Martelli, Eduardo Penna Franca, Vicente Gentil.



Referências

ALVES, Péricles Gasparini; HOFFMAN, Kerstin. *The Transfer of Sensitive Technologies and the Future of Control Regimes*. New York: United Nations, 1997.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Tecnologia Mineral. *Rochas e Minerais Industriais*. Rio de Janeiro: CETEM, 2005. COUPRIE, Benjamin. *Conseil de Physique Sobray*. Bruxelles: [d.n], 1911. Fotografia, p&b.

A Próxima Fronteira da Guerra - Soluções Não-Letais para as Forças Armadas e Forças de Segurança dos Países

Luiz Cláudio de Souza Gomes

Coronel do Exército Brasileiro, Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra em 2007.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivos demonstrar a importância do pessoal civil como um dos elementos essenciais para manter, aperfeiçoar e aumentar a capacidade das Forças Armadas e a necessidade de se adotar políticas que visem a captar e motivar esses profissionais. A caracterização das áreas de atuação do pessoal civil, tendo como base os profissionais que atuam nas áreas de ciência e tecnologia, e a sua inserção na estrutura das Organizações Militares permitem compreender a sua importância. Já a evolução, através da apresentação das políticas governamentais das últimas quatro décadas, e a sua situação atual, resultante de significativa diminuição de efetivo nas duas últimas, permitem visualizar que é preciso investir imediatamente em recursos humanos e meios para evitar uma solução de continuidade de sua capacitação a curto/médio prazo e se adequar ao novo cenário geopolítico em que se insere o país, decorrente e sendo mola propulsora do processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Forças Armadas, pessoal civil, capacidade, ciência e tecnologia, desenvolvimento.

Abstract

The present work has for objectives to demonstrate the importance of the civil staff as one of the essential elements to maintain, to perfect and to increase the capacity of the Armed Forces and the necessity of adopt politics that aim at to catch and to motivate these professionals. The characterization of the areas of acting of the civil staff, having as base the professionals who act in the areas of science and technology, and its insertion in the structure of the Military Organizations allows to understand its importance. Already the evolution, through the presentation of the governmental politics of the last four decades, and its current situation, resultant of the significant reduction

of effective in the two last ones, allows to visualize that is necessary to invest immediately in human resources and assets to prevent a solution of continuity of its qualification at short/medium stated period and to adjust to the new geopolitical scene where is inserted the country, decurrently and being propeller of the development process.

Key-words: Army Forces, civilian personnel, capability, science and technology, development.

I - INTRODUÇÃO

As guerras do século XXI caracterizam-se por uma forte tendência a se restringirem a áreas urbanas do globo terrestre e, certamente, serão conflitos de proporções bem menores do que aqueles de abrangência mundial ocorridos no século passado.

Neste momento da evolução histórica da humanidade devem ser consideradas as novas ameaças existentes no mundo para as Forças Armadas e forças de segurança dos países, materializadas por grupos criminosos e organizações terroristas, entre outros, relacionados ao desrespeito à lei e à ordem dessas nações.

As tecnologias não-letais aparecem como uma alternativa importante para as tropas militares e agentes de segurança do Estado, que têm, dessa forma, a possibilidade de atuar com maior liberdade em locais com ampla presença de civis inocentes (mulheres, idosos, crianças e trabalhadores diversos).

Em relação às forças de segurança dos Estados, a opção não-letal está se tornando de fundamental importância para uma ação mais eficiente nas áreas onde os bandidos, incrustados em diversas comunidades carentes, onde se escudam em pessoas inocentes, que ali residem, com o objetivo de se defenderem.

A sociedade deve tomar conhecimento, de forma transparente, das possibilidades e dos verdadeiros benefícios das mudanças de rumo da arte da guerra, praticada até o momento, e da filosofia de letalidade, empregada pelas forças de segurança de diversas nações, para neutralizar suas ameaças.

II - A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA

A guerra é considerada um dos fenômenos mais antigos do mundo e sua origem remonta ao período em que os homens passaram a se organizar em comunidades, quando, então, registra-se o surgimento dos

primeiros interesses antagônicos, resultado de diversas motivações (bens, terras, animais, mulheres e outros).

Esse processo da civilização humana está, desde os primórdios, ligado à criação das armas e dos métodos de combate pelos adversários e, sob essa ótica, este trabalho ilustrará a evolução da arte de guerrear, ao longo dos séculos, até chegar aos dias atuais.

Na Idade Antiga, o período caracterizado pela descoberta do ferro e uso deste metal para a fabricação de armas e utensílios vem de uma época anterior a 3.000 a.C.

No período de Alexandre, o Grande, (356 a 323 a.C.), rei da Macedônia, em uma região situada no nordeste da Grécia foram introduzidos nos combates os engenhos pesados de arremesso, precursores da artilharia, a balista e a catapulta.

Em 476, ocorreu a queda do Império Romano para os Bárbaros e teve início a Idade Média, que ficou marcada pela presença de cavaleiros nos campos de batalha, armados com malhas de ferro, lanças e grandes espadas.

A invenção da pólvora pelos chineses, por volta do século X, produziu grandes modificações na arte da guerra, especialmente na fabricação das armas.

Surgiram, assim, o canhão de mão, o arcabuz, a bombarda, os canhões de variados tipos, mosquetes e pistolas, que revolucionaram as batalhas e proporcionaram uma defesa e um ataque muito mais eficiente, tanto às fortalezas, como às embarcações.

Na Idade Moderna, a partir de 1453, as armas de fogo foram fatores de capital importância na nova fisionomia das guerras dos reis que aconteceram no período.

A Revolução Francesa, a partir de 1789, deu início à Idade Contemporânea. Esse movimento provocou inúmeras mudanças no modo de administrar político e econômico dos franceses e, conseqüentemente, trouxe muitas transformações às instituições militares da França, como a formação de exércitos nacionais.

Após as guerras napoleônicas, o século XIX seguiu seu curso e exibiu um fato relevante que trouxe grandes mudanças no quadro da arte da guerra, a Revolução Industrial. Ela alterou os processos industriais e promoveu, dentre muitas outros, o aperfeiçoamento do armamento individual dos combatentes de infantaria, acarretando, significativamente, o aumento da potência de fogo no campo de batalha.

Os interesses divergentes entre os países conduziram o mundo, já no século XX, para a Primeira Guerra Mundial, travada entre 1914 e 1918. O primeiro conflito com envolvimento de dimensões continentais

e ocorrência de várias operações simultâneas: terrestres, marítimas e aéreas.

Esse confronto caracterizou-se por vários aspectos novos na arte bélica, como o aumento expressivo do poder de fogo das armas, o movimento motorizado das tropas, o aproveitamento obrigatório do terreno, o uso de novas descobertas como o avião, que modificaram completamente o campo de batalha, e contabilizou 10 milhões de mortos, entre soldados dos exércitos e vítimas civis.

As disputas por espaço e poder continuaram acesas no mundo, principalmente no espírito da Alemanha, derrotada e indignada com os termos do Tratado de Versalhes, que regulou o armistício da Primeira Guerra Mundial.

Assim, o Estado alemão, motivado por esses anseios, provocou a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 a 1945. O conflito trouxe mudanças em todos os campos da atividade humana, confirmando um caráter total assumido pela guerra, com abrangência sobre as áreas econômicas, políticas, psicossociais, militares e científico-tecnológicas.

Como exemplo, cita-se o vultoso investimento em ciência e tecnologia, o que patrocinou grandes descobertas para o mundo, como o radar, a bomba atômica e vários antibióticos.

Após este último confronto de proporções mundiais, a Guerra do Vietnã produziu consideráveis reflexos para a arte da guerra, praticada na atualidade, pois colocou em xeque a doutrina de emprego militar, até então aplicada pelas forças armadas dos Estados Unidos da América.

Os soldados norte-americanos combateram num ambiente inóspito de florestas tropicais densas e alagadiças do sudeste asiático, onde seu inimigo do Vietnã do Norte empregava técnicas de guerrilha, procurando infligir o máximo de desgaste ao poder militar oponente, em defesa do território nacional.

O resultado do conflito, desfavorável para os EUA, acompanhado de inúmeras perdas humanas, causou profundas feridas e comoção na sociedade americana.

Dessa forma, a determinação de evitar “novos Vietnãs”, implícita na Doutrina do governo de Richard Nixon de 1969, gerou um sem número de pesquisas, a partir daquele momento, sobre a melhor doutrina de combate a ser empregada pelas Forças Armadas dos EUA, no futuro.

A Guerra do Golfo ficou marcada pela aliança de vários países, liderados pelos Estados Unidos da América, para fazer frente ao Iraque na investida sobre o Kuwait, em 1990.

Essa guerra trouxe a constatação de que os avanços tecnológicos, perseguidos e testados em confrontos de menor porte nos últimos vinte e

cinco anos, haviam modificado, de forma inequívoca, a condução da arte bélica, permitindo o emprego potencial da tecnologia antes das tropas.

A Guerra Fria merece também ser comentada, apesar de seu caráter hipotético, por ter influenciado a maioria das situações de beligerância ocorrida no período pós-Segunda Guerra Mundial, tendo durado mais de quarenta anos.

Neste embate, a hegemonia mundial, passou a ser disputada por duas superpotências nacionais, a União Soviética e os Estados Unidos da América.

A extinção do sistema comunista soviético e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, deu fim a esse complicado capítulo da história mundial.

Durante o período compreendido entre a Segunda Guerra Mundial e os dias atuais, irromperam no mundo vários *conflitos regionais*, motivados por questões insurrecionais de independência nacional e de caráter revolucionário-ideológico, que obrigaram o aumento considerável de atuações da Organização das Nações Unidas (ONU) em missões de paz.

A presença deste tipo de guerra, no ambiente mundial, poucos ensinamentos traz para a civilização, mas gera um incansável fluxo de civis refugiados, a formação de mercados paralelos de armas, a prevalência de extermínios de toda ordem, devido à ignorância sobre os direitos humanos, e a escalada de participação da Organização das Nações Unidas na sua contenção.

III - GUERREAR SEM MORTES OU EVITAR A ECLOSÃO DA GUERRA

A questão da letalidade é intrínseca ao ser humano desde a época das cavernas, devido a sua constante necessidade de sobrevivência. Com o passar dos anos, a letalidade ficou cada vez mais devastadora, principalmente, depois da introdução da pólvora na civilização pelos chineses.

Desde então, as armas de fogo surgiram, foram se aperfeiçoando e aumentando significativamente a precisão e o poder de destruição.

A história mundial ficou marcada por essa expressiva capacidade de destruição, principalmente, a partir do século XIX, quando foram aperfeiçoados os métodos industriais.

Estudando a evolução da arte da guerra no mundo, de forma sintética, como constou do item anterior, concluiu-se que o conflito do Vietnã, no sudeste asiático, no século passado, estabeleceu um ponto de inflexão na forma de guerrear, definida no século XIX, pelo General prussiano Karl Von Clausewitz.

Esse famoso pensador militar criou o conceito de guerra total, como a ação ilimitada da violência material, sobre a qual não pairava nenhum princípio moderador.

Não há dúvidas de que os conflitos, a partir das postulações desse teórico, estiveram impregnados de um aniquilamento de toda ordem, que sepultou inúmeras vidas de civis e militares, de ambos os lados oponentes.

A partir do término da Guerra do Vietnã, em 1973, aconteceu a mudança de ciclo: a doutrina do aniquilamento foi substituída pela da preservação da vida, a qual vem sendo adotada, ao longo dos últimos trinta anos, pelas forças armadas norte-americanas e seus aliados, e teve seu momento de sucesso na Guerra do Golfo, na década de 90 do século XX.

Essa nova doutrina tem como objetivo um pequeno número de baixas e, para tal, prevê a utilização de modernos processos com armas e sistemas de alta tecnologia para fazer o inimigo perder a vontade de combater.

A estratégia da “Ação Indireta” do comandante militar e filósofo chinês Sun Tzu já expressava, cerca de meio século antes de Cristo, que os grandes chefes militares não eram os vitoriosos de violentas batalhas, mas aqueles que conseguiam vencer, induzindo o inimigo a desistir do confronto.

Seu esquema doutrinário operacional preconizava que as tropas inimigas seriam subjugadas sem luta, o objetivo atingido sem operações prolongadas e sem perder um só homem.

Quando são estudados os fundamentos da estratégia utilizada na Guerra do Golfo, verifica-se que a tecnologia moderna viabilizou a criação de vários multiplicadores de força que possibilitaram aos atuais comandantes militares a concretizar os ensinamentos milenares de Sun Tzu.

No mundo contemporâneo, as Forças Armadas, detentoras desses grandes multiplicadores de força ligados à tecnologia de última geração, irão, cada vez mais, se capacitar a nova forma de combate com o propósito de perder o mínimo de elementos possível e, de forma secundária, reduzir as baixas nos seus oponentes.

Essa é a atual imposição dos povos que vivem em Estados democráticos aos seus representantes políticos, ou seja, aplicar a máxima “*guerrear sem mortes*”, poupar a vida de seus filhos, sem negligenciar a questão da vitória.

Indo mais além, já existe outra visão em andamento que utiliza as últimas conquistas da indústria bélica mundial e investe nas capacidades

existentes no ambiente de pesquisas científico-tecnológicas como instrumentos para a obtenção de meios, de emprego militar, capazes de subjugar um país e obrigá-lo a “*não fazer a guerra*”.

Essas pesquisas estão na busca de vetores não-letais que sejam eficientes em desarticular os campos do poder de uma nação, principalmente, o econômico. Como exemplos mais factíveis, têm-se a guerra biológica sobre agentes não-humanos e a guerra cibernética.

Em abril de 2007, o governo da Estônia informou à mídia mundial que seus *sites*, além de outros em empresas e bancos do país, foram bombardeados por uma enorme quantidade de pedidos de informação, acima da capacidade de processamento dos seus servidores, e havia grandes indícios de serem de origem russa.

Sem enfocar a questão da responsabilidade pelos ataques cibernéticos na Estônia, confirma-se, a partir dessa notícia, que estes são plenamente factíveis no mundo atual e devem ser incluídos no rol de ameaças com maior intensidade de estudo para o planejamento de defesas compatíveis.

As áreas de defesa das nações devem identificar o nível de automação alcançado pelos setores que envolvem as atividades do Estado e do setor privado, a fim de levantar as vulnerabilidades dos sistemas de informática das empresas e agências, estruturando um plano de contingência capaz de responder prontamente na ocorrência de ataques cibernéticos à nação.

IV - A SEGURANÇA INTERNA DO ESTADO

No ambiente interno dos Estados Nacionais, a segurança se apresenta como fundamental para a preservação da situação de tranquilidade, de normalidade e conquista do desenvolvimento econômico.

Sobre esse assunto, tece-se um breve comentário, procurando mostrar a necessidade de dotar as unidades de forças de segurança de capacidades não-letais para enfrentar as novas ameaças e fatores antissociais que dominam, corriqueiramente, a cena contemporânea, sem tirar do agente da lei a liberdade da iniciativa, principalmente, quando da presença de civis inocentes junto ao elemento infrator.

O recrudescimento da atividade criminal, a partir da última década do século XX, conduziu ao surgimento de novos fatores antissociais, como greves ilegais, motins de grande envergadura no sistema penitenciário, movimentos sociais responsáveis pela desordem urbana e rural, crime organizado, narcotráfico e os ataques ligados à tecnologia da informação.

O agente de segurança do Estado, atualmente, está vulnerável na sua missão de proteger e servir à sociedade, devido a fatores ligados à qualidade de vida e preparação profissional.

Além disso, esse agente da lei pode reagir de forma desproporcional à agressão nas situações com as quais se depara no dia-a-dia profissional, por falta de equipamentos e meios adequados.

Em situações conflitantes, quando ocorrem tumultos generalizados, é fundamental, hoje, deter uma estreita relação com as armas e munições não-letais.

O risco de graves lesões corporais e morte nos enfrentamentos têm tolhido a liberdade de ação policial, principalmente após a ocorrência de fatos de repercussão nacional, a exemplo dos ilustrados pela mídia nacional como os *Massacres de Eldorado dos Carajás no Pará e do Presídio do Carandiru em São Paulo*.

Tais situações fogem às táticas operacionais rotineiras das organizações de segurança do Estado em situações de combate ao crime. Logo, requerem uma nova estratégia de atuação, que vise à preservação e restauração da ordem pública sem ferir os direitos humanos e respeitando a dignidade dos cidadãos.

Através da história, mudanças na cultura e tecnologia têm influenciado o caráter da ação das forças de segurança e a maneira como são empregadas, já que armas não-letais representam uma tentativa moderna de maximizar a utilidade dos agentes da lei em um novo ambiente político e social, aliada à minimização das lesões.

O contexto atual impõe as duas opções (letal e não-letal) em termos de armamento, usando-as de acordo com a situação de confronto apresentada.

A decisão pela ampla adoção de armas e instrumentos não-letais será uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, pois significa dar maior liberdade de ação aos comandantes das equipes de agentes da lei na repressão ao crime.

V - ARMAS, INSTRUMENTOS, MÉTODOS NÃO-LETAIS

Segundo o livro de John B. Alexander, “armas não-letais são aquelas projetadas para degradar a capacidade pessoal ou do material e, simultaneamente evitar baixas não desejadas” (2003, p.35).

Nesse caso, estão todos os tipos de engenhos bélicos (mecânicos, químicos, biológicos e eletrônicos) que empregam a redução da letalidade contra o inimigo ou elementos infratores, não promovendo sua aniquilação.

Evidentemente que, com a adoção dos processos não-letais, as mortes ou danos físicos permanentes e sérios aos seres humanos serão poucos ou nenhum, algo extremamente promissor e desejável para os dias atuais.

O Coronel John B. Alexander, no seu livro *Armas Não-Letais* (2003, p.19), relaciona alguns fatores convergentes que afluíram a sua necessidade, como, por exemplo, a reorganização do cenário geopolítico mundial; os avanços em tecnologia, especialmente na precisão de mira, com maior eficácia; além da experiência de vários comandantes, em operações de paz, que estabeleceram requisitos operacionais básicos para os sistemas a serem desenvolvidos.

Os centros de pesquisa estão em busca de aparatos tecnológicos capazes de desarmar ou neutralizar uma força armada sem necessidade de eliminar seus componentes.

“As sociedades modernas já visualizaram, baseadas nas experiências do passado, que a destruição física e o número extremo de mortes das guerras são desnecessários e podem ser evitados devido aos esforços de reconstrução que são gerados em seguida e, também, pelo crescimento do ódio e de velhas animosidades” (ALEXANDER, 2003, 30).

É evidente que a indústria da letalidade continua poderosa e atuante, pois existem muitos povos que se encontram retardatários à era da informação e, mais distantes, ainda da obtenção de conquistas tecnológicas, já alcançadas pelo bloco dos países ricos.

A curva de defasagem tende a aumentar, já que a tecnologia moderna depende de cifras milionárias e, portanto, de difícil aquisição pelos países pobres.

A existência de inúmeras missões de paz da ONU, no momento, impõe uma política de disseminação e dotação individual ao combatente de opções não-letais, além de capacitá-lo ao emprego desse armamento.

A chance de utilização desse material é altíssima, na medida em que a violência fica confinada a pequenas áreas onde a população se faz presente junto aos infratores da lei ou do acordo de paz.

Para proteger os agentes de segurança do Estado contra processos judiciais, torna-se necessário a disponibilização de tecnologias não-letais, porque, geralmente, a morte de civis inocentes ou mesmo do infrator, que se pretendia capturar, implica em abertura de processo civil contra a Instituição Pública de Segurança.

Portanto, fica evidente que a busca pelo aperfeiçoamento das tecnologias não-letais é de vital importância para diminuir, cada vez mais, a ocorrência de erros na atividade dos agentes da lei.

Essas armas, porém, não são aceitas, na totalidade, pelos Estados modernos, porque carecem de provar o seu valor nas situações hostis do mundo real e, por outro lado, mantendo vivo o oponente, mesmo com algum tipo de seqüela, pode levar o cidadão a acionar o Estado na Justiça, o que, de forma cruel, aflora a velha questão ligada ao direito: “morto não fala e não reclama”.

Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de armas não-letais, no Brasil, representa a criação de um setor industrial com grandes chances de crescimento diante do quadro conjuntural da humanidade que não admite mais o genocídio humano.

VI - AS TECNOLOGIAS NÃO-LETAIS EM USO NO BRASIL

O desenvolvimento e o emprego de armas não-letais vêm ganhando adeptos em todos os lugares do mundo e a questão tem sido disposta como de vital interesse das forças de segurança e de defesa dos países.

A Condor S.A. Indústria Química, situada no Rio de Janeiro, é uma das representantes dessa opção no Brasil, líder e pioneira na América Latina, na fabricação de equipamentos não-letais e pirotécnicos de alta tecnologia para situações de distúrbios, sinalização militar e salvatagem, ocupando lugar de destaque no *ranking* mundial.

Outra empresa envolvida com as tecnologias não-letais no país é a Securitec, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e trabalha com a arma *Taser* de fabricação norte-americana.

VII - CONCLUSÃO - O FUTURO DA NÃO-LETALIDADE PARA O MUNDO

Hoje, a era tecnológica está aumentando, significativamente, a distância entre os países do centro e da periferia no que diz respeito ao arsenal de armas e sistemas de combate, mesmo sem considerar o espectro nuclear.

Dessa forma, a nação detentora da tecnologia desses processos bélicos modernos poderá, no futuro, impor ao adversário a derrota, antes mesmo do início do conflito.

As tentativas de regulamentar a guerra e introduzir-lhe certo grau de humanidade não são novas, data do final do século XIX, todavia, ao serem analisados os resultados, conclui-se que a *Lei de Guerra* é uma contradição.

Os tratados e as leis de guerra são formulados por políticos e advogados que, usualmente, estiveram presentes na situação de combate.

Essas leis, no entanto, não são aceitas por todos os envolvidos num conflito.

Um exemplo desse desrespeito é que, apesar das convenções, as armas químicas e biológicas ainda são estocadas e os Estados têm deixado de cumprir as normas desses tratados.

Entretanto a questão de tornar a guerra, cada vez, menos prejudicial é pertinente, uma vez que filósofos e pensadores verificaram o enorme custo, para a humanidade, das conflagrações bélicas de caráter mundial, como as ocorridas nas duas grandes guerras do século XX, quando, após esses eventos, foram despendidos recursos significativos com a reconstrução dos países destruídos.

As baixas de não-combatentes tiveram um crescimento uniforme nos conflitos mundiais até a década de 70, entretanto, houve um grande decréscimo na Guerra do Golfo em 1990, provando a lógica do investimento em tecnologia nos procedimentos bélicos.

Sob a ótica de evitar a eclosão de um confronto, poderá conduzir, a um dos adversários, à desistência do enfrentamento militar, pelo emprego de ações não-letais que, já na atualidade, podem ser desencadeadas antes do conflito armado, demonstrando plena superioridade do outro oponente.

Esse não é um sonho impossível, pois, nas páginas da história mundial, já houve quem descrevesse o verdadeiro sentido da guerra como forma de impor a vontade sem causar a destruição.

Os métodos não-letais são instrumentos que merecem atenção e alta prioridade dos centros de pesquisa militar de excelência, em um país, já que pela sua característica dual, podem ser empregados na paz, em larga escala, pelas forças de segurança pública, como também na criação de um negócio industrial altamente promissor.

O meio não-letal não elimina a necessidade do emprego do letal, quando for o caso, mas possibilitará, entre outras, a diminuição da ocorrência de mortes acidentais por “balas perdidas”. Essa tendência permite prospectar o futuro e visualizar a substituição gradual dos armamentos, com efeitos altamente positivos para a civilização humana.

A partir desse fato, é recomendável que o setor de ciência e tecnologia das forças armadas direcione esforços na pesquisa e desenvolvimento de processos capazes de equipar as forças de segurança do Estado e as forças armadas para melhor cumprimento de suas missões nesse mundo, no qual a natureza do combate vem mudando gradativamente e surgem novas ameaças de caráter assimétrico.

“Se as armas não-letais evitarem que, nos anos futuros, pelo menos uma situação de crise se transforme num conflito sério, o custo inteiro da pesquisa e do desenvolvimento terá sido justificado” (ALEXANDER, 2003, p.283).

Recentemente, a mídia noticiou a ocorrência de ataques cibernéticos, oriundos de centros militares da China, a redes de computadores do governo dos Estados Unidos, da Alemanha e da Inglaterra, durante 2007, dando uma idéia de como serão travados os conflitos daqui em diante.

Não há dúvida de que uma nova constatação emergiu dessa notícia: a atividade de *hackers* tornou-se um emprego compensador para as Forças Armadas.

Concluindo, considera-se que, na dinâmica da Política de Defesa Nacional do Brasil, surgiram imperativos que não devem ser esquecidos, como a ameaça da guerra da informação, sob o risco de se ter a nação atacada por vetores de natureza não-letal no futuro, e não haver um plano de contingência capaz de debelar tal situação.

Para as forças armadas e forças de segurança do Estado, mais do que um plano de contingência para conter o ataque cibernético à nação, será vital a preparação para o período de “*falência digital*”, provocada por um ataque dessa ordem.

Referências

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (Brasil). *História da Doutrina Militar*. Resende: AMAN, 1979.

ALEXANDER, Coronel John B. *Vencendo a Guerra*. Rio de Janeiro, Editora Lidador, 2005, tradução de Joubert de Oliveira Brizida. ALEXANDER, John B. *Armas Não-letais: Alternativas para os Conflitos do Século XXI*. Tradução José Magalhães de Souza. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 2003.

ANNUNCIACÃO, João Wander Nascimento de. *Ciberwar: Uma proposta genérica de ações defensivas para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: EGN, 2003, 15p.

CARDOSO, Alberto Mendes. *Os Treze Momentos: Análise da obra de SUN TZU*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

Condar S/A Indústria Química. Disponível em: <<http://www.condarnaoletal.com.br>>. Acesso em: 22 set. 2007.

CORRÊA, Rafael. *Informação: A Guerra por outros meios in Veja*, São Paulo: Editora Abril, n. 36, p. 78, set. 2007.

ENCICLOPÉDIA Guerra na Paz. Rio de Janeiro: Ed. Rio Gráfica Ltda, 1984.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). *Síntese da Biografia e do Pensamento de Grandes Estrategistas*. Rio de Janeiro: ECEME, 1994.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

Evolução Histórica das Armas. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/arma>>. Acesso em: 29 set. 2007.

GOMES, Luiz Cláudio de Souza. *A Evolução da Arte da Guerra segundo os Reflexos dos Conflitos Mundiais a partir de 1970*. Rio de Janeiro: ECEME, 1996, 64p.

HEAL, Sid. *Multidões, turbas e armas não letais in Military Review*, Fort Leavenwarter: EME/EUA, v. 81, n. 3, p. 58-64, 2001.

HERBERT, Dennis B. *Armas não letais das aplicações táticas às Estratégicas in Military Review*, Fort Leavenwiarth: EME/EUA, v.81, n. 2, p. 47-53, 2001.

KENSKI, Rafael. *Informação: A Arte da guerra in Superinteressante*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, p. 59-66, maio 2001.

LIMA, Rose Lucie Lopes de. *Armas Não Letais como Alternativas para os Conflitos do Século XXI*. Rio de Janeiro: ESG, 2003.

SEGURITEC. Disponível em: <<http://www.seguritec.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2007.

SILVA JUNIOR, Josué Limeira da; SANTOS, Vlademir Wanderley L. dos; PEREIRA, Marcílio Amorim. *Emprego de Armas e Munições Não-letais no Controle de Distúrbios Civis e no Policiamento Ostensivo, como Fator de Respeito à Dignidade e aos Direitos Humanos*. Recife: PMPE, 2001, 59p.

TEXEIRA, Duda. Informação: *Uma Guerra pela Internet in Veja*, São Paulo: Editora Abril, n. 20, p. 74-75, maio 2007.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi, *Guerra e antiguerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. 349p.

Um conceito unificado para as armas não letais: orientação para desenvolvimento de armas não letais in Military Technology, Alemanha: Mönch Puvishing Group, ago. 1998.

Guia para Colaboradores¹

Normas Gerais

A Revista da Escola Superior de Guerra tem por finalidade publicar artigos originais ou oriundos de monografias, relacionados às temáticas da defesa e segurança.

A apreciação dos textos enviados para publicação é efetuada em dois momentos: primeiramente, pela Assessoria de Supervisão Editorial, que examina a adequação do trabalho à linha editorial da revista e estabelece comunicação com os autores sobre eventuais esclarecimentos; em seguida, o texto é encaminhado ao Diretor do Centro de Estudos Estratégicos que analisará a conveniência de publicar os textos enviados, conforme orientações da Direção da Escola.

Do resultado da análise, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações no texto, a serem efetuadas com a concordância do autor, para a possível publicação.

Os artigos devem vir acompanhados de uma carta de autorização para publicação na Revista da Escola Superior de Guerra e devem trazer, em anexo, uma ficha contendo o endereço, telefone, endereço eletrônico e o currículo abreviado do autor.

Publicado o texto o autor receberá até cinco exemplares, conforme a praxe acadêmica. A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em matéria assinada e publicada.

Os direitos autorais sobre os artigos publicados ficam reservados à Escola Superior de Guerra, condicionando-se a sua reprodução parcial ou integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da revista.

Caso o artigo não seja publicado, o autor receberá de volta o original, ficando a cópia em nosso arquivo.

Endereço eletrônico: editorcee@esg.br

¹ Instruções mais detalhadas podem ser encontradas no endereço <http://www.esg.br>, na página das Publicações da ESG.

Preparação dos originais

Apresentação

Programa: Editor de texto Microsoft Word

Fonte: Times New Roman

Tamanho da fonte: 12

Cor da fonte: Preta

Número de páginas: entre 10 e 20 páginas

Formato do papel: A4 (210 x 297 mm), impresso somente no anverso

Margens: superior e esquerda – 3 cm; e inferior e direita – 2 cm

Cabeçalho e Rodapé: 1,25 cm

Espaçamento entre linhas: simples

Espaçamento do parágrafo: 1,50 cm

Observação: os artigos escritos, particularmente no Microsoft Word 2007, deverão ser salvos na extensão “doc”.

Ilustrações como quadros, tabelas, figuras e gráficos inseridas no texto devem ser as originais com qualidade necessária a uma boa reprodução gráfica. Na hipótese de cópia digitalizada (obtidas por scanner), esta não deve ser inserida no texto. Em qualquer dos casos, o autor deve enviar essas ilustrações em mídia anexada ao texto (disquete, CD, outras) ou por correio eletrônico (e-mail), nos formatos “tiff”, “jpeg”, “png” e “bmp”. Caso não estejam inseridas no texto, essas ilustrações devem ser apresentadas em folhas separadas e sua localização indicada no texto, entre dois traços horizontais.

Estrutura do Texto

O texto deve ser precedido do título, nome e titulação principal do autor, atividade que exerce e filiação institucional e do e-mail, seguido de um “Resumo”, das “Palavras-chave” (cinco a dez), de um Abstract (tradução do Resumo para o inglês) e das Keywords (tradução das Palavras-chave para o inglês).

O Título, o Resumo e as Palavras-chave devem ser apresentados em português e inglês.

O texto propriamente dito deve conter a Introdução, o Desenvolvimento (não necessariamente com este subtítulo e estruturado na lógica do autor) e a Conclusão, seguidos das Referências (Bibliográficas).

A ordenação numérica obedecerá ao sistema de numeração arábica progressiva (NBR6024). Considerando-se a Introdução como o número 1, o

Desenvolvimento pode receber tantas subdivisões quantas sejam necessárias, por exemplo: 2; 2.1; 2.2...; 3 e assim por diante. O último número será o da Conclusão. No caso de artigos oriundos de monografias, seguir-se-á a numeração prescrita para as mesmas.

O Resumo consiste na apresentação concisa do conteúdo do trabalho e objetiva a atrair o leitor para a leitura do texto, passando, em breves palavras, uma idéia completa do seu teor, os conceitos mais importantes do artigo e suas correlações, estabelecendo as conclusões principais. Deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. Atendo-se à idéia central do trabalho, deve, sempre que possível, informar a sua natureza (pesquisa empírica, teórica, histórica; formulação de políticas, estratégias, entre outras), seu objeto, os objetivos visados, as referências teóricas mais importantes para o desenvolvimento do raciocínio e, quando for o caso, os procedimentos metodológicos e técnico-operacionais, além dos resultados alcançados, contendo entre 100 e 250 palavras.

As Referências (bibliográficas) devem ser colocadas no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023), cujo resumo segue abaixo:

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Local: editora, ano (Série)

Artigo de Periódico:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Título da revista, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial - página final do artigo, mês e ano.

Eventos:

(Anais, Resumos, Proceedings etc.) – SOBRENOME, Nome. Título do trabalho apresentado: subtítulo (ambos em itálico). In: Título do evento, numeração do evento, ano local de realização. Título do documento (anais atas... Local, editora, data de publicação. Página inicial e final da parte referenciada).

Tese:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Ano de defesa. Tese (Doutorado em ...) –Faculdade, Universidade, Local.

Atos normativos (Leis, Decretos, Portarias etc.):

LOCAL (país, estado ou município) em que se originou o ato. Especificação do ato e número, página inicial - final em que o ato consta, data. Seção, página.

Documento de acesso em meio eletrônico:

AUTOR. Denominação ou título e subtítulo. Indicação de responsabilidade. Endereço eletrônico. Data de acesso.

Elementos do Texto

As notas de rodapé podem ser utilizadas com a finalidade de enriquecer o texto, contendo esclarecimentos do autor ou indicando fontes consultadas. Devem ser escritas no tamanho de fonte 10.

As citações (NBR – 10520/ 2002) no corpo do texto devem aparecer entre aspas, no tamanho de fonte 10, seguindo-se o nome do(a) autor(a) ou autores, data da publicação e o número da página referenciada, entre parênteses e separados por vírgula.

As siglas, ao serem citadas pela primeira vez no texto, devem ser antecedidas pelo nome por extenso que representam e grafadas, em letras maiúsculas, entre parêntesis. As abreviaturas são admitidas na língua portuguesa.

O grifo (negrito ou itálico) é um destaque que se dá a determinados trechos, palavras ou letras. Podem ser utilizados na citação de títulos de publicações, palavras estrangeiras de uso em português, ou, simplesmente, em trechos do texto que se queira enfatizar.

Até dez, os números, preferencialmente, devem ser escritos por extenso, excetuando-se as datas e horas. Mesmo neste caso, se revelar duração, também, deve ser escrito por extenso. A partir de dez, os números são escritos com algarismos. Para separar a parte inteira da decimal, utiliza-se a vírgula.



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A Escola Superior de Guerra - ESG - criada pela Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949, é um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança e defesa nacionais.

A ESG desenvolve estudos sobre política e estratégia, destinados ao desenvolvimento do conhecimento e de metodologia de planejamento político-estratégico, em especial nas áreas da segurança e da defesa.

Atuando como centro permanente de estudos e pesquisas, compete-lhe, ainda, ministrar os cursos que forem instituídos pelo Ministério da Defesa.

A ESG está localizada na área da Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. A Fortaleza foi mandada construir, em 1565, por Estácio de Sá, na várzea entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, e marca a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Revista da Escola Superior de Guerra

Av. João Luís Alves, s/nº

Fortaleza de São João - Urca

22291-090 - Rio de Janeiro - RJ

www.esg.br - E-mail: esg@esg.br



0102-1788